



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



**Levantamento, Análise e Prospetiva do Desporto no
Conselho Municipal da Cidade de Inhambane –
Moçambique, 2009 a 2012**

Dissertação elaborada sob a orientação do

Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

**Com vista à obtenção do grau de *Mestre em Gestão do Desporto*
*na Especialidade de Organizações Desportivas***

Júri

Presidente:

Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

Vogais:

Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

Professor Doutor Alcides Vieira Costa

Humberto Mateus Nhabomba

Julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade académica, um projeto individual, não representa apenas o resultado de vários anos de estudo, reflexão e trabalho durante as diversas etapas que o constituem. É igualmente o culminar de um objetivo académico a que me propus e que não seria possível sem a ajuda de um número considerável de pessoas.

Por esse motivo, é-me imensamente grato afirmar que esta Tese de Mestrado também é fruto da partilha de ideias e de debates fecundos sobre aspetos fulcrais da vasta problemática em estudo, aprofundados com profissionais de diversas áreas científicas, em especial, pertencentes às Ciências do Desporto, de Educação, Humanas e Sociais, de Gestão, de Economia e de Finanças.

Gostaria de deixar bem vincada a expressão do meu agradecimento à contribuição desinteressada dos que, de perto e de longe, contribuem para que esta etapa importante da minha vida possa ser superada e resulte em motivação para prosseguir.

Há contributos de natureza diversa que não podem nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

À minha família em especial aos meus pais, Mateus Nhabomba e Julieta Nhanombe; à minha namorada “futura esposa”, amiga e companheira, sempre presente, Maria Lina Mapulaciane Cumbane, às minhas Marias, Eduarda Kaizeler, Assucena Jane, Maria Prazeres, e Suzana Viegas, Rosy, pelos incentivos e apoios que sempre me dispensaram, pelas horas de ausência e isolamento, pela sua tolerância, compreensão e carinho quando estava a escrever em vez de atender às suas necessidades.

Espero que o entusiasmo, seriedade e empenho aplicados na minha vida pessoal e profissional lhes possam servir de estímulo para fazerem sempre mais e melhor de acordo com valores universais: paz, liberdade, tolerância, sabedoria e amizade. Enfim, por tudo, o meu muito obrigado!

Ao Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires, pela elevada competência e rigor com que me orientou, pelo apoio e interesse manifesto e pela amizade demonstrada ao longo de vários anos. As notas dominantes da sua orientação foram a utilidade das suas recomendações, a disponibilidade e cordialidade com que sempre me recebeu. Estou grato por ambas e também pela liberdade de ação que me conferiu, decisiva para que este trabalho contribua para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço, pela amizade, pelos sábios ensinamentos que desde o primeiro

momento me soube transmitir, contribuindo decisivamente para o meu enriquecimento pessoal e profissional, evitando que queimasse etapas na minha formação académica.

À todos os Professores do VI Mestrado em Gestão do Desporto – Organizações Desportivas, pelo enriquecimento pessoal que me proporcionaram.

Às funcionárias da Biblioteca da Faculdade de Motricidade Humana, pela forma compreensiva como nos apoiam sempre que necessário.

Ao Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI), pela oportunidade que me deu de fazer o Mestrado, permitindo a minha ausência do serviço durante o período em que decorreu a defesa pública da dissertação em Lisboa, bem como pelo apoio, cedência de informações, documentos e, mais importante, pela atenção que sempre que solicitada, me souberam dispensar.

Aos funcionários do CMCI pela amizade, compreensão e disponibilidade evidenciada.

À Comissão de Futebol Recreativo do Município de Inhambane (CFRMI), pelo apoio, cedência de documentos e autorização para o uso de informações contidas no Plano de Atividades da Comissão, mais importante, pela atenção que, sempre que solicitada, me souberam dispensar.

Aos Municípios Moçambicanos, pelo apoio, cedência de informação que sempre que solicitada, me souberam dispensar.

Às associações/delegações desportivas, pelo apoio e cedência de informação.

À todos aqueles que acreditam que o desenvolvimento do Desporto só é possível se suportado em instrumentos devidamente fundamentais, mas sobretudo, se sustentar na solidariedade e amizade que existe entre povos, que cultivam e partilham uma história e uma língua comuns.

À Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (DPJDI), pelo apoio, cedência de informação e bibliografia, que sempre que solicitada, me foi dispensada.

Aos técnicos de desporto da DPJDI, em especial o doutor Ouchim Rogério Mussagy Ouchim pelo apoio prestado, amizade e disponibilidade evidenciada.

Ao Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane, pelo apoio e cedência de informação.

Aos meus amigos, pela troca de experiências e conhecimentos, pelo convívio, amizade e espírito de solidariedade que sempre demonstraram.

Por último, estou ainda em dívida para com muitas pessoas pela sua ajuda, apoio e paciência. Sendo essa a razão que justifica

querer dedicar esta *tese de mestrado* a todos aqueles que, sem reservas, partilharam comigo as suas experiências e conhecimentos, estimulando-me intelectual e emocionalmente, fazendo-me sentir a dimensão do conhecimento e ao mesmo tempo, o gosto pelo esclarecimento de dúvidas que resultam de uma inquietação constante que me caracteriza.

É de referir ainda que, dedico esta *tese de mestrado* aos meus pais Mateus Niquice Nhabomba *in memoriam* e Julieta Niquece Nhanombe, aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, à minha futura noiva Maria Lina Mapulaciane Cumbane e ao meu querido e amado filho Melvin pela tolerância e atenção em deixar-me trabalhar sempre que fosse preciso.

A todos o meu muito obrigado!

Contem Comigo!

Humberto Mateus Nhabomba

Nome: **Humberto Mateus Nhabomba**

Departamento de Gestão do Desporto - Data: Junho de 2013

IV Mestrado em Gestão do Desporto – Organizações Desportivas

Orientador: Professor Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires

RESUMO

Título: Levantamento, Análise e Prospetiva do Desporto no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – Moçambique

O presente trabalho assentou na caraterização da situação desportiva em Inhambane, visando conhecer o nível desportivo da Autarquia, como contributo para o conhecimento da sua realidade.

O estudo teve como objetivo propor um modelo teórico para a determinação da política de desenvolvimento do desporto no Município de Inhambane.

Numa primeira fase foram tratadas as questões do desenvolvimento geral e do desenvolvimento do desporto em particular tendo em conta os elementos desportivos, paradesportivos e extradesportivos.

Na segunda fase realizamos o levantamento das estruturas sociais da Autarquia, que consideramos serem o quadro condicionante e de apoio ao processo de desenvolvimento do desporto.

Em terceiro lugar fizemos o levantamento da situação desportiva tendo em atenção não só a realidade proveniente do regime colonial, bem como a situação atual. Para o efeito efetuamos a pesquisa bibliográfica e análise documental.

No estágio de desenvolvimento em que a Cidade se encontra, julgamos pertinente discutir a problemática desportiva visando encontrar algumas vias para uma melhor organização e desenvolvimento das atividades desportivas que são praticadas nível da Autarquia.

Palavras-chave: *Situação desportiva, Desenvolvimento, Desporto, Política desportiva, Instalações desportivas, Organização.*

ABSTRACT

Title:

Rising, Analysis and Prospective of the Situation of Sport in the Inhambane City.

The present work seated in the characterization of the situation of the sport in Inhambane, seeking to know the sport level of the city, as contribution for the knowledge of its reality.

The study had as objective to propose a theoretical model for the determination of the politics of development of the sport in Inhambane.

In first place they were treated the subjects of the general development and of the development of the sport in particular tends in bill the sport elements and the elements for sport.

In second place we developed a strategic picture on which was based our model of development of the sport.

In third place the analysis of the social structures of the city, that we considered be the social conditions and the support conditions of the development process.

In the development stadium in that the city meets, we judged pertinent to discuss the sport problem seeking to find some roads for a better organization and development of the sport activities that are practiced.

Words-key: *Situation of Sport, Development, Sport, Strategy, Sport Politics, Sport Facilities, Organization.*

“O Desporto contempla um campo complexo de práticas emergentes de diferentes valores culturais configurados no sistema desportivo (...)” Marivoet, S. (1993).

“O Desporto, é cada vez mais olhado como um produto e, simultaneamente um processo e um serviço gerador de educação, de cultura, de lazer e de economia, no quadro da Organização Social dos países, (...)” Pires, G. (1993).

“A Organização faz a Organização da Organização (...)” Pires, G. (1994).

“É necessário conhecer o poder da inovação (...)” Pires, G. (1994).

“ O Desporto (...) pelas suas especificidades das suas atividades gera efeitos positivos na economia, na saúde e condição física da População.

O Desporto devido à sua essência, é um espaço lúdico gerador de emoções, de excitação, de paz, de harmonia (...)” Correia, A. (1995).

“As Organizações têm a necessidade de se estruturarem de forma a poderem fazer face, eficaz e eficientemente, a todo o conjunto de tensões exteriores e à complexidade crescente de solicitações (...)”Correia, A. (1995).

“Em conformidade com as limitações das organizações é necessário segmentar o mercado (...), perceber as suas necessidades, conhecer

os seus comportamentos e atitudes relativos à prática desportiva para se poder definir as estratégias adequadas ao desenvolvimento e crescimento das organizações (...)” Correia, A. (1996).

“No Desporto o Estado vê justificada a sua intervenção devido ao fato de o mercado, por si só, se revelar incapaz de promover uma orientação adequada de recursos que possa satisfazer aquilo que socialmente se espera dele para o bem-estar geral das populações e para a efetivação dos preceitos constitucionais (...)” Correia, A. (1997).

“(...) Situação Desportiva (...) ela deve ser a base de sustentação das políticas desportivas, já que é a partir da análise da situação desportiva que se podem desencadear os processos de tomada de decisão quanto à organização do futuro (...)” Pires, G. (2007).

“ O êxito não vem ter consigo (...) você é que vai ter com ele (...)” Cierva, M.

PRÓLOGO

O mundo do desporto é cada vez mais complexo. A afluência do público ao desporto nomeadamente ao tipo de desporto a praticar (mar/terra), depende precisamente das condições qualitativas e inovadoras que as entidades (produtores) oferecem aos seus clientes (consumidores).

Contudo tenho de referir que este trabalho decorre da linha de investigação que o Professor Gustavo Pires vem desenvolvendo há mais de trinta anos na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa. O presente estudo alarga mais a um País africano de língua oficial portuguesa em geral a uma Cidade conhecida por ‘terra de boa gente’ em particular, (Inhambane — uma cidade lusófona), numa perspetiva de desenvolvimento do Movimento Olímpico na Cidade de Inhambane - Moçambique.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	1. Introdução.....	17
	2. Âmbito do Tema	19
	3. Definição do Problema	20
	4. Objetivos	21
	5. Metodologia	22
CAPÍTULO II	Enquadramento Teórico	23
CAPÍTULO III	Desenvolvimento	38
	1. Apresentação da República de Moçambique / Descoberta .	38
	2. Localização e Dimensão	39
	3. Demografia	40
	4. Educação	42
	5. O Ambiente e o Desenvolvimento em Moçambique	44
	A – QUADRO CONDICIONANTE (QC)	48
	1. O Território da Cidade de Inhambane	48
	2. O Município da Cidade de Inhambane	50
	3. Aspetos de Natureza Demográfica	52
	3.1. Estrutura Demográfica	54
	4. Aspetos de Natureza Económica	58
	4.1. Emprego e Desemprego	58
	4.2. Formas de Sobrevivência	59
	4.3. Evolução da População Ativa	59
	4.4. Índice de Poder de Compra	60
	5. Aspetos de Natureza Social	60
	5.1. Acessibilidade	60
	5.2. Transportes	61
	5.3. Água	61
	5.4. Educação	61
	5.5. Cultura	63
	5.6. Recreação	64
	5.7. Saúde	64
	5.8. Economia	65
	5.9. Turismo	66
	B – QUADRO ORGÂNICO (QO)	66
	1. Estado	66
	2. Associações de Estrutura Federada	68
	C – QUADRO HUMANO (QH)	69
	1. Praticantes Desportivos	69
	2. Agentes e Dirigentes Desportivos	74
	3. Técnicos	77
	4. Direção	77
	D – QUADRO MATERIAL (QM)	78
	1. Instalações Desportivas	77

	2. Caracterização e Avaliação das Instalações Desportivas	79
	3. Alocação do Material Desportivo	81
	E – QUADRO NORMATIVO (QN)	82
	1. Introdução	82
	2. A Lei do Desporto e a Cidade de Inhambane	82
	F – QUADRO FINANCEIRO E ECONÓMICO (QFE)	85
(DPJDI).....	1. Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane	85
	2. Atividades – Apoio das Atividades Locais	85
	G – QUADRO DE ATIVIDADES (QA)	90
	1. Quadros Competitivos	90
	2. Desporto Escolar	91
CAPÍTULO IV	Indicadores Desportivos	92
	1. Área Desportiva Útil por Habitante	92
	2. Área Desportiva Útil por Praticante	93
	3. Habitantes por Instalação Desportiva	93
	4. Praticantes por Instalação Desportiva	94
	5. Área Territorial e Raio de Influência	94
	6. Índice de Participação Desportiva	95
	7. Praticantes por Técnicos	96
	8. Aplicação do Instrumento M ² NORMALIZADO	96
CAPÍTULO V	Análise da Situação Desportiva	99
	A – Quadro Condicionante	99
	B – Quadro Orgânico	101
	C – Quadro Humano	102
	D – Quadro Material	103
	E – Quadro Normativo	106
	F – Quadro Financeiro	107
	G – Quadro de Atividades	108
CAPÍTULO VI	Linhas Orientadoras para uma Política Desportiva	109
CAPÍTULO VII	Considerações Finais	117
	Recomendações e Sugestões	118
	BIBLIOGRAFIA	120
	ANEXOS	123

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela QC - 01: Evolução da População de Moçambique (1973 – 2010)	41
Tabela QC - 02: Evolução da População Residente por Província (1980 – 2007)	42
Tabela QC - 03: Divisão Administrativa da Província de Inhambane – 2012	47
Tabela QC – 04: Número de Habitantes (2009-2012)	51
Tabela QC - 05: População por setor etário e género – ano de 2009	55
Tabela QC - 06: População por setor etário e género – ano de 2010	56
Tabela QC - 07: População por setor etário e género – ano de 2011	57
Tabela QC - 08: População por setor etário e género – ano de 2012	57
Tabela ID – 09: Relação da Área Desportiva Útil (A.D.U.) por Habitante (Hab.) de 2010-2012..	92
Tabela ID – 10: Relação da Área Desportiva Útil por Praticante Desportivo na Cidade de Inhambane de 2010 a 2012	93
Tabela ID – 11: Relação do Número de Habitantes por Instalação Desportiva (Hab./I.D.) de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane	93
Tabela ID – 12: Relação do Número de Habitantes por Instalação Desportiva (Prat./Inst.) de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane	94
Tabela ID – 13: Relação da Área Territorial e Raio de Influência por Instalação Desportiva de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane	94
Tabela ID – 14: Relação do Índice de Participação Desportiva de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane	95
Tabela ID – 15: Relação de Praticantes Desportivos por Técnicos Desportivos de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro QC - 01:População da Cidade de Inhambane por Bairros de 2009 a 2012	53
Quadro QC – 02: Estrutura Etária da população residente na Cidade de Inhambane no último ciclo olímpico (2009 a 2012)	54
Quadro QC – 03: Escolas Primárias Completas da Cidade de Inhambane (ciclo olímpico – de 2009 a 2012) – Distribuição por Bairros	63
Quadro QC – 04: Unidades Sanitárias da Cidade de Inhambane	65

Quadro QO - 05: Associações de estrutura federada no Município de Inhambane (2009 a 2012)	68
Quadro QO - 06: Praticantes por modalidades desportivas de 2009 a 2012	70
Quadro QO - 07: Número e Percentagem de Praticantes Federados por modalidade (2009 a 2012)	73
Quadro QO - 08: Número e Percentagem dos Agentes Desportivos no último ciclo olímpico	75
Quadro QM - 09: Número e Percentagem de instalações desportivas existentes na urbe da cidade de Inhambane (2009 a 2012)	79
Quadro QM - 10: Distribuição do material desportivo por modalidade desportiva (1980 – 2007)	81
Quadro QFE - 11: Distribuição de Verbas por Associação Desportiva (2009 – 2012)	86
Quadro ID – 12: Constante metro quadrado normalizado	98

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico QC - 01: Evolução da População de Moçambique (1973 – 2010)	41
Gráfico QC - 02: Residentes por Província (1980, 1997 e 2007)	42
Gráfico QC - 03: Divisão Administrativa da Província de Inhambane – 2012	48
Gráfico QC - 04: Número de Habitantes (2009-2012)	52
Gráfico QC - 05: População por setor etário e género – ano de 2009	56
Gráfico QC - 06: População por setor etário e género – ano de 2010	56
Gráfico QC - 07: População por setor etário e género – ano de 2011	57
Gráfico QC - 08: População por setor etário e género – ano de 2012	57
Gráfico QO - 09: Evolução Associações de estrutura federada no Município de Inhambane (2009 a 2012)	69
Gráfico QO - 10: Evolução do número de praticantes por modalidades desportivas de 2009 a 2012	71
Gráfico QO - 11: Evolução da percentagem de praticantes por modalidades desportivas de 2009 a 2012	72
Gráfico QO – 12: Número de Praticantes Federados por modalidade (2009 a 2012)	73
Gráfico QO – 13: Número de Agentes Desportivos de 2009 a 2012	76
Gráfico QFE - 14: Quadro QFE - 11: Distribuição de Verbas por Associação Desportiva	86
Gráfico QFE - 15: Fundo alocado ao desporto pelo Município na época 2011/2012	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura QC - 01: Província de Inhambane e sua divisão administrativa	45
Figura QC - 02: Edifício do Conselho Municipal da Cidade 2012	51
Figura QC – 03: População vivente no meio rural do Município	60

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama QFE - 01: Distribuição de fundos por associações desportivas na Província de Inhambane – 2009	87
Diagrama QFE - 02: Distribuição de fundos por associações desportivas na Província de Inhambane – 2012	88

CAPÍTULO I -

1. INTRODUÇÃO

Só é possível planejar aquilo que se controla, pelo que é necessário, desde o momento de arranque de todo o processo de planeamento.

O conhecimento da Situação Desportiva na Cidade de Inhambane é a questão fundamental da realização do presente trabalho.

Por hora, o que nos interessa considerar no âmbito deste trabalho é que é a partir da análise da situação desportiva – diagnóstico do desporto – que se pode desencadear um processo de tomada de decisão quanto à organização do futuro, quer ele diga respeito a um estabelecimento de ensino, um clube, uma federação, uma organização não-governamental, uma empresa desportiva e/ou uma Cidade/Autarquia como a Cidade de Inhambane.

No entanto, existem dificuldades que é necessário, desde já considerar. Na realidade, para se apurar a situação desportiva são necessários dados, para que possam ser transformados em informação e esta em conhecimento.

Contudo, a tradição no mundo do desporto não tem sido a de medir para além dos resultados desportivos que se obtêm ao longo de cada época desportiva, este problema ainda é mais gravoso num País como Moçambique em geral e numa cidade/autarquia como Inhambane em particular, onde as estatísticas são escassas e não estão suficientemente organizadas.

De fato, é difícil conhecer com um relativo rigor, quanto é que cada setor, cidade/autarquia e/ou o País gastam no desporto e, muito menos, como, onde e com quem. Mas não só, se passarmos para os recursos humanos a situação é quase idêntica. Não se conhece com rigor, quantos atletas, dirigentes ou técnicos (agentes desportivos) existem, com níveis de formação e com que estatutos profissionais.

Quanto às instalações desportivas, não é fácil conhecer com exatidão a situação que existe em relação aos diversos espaços e às várias tipologias. Mesmo a nível do número de praticantes, os dados são dispersos, obtidos sem qualquer padrão de regularidade temporal, pelo que os que existem têm de ser utilizados com as devidas reservas.

Apesar destas dificuldades, entendemos que é necessário dar início a um processo sistematizado no que diz respeito ao conhecimento do desporto no País em geral e na Cidade/Autarquia em particular, de forma a poderem ser realizados processos de tomada de decisão minimamente consistentes que possibilitem a execução de políticas desportivas fundamentais no conhecimento científico.

2. ÂMBITO DO TEMA

O Desporto e a Atividade Física fazem parte do quotidiano da Sociedade. É com toda a convicção que produzimos esta afirmação e que mostramos o nosso interesse na abordagem da sua problemática neste trabalho.

A necessidade de prática do Desporto e das atividades físicas e de lazer pelas pessoas, para contrabalançar as contrariedades da vida e do trabalho, aumenta diariamente. Por outro lado, o aumento progressivo da duração do tempo livre, o desenvolvimento da prática dos horários flexíveis multiplica as ocasiões de lazer quotidianas nos locais de atividade ou nas proximidades, o que constitui um fator de ampliação durável deste comportamento.

Neste contexto, torna-se fundamental a definição e desenvolvimento de políticas desportivas que vão de encontro aos interesses e particularidades da População, neste caso dos Municípios da Cidade de Inhambane, no contexto local e regional, satisfazendo as suas necessidades e motivações.

Na convicção de que podemos de alguma forma contribuir com a nossa intervenção para o crescimento e o desenvolvimento do desporto na Cidade de Inhambane, propomo-nos, no presente trabalho a efetuar um levantamento, análise e prospetiva da Situação Desportiva a privilegiar, tendo em consideração o quadro existente.

Segundo o raciocínio anterior surge a necessidade de conhecer a realidade desportiva da Cidade, no sentido de intervir de acordo com padrões de desenvolvimento que de alguma forma correspondem às necessidades da Sociedade.

Pela lógica de que **ações**, por si só, correm o risco de se transformar em iniciativas frustradas de tudo para nada, terão sim de fazer parte de um **projeto**. Será que um projeto basta? Evidentemente que não, pois poderia colmatar algumas brechas mas a “fenda continuaria lá”. Há a necessidade de haver uma concertação de projetos definindo um **programa**.

Um programa implica **objetivos**, implica **metas a curto, médio e longo prazo**, interrelacionadas, exequíveis e que, de alguma forma, justifiquem a sua existência. Mas, **que objetivos perseguir?**

É na tentativa de responder a esta questão que me proponho efetuar o *Levantamento, Análise e Prospetiva da Situação Desportiva da Cidade de Inhambane*, visando um conhecimento sobre a Situação Desportiva Real, onde nos encontramos, que tipo de Situação Desportiva pretendemos, estabelecendo assim o caminho a percorrer para uma Situação Desportiva Futura (teoricamente ideal).

3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com o referido anteriormente, o problema que se nos coloca diz respeito ao conhecimento da Situação Desportiva da Cidade de Inhambane, enquanto visão analítica e funcional do Panorama Desportivo.

Partindo daqui poderemos efetuar a Análise da Situação Desportiva, através da inter-relação dos valores encontrados para os diferentes quadros (de acordo com a metodologia de análise) permitindo, programar, concertar, prever e integrar as diversas contribuições dos organismos do sistema e de fora do sistema constituindo o **planeamento**.

Só a partir desse conhecimento podem ser estabelecidos objetivos, através da identificação e determinação de uma estrutura lógica de tarefas, interdependentes a desenvolver, que nos fornecerão a racionalidade de um projeto, constituindo um conjunto de projetos paralelos a um programa de intervenção.

4. OBJETIVOS

Com a evolução natural dos tempos, o desporto tem vindo a assumir no panorama contemporâneo um papel de capital importância, quer no plano social, quer no plano pedagógico, traduzindo-se num dos principais meios de educação e formação da população em geral.

A partir de uma investigação sistematizada da realidade que envolve e causa o tipo de práticas desportivas no Município, pode chegar-se ao seu melhoramento e desenvolvimento ordenado.

Assim, e pela força dos fatos, o *Desenvolvimento Desportivo de um Concelho*, deve procurar levar em consideração todas as áreas de prática desportiva existentes no meio, tanto nas suas vertentes qualitativas como quantitativas, sejam elas de nível formal, ou informal.

O presente trabalho persegue fundamentalmente:

1. Contribuir para uma resposta ao problema levantado sobre o conhecimento da situação desportiva na Cidade de Inhambane, através do *Levantamento, Análise e Prospetiva da sua Situação Desportiva*.
2. Surgir enquanto instrumento de análise e reflexão sobre o processo de Desenvolvimento da Cidade de Inhambane no período que compreende últimos três ciclos Olímpicos (de 2009 a 2012).
3. Construir um documento que reúna diferentes indicadores a considerar no processo de Desenvolvimento da Cidade de Inhambane.
4. Estabelecer um conjunto de linhas orientadoras a desenvolver com o estabelecimento e indicação de critérios. Medidas e prioridades para um efetivo e contínuo desenvolvimento desportivo.

5. METODOLOGIA

A presente investigação encontra-se organizada de acordo com os diferentes passos, seguidos ao longo da sua realização, a que designámos por capítulos, a saber:

CAPÍTULO I – Construindo a Introdução do presente trabalho e onde definimos o âmbito do tema, bem como a problemática daí envolvente, estabelecendo os objetivos que nos propusemos atingir.

CAPÍTULO II – Onde efetuamos uma análise bibliográfica que de certa forma nos esclarecesse sobre os conceitos a abordar.

CAPÍTULO III – Caraterização da Situação Desportiva e sua apresentação em termos de quadros e fatores de desenvolvimento desportivo, analisados separadamente. Esta análise foi efetuada considerando, sempre que possível (devido aos dados disponíveis), os diferentes anos a que nos propusemos analisar (2009 a 2012). Utilizámos para o efeito, gráficos e quadros que nos possibilitassem uma melhor ilustração dos valores recolhidos, acompanhados de algumas reflexões consideradas pertinentes.

CAPÍTULO IV – Apresentação e análise dos Indicadores Desportivos, de acordo com os dados recolhidos anteriormente, bem como apresentação de um conjunto de relações entre os diferentes elementos estudados.

CAPÍTULO V – Análise da Situação Desportiva, onde apresentamos relações entre os elementos abordados, utilizando a metodologia adotada para a sua apresentação.

CAPÍTULO VI – Apresentação dos objetivos gerais que propomos para a Prospetiva da Política Desportiva da Cidade, bem como um conjunto de medidas possíveis de constituir essa mesma Política Desportiva.

CAPÍTULO VII – Onde apresentamos as conclusões finais do presente trabalho

CAPÍTULO II -

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A análise da *Situação Desportiva* permite-nos o conhecimento de uma determinada realidade desportiva, como resultante do seu *Nível Desportivo*, permitindo-nos um suporte para uma intervenção concertada, através dos *Fatores de Desenvolvimento*, sobre a qual se deverá basear a Política Desportiva visando progressos no *Nível Desportivo*.

De acordo com o referido torna-se imperiosa uma análise sobre os conceitos aqui envolvidos, situando-nos perante determinados instrumentos utilizados ao longo deste trabalho.

Para tal remetemo-nos para a análise do Artigo elaborado por Gustavo Pires – Situação Desportiva – Parte I, publicado na revista *Ludens* nº 02, volume 13, Abril/Junho, U.T.L., FMH, 1993, bem como o Livro *Agôn-Gestão do Desporto – O Jogo de Zeus*, 2007.

Segundo este autor:

O desporto converteu-se numa das atividades humanas mais praticadas, sendo de todas as indústrias de lazer a que maior número de participantes tem conquistado, quer seja a nível profissional ou amador, de maneira regular ou ocasional, milhões de pessoas participam nas várias formas de atividade física e desporto existentes por todo o mundo.

Para além dos benefícios para a saúde que suscita, o desporto desempenha um papel importante tanto a nível económico como ao nível social. Contribui para a integração social, participa no processo de educação não formal, propicia os intercâmbios interculturais e cria empregos, promovendo formas de subsistência.

Reconhecemos a importância social do desporto e entendemos que a atividade desportiva poderá assumir multiplicidades de formas que se podem organizar nos mais diversos espaços institucionais ou setores de desenvolvimento, abrangendo realidades diversas com repercussões nos sistemas que compõem a nossa sociedade, tais como: legislativo, político, económico, social, educativo e cultural.

A este propósito, Gustavo Pires diz-nos que “(...) embora o desporto tenha uma unidade que lhe confere um significado valor universal, o que é um fato é que não é unitário, já que possibilita um enorme número de práticas, em função dos segmentos sociais a que se destinam os projetos que estiverem em causa”.

No espírito da declaração relativa ao desporto anexa ao Tratado de Amesterdão de 1997, a União Europeia sublinhou em várias ocasiões a importância da função social do desporto e mais particularmente nas conclusões da Presidência no seguimento do Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000. Estas conclusões insistem na necessidade de preservar e promover funções sociais do desporto. Infere-se deste contexto a importância do desporto na comunidade mundial na perspetiva do desenvolvimento humano.

Por outro lado, as origens do desporto encontram-se relacionadas com o lazer e, particularmente com o jogo, e esse não é mais do que a criação dum espaço alternativo, em tempo livre, onde se pratica alguma coisa, e onde a ação obedece a uma lógica que ora privilegia a competição, o acaso, o simulacro ou ação (Caillois, 1958; Huizinga, 1972).

Na perspetiva de Edgar Morin (1991), diremos que o jogo contém em si, de forma latente, as potenciais formas do desporto, enquanto este manifesta constantemente a prática do jogo. Na sua essência o desporto envolve a simplicidade do jogo, contudo, complexifica a sua prática com outras dimensões, nomeadamente a sua institucionalização e a alta competição. Estas são as características que Brohm (1992) refere para que se possa falar numa “(...) rutura entre o desporto antigo e o desporto moderno, bem como entre educação física e desporto propriamente dito”.

Também Allen Guttman diz que o desporto moderno define-se por um conjunto de características sistematicamente inter-relacionadas e que contrastam com as práticas lúdicas tradicionais. Segundo este autor, os elementos que caracterizam as atividades desportivas modernas são: a secularização na orientação das práticas; a igualdade na possibilidade de participação; a burocratização na administração e organização das práticas; a especialização no sentido da diferenciação consoante as aptidões e as estratégias técnico-táticas; a racionalização do desempenho físico bem como das regras para uma maior rentabilidade e espetacularidade; a quantificação que permite comparar marcas, resultados e desempenhos; a obsessão pelo recorde e o desafio em superá-lo.

Estes elementos, referidos como características do desporto, por oposição do jogo, são elementos típicos do processo da modernidade iniciada no século XVI.

Segundo Boaventura (1988), a grande hipótese do conhecimento moderno é o mecanicismo, ou seja, a ideia de que o mundo é uma máquina cujas operações se podem determinar por meio de leis físicas e matemáticas, o que tem como consequência a valorização das quantidades por despromoção das qualidades intrínsecas dos objetos.

Também no desporto a grande hipótese é o mecanicismo, isto é, a repetição constante do mesmo movimento que permite um aperfeiçoamento técnico traduzível em números: em tempo no caso das corridas, em pontos no caso dos jogos, em nota técnica no caso da ginástica e das atividades em combate.

Segundo Brohm (1992), essa tendência já era possível de determinar em finais do século XVIII, relativamente às corridas de cavalos, estando já aí presentes as “três características essenciais do moderno desporto industrial”: a persecução do recorde, o interesse pela velocidade e a obsessão pelo mensurável.

Os antigos passatempos populares, localizados, desorganizados, sem regras escritas nem qualquer entidade organizadora, na sua essência, os jogos, estavam intimamente associados às festividades religiosas e aos calendários agrícolas.

Em contrapartida, os desportos emergentes nos séculos XVIII e XIX são gradualmente mais organizados, estruturados, regulados, especializados, codificados e burocratizados, estando em sintonia com o contexto socioeconómico do processo industrial.

Situação Desportiva

A situação desportiva define-se como sendo uma visão funcional do mundo do desporto. É a contabilidade analítica dos elementos desportivos, entendendo-se estes como as unidades mais simples que compõem o sistema desportivo. Segundo Pires (2007), a situação desportiva é um dos conceitos base do processo de gestão do desporto que permite analisar e compreender o estado de um dado contexto desportivo, conhecendo-o num determinado momento.

Assim podemos determinar que existem três categorias de elementos: Desportivos; Para-desportivos; Extra-desportivos.

Elementos Desportivos

Os elementos “propriamente desportivos” caracterizam-se por poderem ser controlados ou influenciados pelos responsáveis da política da organização, de maneira a contribuírem diretamente para o desenvolvimento desportivo e podem ser pessoas (praticantes do desporto, monitores, dirigentes etc.), coisas (instalações, equipamentos, etc.) ou estruturas de organização (clubes, federações, etc.). Os elementos propriamente desportivos caracterizam aquilo a que chamaremos de quadro desportivo.

Os elementos propriamente desportivos podem ser classificados em três grandes categorias: Elementos de base; Elementos de direção e organização; Elementos instrumentais.

Elementos Para-desportivos

A situação desportiva é apoiada em segundo lugar, por uma série de realidades para-desportivas, como por exemplo as pessoas e as organizações que não pertencendo ao sistema desportivo podem eventualmente apoiá-lo e até em termos de futuro vir a fazer parte dele. Estão neste caso as corporações de bombeiros, as empresas de marketing e publicidade, os sponsors e os mecenas, etc. Os elementos para-desportivos organizam-se no quadro de apoio. Ou seja, os elementos para-desportivos não fazem parte do contexto desportivo, mas podem ser requisitados para o apoiarem. Por exemplo, uma empresa de transportes, uma instalação de saúde, um meio de comunicação.

Elementos Extra – Desportivos

Finalmente, a situação desportiva é influenciada por um conjunto de aspetos tais como as condições económicas e geográficas do país, os costumes sociais e as crenças, as características anatómicas e fisiológicas da população, que constituem e organizam o

“quadro condicionante” segundo Paz (1977). As realidades desta categoria serão qualificadas aqui como “elementos extradesportivos”. Realidades estas que condicionam a prática desportiva, não podendo estas serem controladas pelas organizações. O seu conjunto constitui aquilo que se chama de "quadro condicionante". A diferença dos elementos propriamente desportivos e dos elementos extradesportivos surgem como dados mais ou menos constantes ou independentes. Os responsáveis pela política desportiva, em qualquer caso, não os podem modificar a curto prazo. No entanto, deve-se considerar que os elementos extra desportivos podem ter um sinal positivo ou negativo em relação ao desporto em geral ou em relação a determinadas modalidades.

Os principais elementos extra-desportivos são: condições demográficas; características fisiológicas e anatómicas da população; condições do clima e da geografia; condições económicas e as condições sociológicas.

Sistema – Conjunto de elementos que se inter-relacionam e interagem no desempenho de uma função. Trata-se de uma combinação de meios e de processos destinados a produzir certo resultado, ou seja, um determinado fim que lhes é comum.

Sistema de Atividades

É uma ferramenta orientadora e, simultaneamente, um quadro de referência do desempenho de uma instituição ao longo do ano no que se refere às atividades efetuadas.

Segundo Cunha (1997), o Sistema é formado por um conjunto de subsistemas e tem como objetivos a organização das práticas desportivas. Produz ações de vários tipos, identificáveis pelas atividades desportivas, mas também por todo um conjunto de procedimentos que os agentes e instituições, que se mobilizam no âmbito do desporto, desencadeiam.

Sistema Físico

É o Sistema onde se enquadram os espaços desportivos de suporte ao desenvolvimento das atividades da instituição. O local onde as práticas desportivas e as competições desportivas se desenvolvem, aquele onde através do desporto, a afirmação social é feita, que são os elementos desportivos. Para a prática de uma modalidade ao ar livre, o que não é o caso da nossa instituição, tem que se considerar outros aspetos para além das estruturas desportivas naturais, como a meteorologia, a temperatura do mar, precipitação, humidade, vento. Estas variáveis são então os elementos extra-desportivos.

Sistema Político

O sistema político caracteriza-se pelas políticas da organização que visam o desenvolvimento do clube, quer no presente, quer no futuro. Através da tomada de decisões políticas da organização tenta-se desenvolver condições favoráveis para a prática do exercício desejado.

Sistema Financeiro/Económico

Segundo Pires (2007), o sistema Financeiro é constituído pelo conjunto dos mecanismos através dos quais as organizações desportivas (clubes, associações, federações, empresas e outras entidades) satisfazem as suas necessidades de financiamento, de tal maneira que se adequam aos planos de investimento que devem expressar a sua vocação e gerar fluxos de caixa com saldo positivo, ou seja, caracteriza-se pelas receitas e despesas da organização que visam o desenvolvimento do clube/instituição, obtendo resultados líquidos positivos.

Sistema Social

Segundo Pires (2007), o Sistema Social é constituído pelas condições sociais da população, ou seja acesso a bens e serviços, desportivos ou não, que traduzem o seu padrão de qualidade de vida. O sistema social engloba assim um conjunto de aspetos sociais ligados ao mundo do desporto, como por exemplo, os seguros desportivos, apoio médico e intervenção da comunicação social. A quantidade e qualidade destes, influência a prática de atividade física.

Sistema Cultural

O sistema Cultural pode-se definir como o conjunto de hábitos e valores desportivos e culturais, assim como dados relativos à história do desporto que interferem no mundo desportivo.

Sistema Humano

É um parâmetro que indica o número completo de indivíduos e empregados permanentes que intervêm, movimentam e dão um sentido ao processo de desenvolvimento desportivo. Numa instituição desportiva fazem parte do quadro humano os praticantes, os técnicos, os dirigentes e os espetadores.

Em suma, são todas as pessoas minimamente ligadas a um desporto ou a uma organização desportiva.

Sistema Material

Compõe o Sistema Material toda a matéria que é concreta e que pode ser quantificada, que seja favorável ao desenvolvimento desportivo, desde instalações ao apetrechamento. O conjunto das infraestruturas necessárias para a prática desportiva constitui o sistema material. As infraestruturas desportivas são o conjunto dos meios materiais, artificiais, naturais e seminaturais necessários ao desenvolvimento das atividades desportivas

Sistema Orgânico

Segundo Gustavo Pires (2007), o quadro orgânico compreende todos os organismos nacionais ou internacionais, governamentais ou não-governamentais, com ou sem fins lucrativos que, direta ou indiretamente, intervêm ou relacionam-se com o fenómeno desportivo.

Sistema Normativo

Segundo Gustavo Pires (2007), o quadro normativo é o conjunto de normas mais ou menos formais e das leis que enquadram, regulamentam e configuram o desporto. Serão, portanto, as leis, normas e regras que uma organização seguirá para orientar a sua atividade.

Sistema Atividades

É uma ferramenta orientadora e, simultaneamente, um quadro de referência do desempenho de uma instituição ao longo do ano no que se refere às atividades efetuadas.

Direção – constituído pelo presidente, vice-presidente e diretores, entre outros, que estão forçosamente ligados à direção e à orientação de todas as vertentes do projeto. Trabalham todos para um fim comum, mas cada um tem a sua área de intervenção.

Desporto – é uma atividade física sujeita a determinados regulamentos e que geralmente visa a competição entre praticantes. Para ser desporto tem de haver envolvimento de habilidades e capacidades motoras, regras instituídas por uma confederação regente e competitividade entre opositos.

Instalação desportiva – todo o recinto ou conjunto de recintos com anexos funcionais, como vestiários, balneários, arrecadações, enfermarias.

Normas de seleção – unidades de medida que conferem objetividade aos critérios de seleção adotados e que se constituem como referências concretas, em cada momento do recrutamento, para avaliação da aptidão e das capacidades das crianças e jovens.

Orçamento – é o plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício. Aplica-se tanto ao sector governamental quanto ao privado. É a expressão das receitas e despesas de uma organização a um período de execução (ou exercício) determinado, geralmente anual. Consiste na previsão das quantias monetárias que, num determinado período, devem entrar e sair dos “cofres”.

Organização – ciência que permite conhecer as estruturas e regras de funcionamento, para que uma atividade otimize os resultados tanto no plano técnico como humano.

Património – todos os bens que pertencem a determinada entidade. Por exemplo, terrenos, sede, instalações desportivas.

Conselho Municipal – o conselho municipal é o órgão executivo de cada um dos municípios de Moçambique. Por extensão, o termo "câmara municipal" também

se refere ao conjunto dos departamentos e serviços da administração municipal. É composto por um presidente e por um número variável de vereadores, a que são, ou não, atribuídos pelouros.

Recursos financeiros – Bens monetários/disponibilidade de caixa, de uma organização. Provêm de várias fontes e podem ser compreendidos como uma das principais fontes para obter os resultados desejados.

Recursos humanos – Pessoas envolvidas ou que fazem parte de um determinado empreendimento ou do seu processo.

A **análise da Situação Desportiva** – consiste numa interpretação do balanço realizado no levantamento da situação desportiva. São valores da Situação Desportiva, analisados numa dinâmica de relação entre variáveis possibilitando uma interpretação do sistema desportivo.

“Em conformidade, a análise da situação desportiva é constituída pelo jogo das relações, técnicas e funcionais, quantitativas e qualitativas, que podem ser estabelecidas entre os diversos elementos desportivos, extradesportivos e para-desportivos...” (1993) organizados em quadros, caracterizando determinada estrutura desportiva.

Importa neste momento refletir sobre o que trata determinada Política Desportiva, englobando as medidas para passar de uma situação atual, para outra que é considerada como a meta a perseguir, visando o desenvolvimento, elevando o seu Nível Desportivo.

Nível Desportivo – visão global do sistema desportivo por oposição à situação desportiva. Permite a comparação entre a realidade e o objetivo ideal.

Como instrumentos que, direta ou indiretamente, elevam o Nível Desportivo, consideramos os Fatores de Desenvolvimento “... como o conjunto das atividades que, combinadas em programas, tendem a desenvolver os diversos elementos da situação desportiva...” e consequentemente elevar o seu Nível Desportivo. Estes permitem:

- a) Ter estratégias de desenvolvimento através de uma visão de conjunto do sistema;
- b) Estabelecer a articulação entre as diversas categorias de objetivos e operadores;

- c) Comparar políticas de desenvolvimento desportivo em termos relativos.
Exemplo: duas autarquias.
- d) Permitir integrar as políticas desportivas na política geral.

Segundo Pires, (1986) & Cunha, (2011), apresentamos os *Fatores de Desenvolvimento* normalmente considerados no sistema desportivo nacional:

- **Orgânica** – conjunto de organismos nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, que configuram, enquadram e animam o processo de desenvolvimento desportivo.
- **Financiamento** – processo pelo qual os diversos setores do sistema desportivo obtêm recursos monetários ao desenvolvimento das práticas desportivas em que estão envolvidos. Em quase todos os países do mundo, o Estado toma para si, com um maior ou menor intervencionismo, a responsabilidade de financiar as práticas desportivas enquanto atividades de cariz social, não só pelos benefícios diretos para o praticante, mas também por toda a ordem de vantagens no domínio do controlo social.
- **Instalações** – são as infraestruturas desportivas artificiais. Para além da área de prática desportiva, a instalação desportiva poderá ter unidades de apoio à prática desportiva. Exemplos: balneários, arrecadações, etc. Considera-se infraestrutura desportiva como o conjunto dos meios materiais, artificiais, naturais e seminaturais necessários ao desenvolvimento das atividades desportivas.
- **Apetrechamento** – constituído pelos equipamentos leves e pesados, individuais e coletivos necessários à prática desportiva.
- **Recursos Humano** – incluem os indivíduos que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento do desporto. Exemplos: técnicos, dirigentes, espetadores, etc.
- **Formação** – processo de transmissão/aquisição ativa de conhecimentos, com o objetivo de melhorar o desempenho dos quadros humanos, intervenientes no processo desportivo, através da sua valorização técnica. Consiste, pois isso, em transmitir de forma dinâmica e sistemática, conhecimentos, provocando a sua atualização ou o seu aumento e criando as condições para uma melhor e mais

eficiente integração dos agentes no processo desportivo em particular e na sua vida pessoal em geral.

- **Atividades** – conjunto das ações motoras de raiz física, biológica, neurológica e fisiológica condicionadas e determinadas socialmente. Assumem a forma de modalidades desportivas que podem assumir uma dinâmica organizacional formal, não-formal e informal. Podem decorrer sob a responsabilidade institucional de diversos setores com objetivos próprios e dirigidos a grupos alvo específicos tendo em atenção as diversas etapas do processo.
- **Legislação** – inclui conjunto das leis que enquadram, regulamentam e configuram o Sistema Desportivo.
- **Gestão** – conjunto dos instrumentos pelos quais os meios tecnológicos, são relacionalmente organizados e desenvolvidos de modo a provocarem-se os efeitos previamente definidos, que cumprem os objetivos e garantem a sobrevivência do sistema.
- **Documentação** – congrega a literatura que aborda os diversos aspetos da problemática desportiva. É o conjunto da produção literária de cariz desportivo.
- **Informação** – processo pelo qual o conteúdo de significado e interesse desportivo é transmitido e circula entre os intervenientes públicos e privados, individuais e coletivos que configuram o processo desportivo.
- **Marketing / Promoção** – em desporto pode ser definido como o conjunto das técnicas que têm como objetivo tornar o desporto conhecido e prática sistemática adequando-o, nos diversos fatores de desenvolvimento, às características, necessidades e anseios da população, procurando obter um máximo de benefícios e utilizando, para o efeito um mínimo de recursos.

Para finalizar, consideremos o conceito de Setor Desportivo como o espaço institucional onde se organizam atividades com objetivos próprios e dirigidos a grupos alvo específicos com metodologias próprias.

Os autores consideram os seguintes setores do desporto:

- ❖ **Setor Escolar** – o desporto escolar titula organização própria no âmbito do sistema desportivo e subordina-se aos quadros específicos do sistema educativo.

Assume-se o desporto escolar como um subsistema totalmente integrado no sistema educativo, deve, contudo, ser também um setor autónomo do sistema desportivo, onde poderá estabelecer ligações com outros subsistemas, numa situação de igualdade institucional. Entende-se por desporto escolar o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integrados no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito de sistema educativo. Identificam-se-lhe objetivos próprios na ocupação formativa e criativa dos tempos livres e no complemento educativo dos jovens em idade e situação escolar. Reconhecem-se as populações-alvo, na pessoa dos estudantes, bem como os agentes que, além deles, incluem os professores, os pais e os funcionários, e ainda outros elementos da sociedade que se relacionam com a escola e que têm capacidade instituída de intervir neste campo, pela articulação de ações (nomeadamente autarcas e alguns clubes). A unidade-base organizativa do desporto escolar é a escola, através do núcleo do desporto escolar. A organização de quadros competitivos é visível através do resultado do trabalho da estrutura própria que titula o desporto escolar.

- ❖ ***Setor Trabalho/recreativo*** – o desporto para trabalhadores identifica um setor próprio. Ele desenvolve-se em torno dos clubes de empresa e das associações de trabalhadores que constituem a sua unidade-base. Contudo, assistimos hoje dentro deste setor, ao aparecimento de dinâmicas privadas ou de associativismo livre, tendentes à organização de quadros competitivos, destinadas a um leque mais estreito desta população-alvo.
- ❖ ***Setor Universitário*** – este setor tem como objetivo fundamental a organização das atividades desportivas dirigidas aos estudantes universitários que são a sua população-alvo, quer façam parte das universidades públicas, privadas ou escolas superiores. A unidade-base é identificável a partir das associações de estudantes ou académicas, que são estruturas onde se desenvolvem os processos organizativos tendentes ao funcionamento do setor. Os agentes, são todos os estudantes e outros intervenientes oriundos do sistema educativo universitário

que participam nestas dinâmicas. Podem ainda incluir outro tipo de pessoas que intervêm como técnicos, árbitros, auxiliares, etc.

- ❖ **Setor Militar** – o desporto no âmbito das forças armadas e das forças de segurança organiza-se autonomamente. Define objetivos específicos que se incluem nos objetivos de preparação militar dos seus elementos. Engloba as unidades militares, paramilitares e militarizadas (forças armadas, polícias, bombeiros, guardas e cruz vermelha), que se constituem como a unidade-base organizativa deste setor. Identifica agentes que estão instituídos por leis, regulamentos e processos de formação próprios, e cuja ação se desenvolve no interior do subsistema em causa. Detém um quadro competitivo próprio (campeonatos militares e das forças armadas).
- ❖ **Setor Federado** – este setor estrutura-se em torno das organizações associativas nas quais o clube mono ou polidesportivo se constitui como a unidade-base. O grupo-alvo específico é constituído pelo conjunto dos praticantes que se associam livremente ao clube e que pretendem evoluir no âmbito das práticas desportivas, fundamentalmente as de tipo formal. Os objetivos estão vocacionados preferencialmente para a componente competitiva do espetáculo desportivo. Relativamente aos agentes, o seu estatuto é o resultado de um sistema que tem características abertas e permeáveis a influências e encontram a sua regulamentação na Lei do Desporto e diplomas seguintes. Os quadros competitivos são organizados no âmbito das competências das federações respetivas.
- ❖ **Setor Autárquico** – o setor autárquico tem características especiais em relação aos demais setores. Este, possui normalmente um papel supletivo, de suporte ou iniciador de processo de desenvolvimento do desporto, organizados com uma base territorial, mas tem também vocações que resultam das competências e atribuições dos organismos que o enquadram: As Câmaras/Conselhos Municipais e as Localidades Municipais.

As atribuições das autarquias locais em matéria de desporto relativamente aos interesses próprios das populações que representam, estão consignadas em vários diplomas, e reúnem competências ao nível da construção de instalações desportivas e espaços

verdes nos loteamentos urbanos, de escolas e respetivo equipamento desportivo, bem como a realização e promoção de atividades.

A população-alvo é assim identificada na pessoa de todos os cidadãos munícipes, em especial os mais desfavorecidos e em idade escolar. O objetivo reside fundamentalmente na geração de oferta desportiva ou apoio da já existente. Este setor tem agentes próprios, que agem a partir dos órgãos autárquicos e de outras estruturas que com ele se relacionam. As unidades-base, são todos os organismos desportivos de base pertencentes ou não aos outros setores, que se enquadrem, através de contratos-programa, nos objetivos da política desportiva municipal e que se localizam no território do município. Podem considerar-se nestas condições os clubes escolares, os clubes de deficientes, grupos naturais que ainda não estejam instituídos e que tenham proveniência local, os clubes oriundos do movimento associativo, etc. Os quadros competitivos a organizar, por princípio, não devem competir com outros setores que os já têm instituídos. Quando tal acontece, as entidades devem remeter-se ao papel de apoiantes desses processos ou das respetivas unidades-base do seu concelho. No entanto, a sua função primordial reside no desencadear de projetos tendentes a aumentar a oferta, quer em quantidade quer em diversidade, fundamentalmente, através do apoio aos principais agentes desportivos que os pretendam desenvolver. Os quadros competitivos a promover, têm como características, a resposta à procura com o lançamento de processos iniciadores de novas atividades e com decorrência ocasional. O setor autárquico tem ainda algumas prioridades, em termos do apoio a prestar às populações, que derivam das suas atribuições mas também das responsabilidades e expectativas que geram nos cidadãos:

1. O suporte das atividades escolares e de grupos mais desfavorecidos;
2. A política de instalações desportivas, espaços de recreio e espaços verdes, o respetivo apetrechamento e gestão;
3. O estabelecimento de um sistema de informação desportiva ao munícipe esclarecedor sobre as atividades, sobre a possibilidade e as formas de ele próprio participar e de desencadear projetos de desenvolvimento desportivo junto ao seu local de residência, sobre dados relativos aos mais diversos aspetos da política desportiva municipal; sobre os órgãos municipais responsáveis pelo desporto, os respetivos serviços e a sua constituição;

4. A edição de documentação necessária ao suporte dos projetos e atividades a desencadear por todos os agentes desportivos, inclusive dos seus próprios serviços;
5. O financiamento de projetos de desenvolvimento desportivo;
6. A articulação de ações com outros setores do sistema desportivo e do sistema social de modo a realizar sinergias nos processos desencadeados;
7. O lançamento de ações de mobilização e de formação de todos os agentes desportivos, em colaboração com outras instituições de formação neste âmbito;
8. Criar as condições de arranque para os processos de desenvolvimento do desporto;
9. Etc.

O setor autárquico é por excelência o espaço de interface entre todos os outros setores e é também o que tem mais responsabilidade, pelo fato de ser ao mesmo tempo setor desportivo e as suas organizações fazerem parte do Quadro de Apoio ao Desporto.

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO

APRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

1. Descoberta

Não é conhecida a data exata do descobrimento de Moçambique. Os primeiros habitantes da África Austral, onde Moçambique se insere, eram bosquímanos, caçadores e recoletores. As grandes migrações (200/300) dos povos Bantu, de hábitos guerreiros oriundos do norte precisamente das florestas da região congolesa, forçaram a população residente a fugir e acantonar-se em áreas pobres e escusas. No século VII, os árabes-suahílis tinham atingido a costa de Moçambique, onde estabeleceram entrepostos para trocar produtos do interior, sobretudo ouro, marfim e outros metais por artigos de proveniência diversa.

A época pré-histórica é conhecida por algumas estações neolíticas. No centro do País encontram-se vários recintos amuralhados, testemunho do império de Monomotapa, muito similares às construções ciclópicas do Zimbabwe antigo.

Em Tete, Niassa e Zambézia encontram-se interessantes pinturas rupestres. Entre os séculos VI e VIII, um povo de agricultores (praticando agricultura em socalcos) deixou intensos vestígios de construção de pedra solta.

A partir do século VIII, navegadores arábio-persas visitaram a costa estabelecendo algumas feitorias comerciais e, entre os séculos XV e XVIII atingiu-se o apogeu do império de Monomotapa.

No século XV mercadores árabes fundou colónias comerciais em Sofala, Quelimane, Angoche e Ilha de Moçambique, esta última viria a ser visitada pela frota de Vasco da Gama a 2 de Março de 1498, vindo os Portugueses a ocupar Sofala em 1506.

De início, Moçambique era governado como parte constituinte da Ilha Portuguesa, tornando-se mais tarde numa administração separada. Foi colónia portuguesa até 1951 e a partir daí, província ultramarina.

2. Localização e Dimensão

Moçambique localiza-se a sudeste do continente africano. É limitado a leste pelo Oceano Índico, a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi e Zâmbia. A oeste faz fronteira com o Zimbabwe, África do Sul e Swazilândia, e a sul com a África do Sul. Em termos de coordenadas geográficas, Moçambique situa-se entre as latitudes 10° 27' Sul e 26° 52' Sul e entre as longitudes 30° 12' Este e 40° 51' Este.

O seu território enquadra-se no fuso horário 2 (dois), o que lhe confere duas horas de avanço em relação ao Tempo Médio Universal (Muchangos, 1999). Moçambique tem uma superfície total de 799.380 km² dos quais 13.000 km² são ocupados pelas águas interiores que incluem os lagos, albufeiras e rios (Barca, 1992).

O relevo moçambicano é constituído por 3 (três) estruturas principais: planícies, planaltos e montanhas. Basicamente existe uma certa sequência na sua disposição: do litoral para o interior o relevo vai de planície à montanha mas nalguns casos as montanhas ocorrem em plena planície.

Moçambique apresenta uma grande variedade de solos, sob influência marcada das condições geológicas e do tipo de climas caraterísticos do país. Na região Norte, caracterizada por rochas do Pré-câmbrico e altas precipitações, os solos predominantes são argilosos, variando entre franco-argilosos – avermelhados que ocupam a maior parte e os argilosos vermelho acastanhados profundos com boa permeabilidade e drenagem. Os solos franco-argilosos são bastante vulneráveis à erosão enquanto os argilosos e os castanhos são menos suscetíveis. No litoral da zona norte a presença de rochas do Fanerozoico provoca uma alteração dos solos. Aqui predominam os arenosos de dunas costeiras e fluviais mas existem extensões de solos franco-argilosos, arenosos acastanhados ao sul de Tete, prolongando-se ao longo da bacia do Zambeze. No curso médio inferior deste rio os solos fluviais com elevada fertilidade tomam lugar, misturando-se primeiro com os anteriores e tornando-se mais dominantes na costa. No sul predominam solos arenosos de baixa fertilidade e baixo poder de retenção de água sendo interrompidos de vez em quando por solos arenosos brancos fluviais e marinhos. Ao longo dos vales dos rios encontram-se solos fluviais de alta fertilidade. Ao longo da fronteira sul e associando-se à cadeia dos Libombos existem solos delgados e pouco profundos, pouco aptos para agricultura.

“Terra dos sorrisos”, diz o Turismo de Moçambique com razão. Num país com a vida selvagem do incrível Parque Nacional de Gorongosa, a ilha de Moçambique, o paradisíaco arquipélago das Quirimbas, a praia do Tofo, a cosmopolita capital Maputo, o charme de Inhambane, o arquipélago de Bazaruto, o Lago e Reserva de Niassa, a cidade costeira de Pemba e até mesmo a barragem de Cahora Bassa, não faltam motivos para se encetarem viagens a Moçambique, numa África muito alegre, e muito portuguesa. Se olhar para as principais referências sobre o turismo moçambicano, a nível mundial, pode-se notar que as maiores e melhores revistas sobre turismo fazem elogio àquilo que acontece no país.

3. Demografia

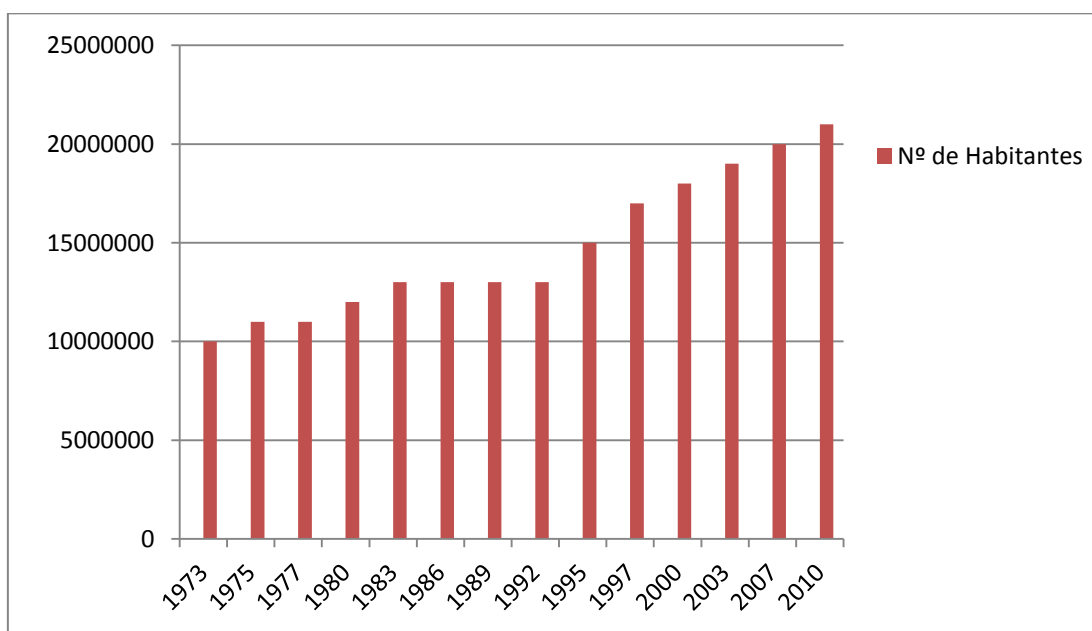
Moçambique tem uma população de 20.579.265 de acordo com o censo de 2007, o que representa um aumento de 27,8% em relação aos 16.099.246 enumerados no censo de 1997. Ainda segundo o censo de 2007, a população urbana totalizava 6.282.632, equivalendo a 30% do total; e a taxa de masculinidade era de 48,7 como resultado de um total de 9.897.116 homens e 10.682.149 mulheres, 30% da população concentra-se nas cidades, e a restante nos campos. As principais cidades são Maputo (1.178.116 habitantes), Matola (671.556) e Beira (431.583).

Antes da independência (1975), a população total de Moçambique passou de 6.603.651, em 1960, para 8.168.933, em 1970.

Tabela QC - 01: Evolução da População de Moçambique (1973 – 2010)

Ano	1973	1975	1977	1980	1983	1986	1989	1992	1995	1997	2000	2003	2007	2010
Nº Habitantes (por Milhões)	10	11	11	12	13	13	13	13	15	17	18	19	20	21

Gráfico - 01: Evolução da População de Moçambique (1973 – 2010)



Fonte: Instituto Camões – Dados históricos da República de Moçambique

Em 1960, a população branca era de 97.268 pessoas. Em 1975 viviam em Moçambique cerca de 200 mil portugueses, na sua maioria ligados ao funcionalismo público, empresas portuguesas e internacionais, mas também à agricultura e pequeno comércio. A comunidade indiana, em 1975, ligada ao comércio calcula-se que fossem entre 20.000 e 30.000 habitantes.

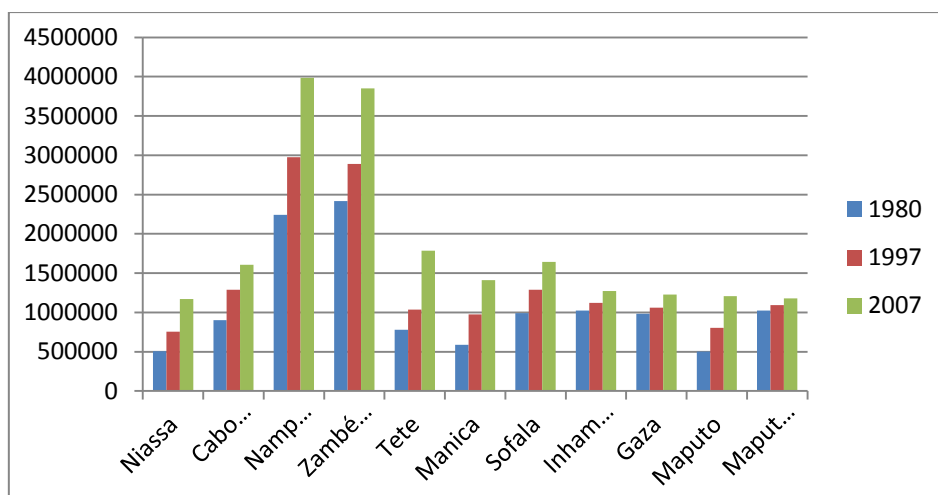
Por alturas da independência existia uma pequena comunidade chinesa de cerca de 4.000 pessoas, concentrada em Maputo e na Beira, dedicando-se sobretudo ao pequeno comércio. Os negros constituíam cerca de 98% da população. Os mestiços seriam apenas cerca de 0,5% do total.

Tabela - 02: Evolução da População Residente por Província (1980 – 2007)

Província	Número de Habitantes: 1980	Número de Habitantes: 1997	Número de Habitantes: 2007
Niassa	507 816	756 287	1 170 783
Cabo Delgado	900 704	1 287 814	1 606 568
Nampula	2 241 745	2 975 747	3 985 613
Zambézia	2 418 851	2 891 809	3 849 455
Tete	780 081	1 038 047	1 783 967
Manica	587 345	974 208	1 412 248
Sofala	990 732	1 289 390	1 642 920
Inhambane	1 023 879	1 123 079	1 271 818
Gaza	982 603	1 062 380	1 228 514
Maputo	500 892	806 179	1 205 709
Maputo Cidade	1 023 879	1 094 315	1 178 116

Fonte : Instituto Nacional de Estatística da República de Moçambique

Gráfico - 02: Residentes por Província (1980, 1997 e 2007)



4. Educação

A política educacional praticada no período colonial, assentava na discriminação entre europeus, assimilados e indígenas, tendo como resultado uma fraca formação do capital humano moçambicano. As estatísticas coloniais revelam que em 1966, nove anos antes da independência, os estudantes negros nas escolas comerciais e industriais representavam apenas 17% do total da população em idade escolar, 2,9% no liceu e cerca de 0,9% no ensino universitário.

O ensino das populações “nativas” foi introduzido a partir de 1941, tendo sido então confiado à igreja católica, nos termos do acordo Missionário. Em 1947, foi criada a primeira Escola Técnica no então Lourenço Marques (Maputo).

A primeira universidade foi criada em 1962 e teve na altura a designação de Estudos Gerais Universitários, mais tarde Universidade de Lourenço Marques. Em 1976, passou a chamar-se Universidade Eduardo Mondlane. Em 1970, dos cerca de 2.400 estudantes universitários, apenas 150 eram moçambicanos – a esmagadora maioria dos estudantes universitários eram filhos de portugueses que abandonaram o País após a independência.

A rede escolar colonial estava fortemente concentrada nas cidades e vilas e marcada por um desequilíbrio da oferta dos serviços de educação entre o ensino primário indígena rudimentar e de habilitações de professores ou normal e o ensino oficial. Também foram erguidas escolas missionárias de artes oficiais. A zona sul foi sempre mais bem beneficiada em relação ao centro e o norte do País. A preocupação com a educação tinha como fundamento circunscrever o conhecimento dos moçambicanos para não poderem concorrer com os portugueses. O ensino reservado aos indígenas era do nível primário rudimentar e ministrado pelas escolas missionárias.

Após a independência nacional e decorrente das nacionalizações que se seguiram, foi alargado o acesso às escolas e foram adotadas políticas viradas para a consolidação do direito à educação. Neste contexto foram criadas por todo o País, a par com esforço de mobilização e formação de professores e campanhas de alfabetização de adultos. Até 1984, foram alcançados resultados surpreendentes em termos de redução do analfabetismo e aumento do acesso das crianças às escolas.

As agressões externas, as sanções e a guerra entre os moçambicanos prejudicaram os referidos esforços, sobretudo ao nível das zonas rurais, não só devido a deslocação da população com especial destaque para alunos e professores, bem como à destruição de 46% da rede escolar de nível primário e 20% das escolas técnicas. Cerca de 300.000 crianças deixaram de ter acesso ao ensino primário.

Os esforços para a formação de técnicos nacionais nas escolas técnicas, de ensino geral e na única universidade então existente contaram com o apoio de vários países que enviaram professores e especialistas, sobretudo nas áreas de ciências

naturais. Como complemento a esta ação, grupos de estudantes foram enviados ao estrangeiro para concluírem os seus cursos. Para fazer face à demanda imediata de pessoal especializado, foi criado o “*Centro 8 de Março*” para a formação acelerada, tanto de professores nos diversos escalões, como de técnicos de nível superior.

Apesar de nos últimos anos terem sido dados passos significativos, Moçambique continua a ter uma das mais baixas taxas de alfabetização da África Austral.

De uma forma geral, o sistema de educação enfatiza pouco o saber fazer, a formação moral e ética. Os valores transmitidos nem sempre correspondem à realidade cultural, social e local.

Dados oficiais indicam que somente 5% da população moçambicana possui os níveis de educação secundária, vocacional e/ou superior.

Contudo o Banco Mundial entende que há progressos encorajadores que têm sido dados ao nível da educação básica, apesar de a demanda “para pessoas com o grau universitário contar alta”.

Há uma estratégia governamental virada à educação superior, cujo objetivo é assegurar a sustentabilidade da economia, alicerçando os recursos humanos qualificados. Trata-se de um complemento apoiado pelo Banco Mundial visando providenciar o setor do País, com objetivos clarificados: melhorar a eficácia interna e expandir a formação de pessoas, encorajar o acesso equitativo em termos de género, situação geográfica e socioeconómica; e melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a relevância dos currículos. (in jornal expresso – Moçambique).

5. O Ambiente e o Desenvolvimento em Moçambique

Os recursos naturais em Moçambique são abundantes e constituem uma base para o desenvolvimento do país. A gestão do ambiente exige uma planificação efetiva da utilização dos recursos naturais e do ambiente, a organização dos agentes económicos e de desenvolvimento que utilizam os recursos naturais, a integração das políticas setoriais, a direção dos processos do crescimento económico de forma sustentável, e a avaliação da situação ambiental de forma contínua.

A situação ambiental em Moçambique seria melhor expressa se fosse conhecido o Valor Económico Total (VET) dos recursos do ambiente. Infelizmente, o valor de uso dos recursos ambientais em Moçambique ainda não foi estimado. Contudo, acredita-se que é um valor elevado que pode garantir perfeitamente o futuro desenvolvimento económico de Moçambique. Esse valor pode ser determinado através do custo oportunidade na agricultura, minas, turismo, e saúde. As existências não estão bem inventariadas contudo, acredita-se que o seu valor é muito alto.

Ecologicamente o país já se ressentir de altos índices de erosão de solos, especialmente nas zonas costeiras, devido à destruição de mangais. Há indícios de poluição de rios e das águas de estuários e dos portos em alguns pontos da costa Moçambicana. As cheias têm uma dupla função ecológica. De um lado, as cheias aumentam a fertilidade dos solos, reduzem a sua salinidade através da lavagem das incursões salinas nos rios durante os anos das secas. Por outro lado, as cheias aumentam a erosão, debilitam os recursos humanos através da incidência de doenças, destroem as infraestruturas económicas e a produção agrícola.

A CIDADE DE INHAMBANE NO CONTEXTO NACIONAL

Inhambane foi fundada por mercadores suaílis, tendo sido visitada pelos portugueses pela primeira vez em Janeiro de 1498, quando a armada de Vasco da Gama aí aportou para se abastecer e, pelo bom acolhimento da população, chamou-lhe “Terra da Boa Gente”. Os portugueses construíram uma feitoria fortificada em 1546, mas apenas foi definitivamente ocupada por Portugal em 1731. Em 1763, com a construção do Forte de Nossa da Conceição, recebeu o estatuto de vila e sede de concelho. Foi atacada por franceses e holandeses, tendo sido saqueada em 1796 por piratas franceses da Reunião. Foi elevada à categoria de cidade a 12 de Agosto de 1956.

Figura QC - 01: Província de Inhambane e sua divisão administrativa



A província de Inhambane, está localizada na região sul de Moçambique. A sua capital é a Cidade de Inhambane, situada a cerca de 500 km a norte da cidade de Maputo. Com uma área de 68.775 km², esta província está dividida em 14 distritos e possui, desde 2008, quatro (4) Municípios: Inhambane, Maxixe, Massinga e Vilanculos.

Com pouco mais de 1 milhão e 270 mil residentes, a população desta província foi a que menos cresceu entre 1997 e 2007, tendo sido contabilizado um aumento que não chegou a 150 mil habitantes neste período, correspondendo a uma variação de 11.7%.

Situada no topo da região sul de Moçambique, Inhambane está limitada a norte pelas províncias de Sofala e Manica, a leste e sudeste pelo Oceano Índico e a sul e oeste pela província de Gaza.

Em 2007, o Censo indicou uma população de 1.271.818 residentes. Com uma área de 68.775 km², a densidade populacional rondava aos 18.49 habitantes por km².

De acordo com o Censo de 1997, a província tinha 1.123.079 habitantes e uma área de 68.615 km², daqui resultando uma densidade populacional de 16.37 habitantes por km².

Entre 1997 e 2007, a população cresceu 11.69%, tendo sido contabilizados mais 148.739 habitantes. Ambos os números foram os mais baixos registados entre as províncias moçambicanas neste período.

Divisão Administrativa da Província de Inhambane

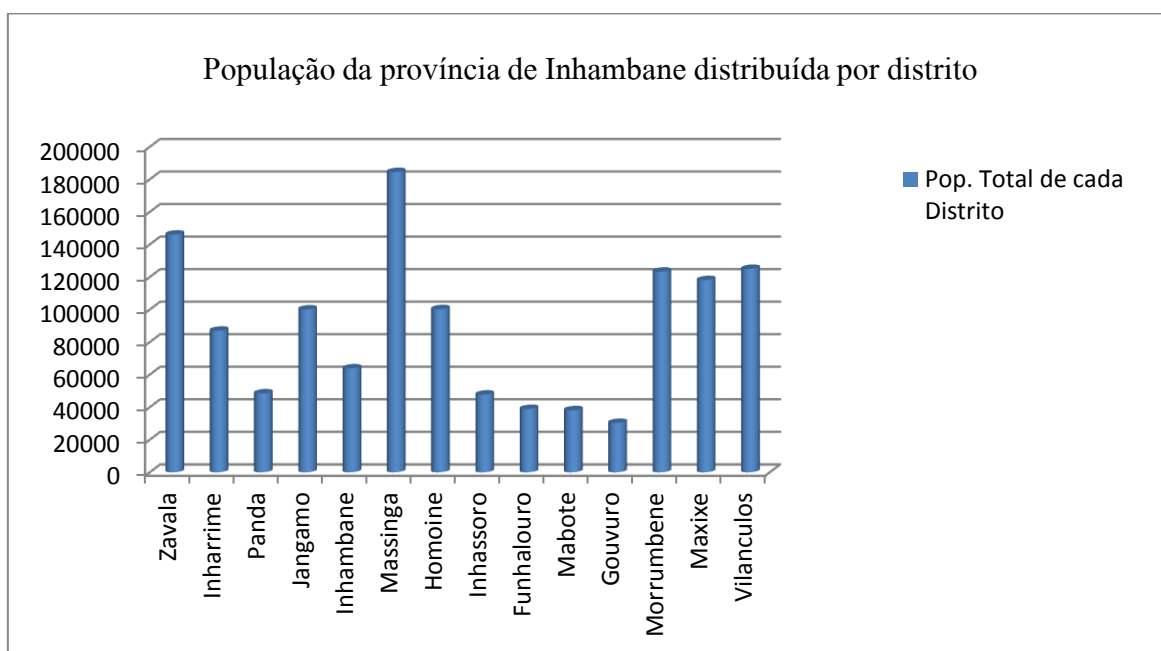
Atualmente a Província é dirigida por um governador provincial nomeado pelo Presidente da República, e neste momento o cargo é ocupado por Agostinho Abacar Trinta.

A Província de Inhambane está dividida em duas cidades, 4 municípios e possui 14 distritos, sendo cada distrito dirigido pelo administrador local.

Tabela QC - 03: Divisão Administrativa da Província de Inhambane - 2012

Província	Cidades	Municípios	Distritos	Superfície (Km ²)	Densidade Populac. (Hab./Km ²)	Nº de Habitantes
Inhambane	Inhambane	Inhambane	Zavala	2 617	56.00	146 074
			Inharrime	2 149	41.00	87 035
			Panda	6 971	7.00	48 491
			Jangamo	1 288	78.00	100 101
		Maxixe	Inhambane	192	47.00	73 948
			Massinga	7 458	24.70	184 531
			Homoine	1 942	52.00	100 249
			Inhassoro	6 299	8.00	47 757
	Maxixe	Massinga	Funhalouro	15 678	2.50	38 948
			Mabote	14 231	3.00	38 167
		Vilanculo	Gouvuro	4 584	7.00	30 368
			Morrumbene	2 358	52.00	123 309
			Maxixe	282	419.00	118 091
			Vilanculos	4 700	27.00	125 004

Gráfico QC - 03: Divisão Administrativa da Província de Inhambane - 2012



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane

A - QUADRO CONDICIONANTE (QC)

1. O Território da Cidade de Inhambane

Construída pelos Portugueses como entreposto comercial em 1535, Inhambane é uma das Cidades mais antigas da África Austral. O seu nascimento remonta de 1498 aquando de Vasco da Gama à baía para abastecimento de água. O fato de a população local ter colaborado com gestos de boa-fé levou a que o local fosse denominado por “Terra de Boa Gente”. A Cidade identifica-se como “terra de boa gente”, designação que se supõe ter sido atribuída por Vasco da Gama que aportou no local a 10 de Janeiro de 1498. *Ceuíne* é o nome tradicional da povoação sede. Campos Vieira diz que o “céu” é adaptação de “sede”, para designar “Inhambane Sede”.

Sobre a origem do termo de Inhambane existem várias versões: a mais comum refere quando Vasco da Gama perguntou aos nativos quem eram, estes responderam *iva-atu* que traduzido significa *somos gente*, que deturpado mais tarde de Inhambane.

Outra versão refere que, quando Vasco da Gama perguntou o nome da terra se encontrava à entrada da casa do chefe com lápis e papel na mão, e o chefe convidando-o a entrar em guitonga disse *Bela Gu Nhumbale*.

Admite-se ainda a possibilidade de Inhambane ser corrutela de *ambane* (adeus) em guitonga, existindo uma lenda segundo a qual, na hora de despedida de Vasco da Gama, os naturais disseram *ambane*.

Todavia, todas estas versões do nome “Inhambane” estão intrinsecamente ligadas a portagem de Vasco da Gama na baía de atual Inhambane. Logo de início foram notáveis as condições naturais favoráveis à criação de um centro comercial, devido às facilidades de acesso por mar e, em 1534, foi estabelecido o primeiro entreposto comercial. O comércio de ouro, controlado essencialmente pelos holandeses, era o que de início predominava no local, até que em 1728 os Portugueses se estabeleceram definitivamente na povoação embargando o comércio dos Holandeses e expulsando-os em 1731.

A Vila, embora tenha sido criada a 9 de Maio de 1976, ascendeu à categoria de cidade apenas a 12 de Agosto de 1956, ao abrigo da Portaria nº 11594/56. Em 1764 é inaugurada a Vila de Inhambane e iniciou o funcionamento da primeira Câmara de Inhambane dirigida por Thomaz Chagas – Capitão-mor das Terras Domingos de Araújo Lima e Belchior Baltazar Pires. Em 1867 foi elaborado e posto em execução o primeiro Código de Postura. Em Novembro de 1871, procedeu-se ao alinhamento das ruas, beco e travessas tortuosas da Vila, bem como foram alargados algumas. Em 1907 começaram os estudos do Caminho-de-ferro que liga a Vila de Inhambane com Inharrime. Em 1909 inicia a construção do Caminho-de-ferro de Inhambane, cuja inauguração foi em 1916.

Em 1915 é aberta a Ex-Avenida da República, atual Avenida da Revolução. Em 1924 foi inaugurada a estação de captação de água de Guiúá para Inhambane. No dia 16 de Junho de 1975, o Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Samora Moisés Machel, chega a Inhambane, no âmbito da sua visita triunfal do Rovuma ao Maputo. Em homenagem à sua passagem, o dia 16 de Junho passou a ser considerado dia da Cidade de Inhambane.

A Cidade de Inhambane ocupa um dos espaços históricos de destaque, foi nesta, na Praia de Tofo que teve lugar a VIIª Sessão Ordinária do Comité Central da

FRELIMO, a qual aprovou a primeira Constituição da República Popular de Moçambique.

Em 1983, uma parte da região da Maxixe foi integrada e passou a fazer parte da Cidade de Inhambane (desanexação da Maxixe da Cidade de Inhambane). Em 1986 a Cidade foi classificada com o nível C.

Estes últimos anos, Inhambane viu um crescimento económico mais acelerado, sobretudo no setor do turismo e comércio, não só nas zonas da Barra e Tofo mas também na cidade. Conta ainda com vários festivais anuais e uma feira mensal de arte e cultura. Existem ainda oportunidades por explorar no que diz respeito ao setor industrial e de agro-processamento que de momento ainda não está suficientemente desenvolvido.

O desenvolvimento económico local é outra das oportunidades, onde se quer mais pessoas e associações locais fazendo uso do potencial existente em matéria de recursos naturais para o desenvolvimento económico.

2. O Município da Cidade de Inhambane

Administrativamente, a cidade é um município, com um governo local eleito. O primeiro presidente do Conselho Municipal de Inhambane foi Vitorino Manuel Macuvel, eleito em 1998, sendo sucedido em 2003 por Lourenço A. da Silva Macul que foi reeleito para o cargo em 2008. Macul faleceu em 13 de Dezembro de 2011 e, de acordo com a lei, foram realizadas eleições intercalares a 18 de Abril de 2012, tendo sido eleito o Camarada Benedito Eduardo Guimino para o cargo de Presidente do Município. Os dois presidentes representaram o Partido Frelimo, bem como o atual.

Figura QC - 02: Edifício do Conselho Municipal da Cidade 2012



O Município de Inhambane, está localizado na zona central da Província

de Inhambane e é a Capital Provincial. Está limitado ao Norte pela Baía do mesmo nome, ao Sul pelo Distrito de Jangamo através do Rio Guiúa que o abastece em água potável, a Este pelo Oceano Índico e a Oeste pela Baía de Inhambane, precisamente na latitude 23 graus e 50' Sul e longitude 35 graus e 30' Este.

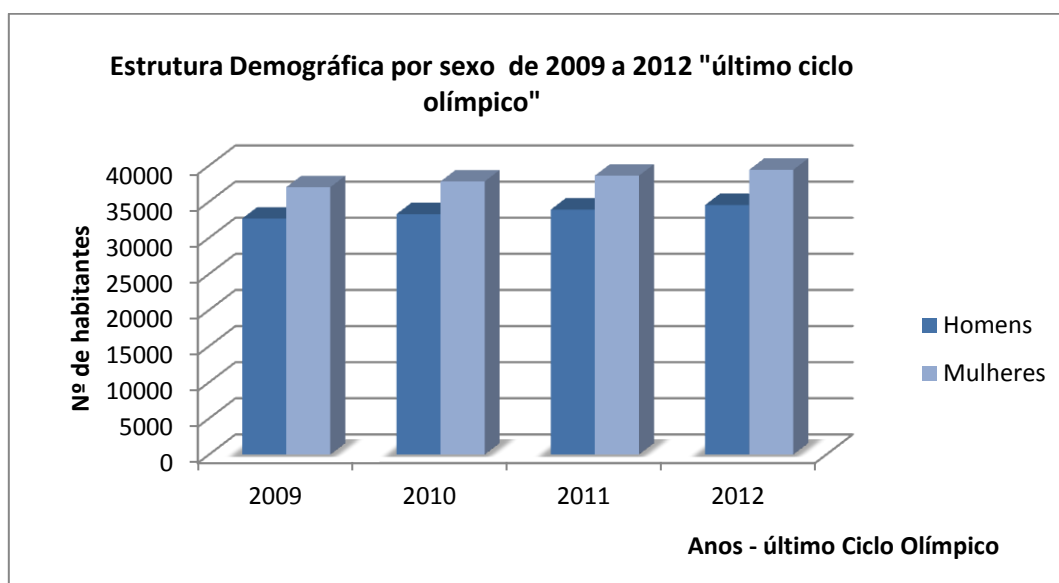
O Município da Cidade de Inhambane situa-se a cerca de 480km a Norte de Maputo e dista 30km da estrada N1. A sua superfície total é de 192 km² incluindo a parte líquida com uma população de 73 948 habitantes (atualização de 2012).

Esta população encontra-se distribuída em 22 bairros e uma Localidade (Ilha de Inhambane), dedicando-se maioritariamente à atividade agropecuária, pesca e comércio. O Município é além de tudo, turístico com belíssimas praias o que tem atraído muitos turistas nacionais e estrangeiros, com destaque para as praias de Barra, Tofo, Tofinho e Rochas.

Tabela QC – 04: Número de Habitantes (2009-2012)

Ano	Homens	Mulheres	Total
2009	32.662	37.003	69.665
2010	33.278	37.801	71.079
2011	33.904	38.604	72.508
2012	34.538	39.410	73.948

Gráfico QC - 04: Número de Habitantes (2009-2012)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane - 2012

A Cidade de Inhambane, de características urbanas, tem um padrão e tecido rico que abrange áreas urbanas, semiurbanas rurais, distribuídas por 22 Bairros e uma Localidade assim designados: Balane I, Balane II, Balane III, Liberdade I, Liberdade II, Liberdade III, Chalambe I, Chalambe II, Muelé I, Muelé II, Muelé III, Marrambone, Mucucune, Chemane, Conguiana, Malembuane, Guitambatuno, Nhamua, Josina Machel, Machavenga, Salela, Siquiriva e Ilha de Inhambane.

Do ponto de vista étnico, grande parte da população pertence ao grupo Guitonga, embora existem também elementos do Chope Puro.

Atualmente e na sequência da deliberação da Assembleia Municipal da Cidade de Inhambane, o dia da Cidade de Inhambane é celebrado a 12 de Agosto de cada ano invés de 16 de Junho.

3. Aspetos de Natureza Demográfica

Nos 193 km² da Cidade de Inhambane residem 73 948 habitantes (mais 22,7% que em 1980 e mais 3,5% que em 1991, dos quais 39 410 são do sexo feminino e 34 538 são do sexo masculino, constituindo 18 500 famílias. A distribuição dos habitantes pelos diferentes bairros é desequilibrada como podemos verificar no quadro seguinte, que através dos dados recolhidos nos censos de 1980, 1997, 2007, bem como pelos dados

disponíveis de 2009 a 2012, faculta-nos uma panorâmica evolução da população residente, por bairro no último ciclo olímpico.

Quadro QC - 01:População da Cidade de Inhambane por Bairros de 2009 a 2012

Bairro / Cidade	Classificação	Nº de Habitantes por Bairro 2012	Área Superficial (Km ²)
Balane 1	Urbano	594	41
Balane 2	Urbano	988	38
Balane 3	Urbano	1 871	41
Liberdade 1	Urbano	1 932	54
Liberdade 2	Urbano	3 322	52
Liberdade 3	Urbano	6 612	94
Muelé 1	Urbano	14 850	460
Muelé 2	Urbano	1 553	460
Muelé 3	Rural	892	700
Chalambe 1	Urbano	1 716	60
Chalambe 2	Urbano	1 926	50
Malembuane	Urbano	2 087	1 110
Guitambatuno	Rural	1 445	1 530
Salela	Rural	1 442	1 530
Chemane	Urbano	2 299	1 780
Machavenga	Rural	2 154	3 120
Siqueiriva	Rural	2 121	2 230
Nhamua	Rural	1 527	880
Conguiana	Urbano	3 499	1 210
Josina Machel	Urbano	6 234	2 310
Marrambone	Urbano	3 631	770
Mucucune	Rural	1 754	480
Ilha de Inhambane	Rural	700	200
Totais	###	65 149	19 200

Fonte: Arquivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – 2012

Pela análise do *quadro 01* verificamos que, a partir dos anos 50, praticamente em todos os bairros, a população teve um decréscimo. Na década de 50 houve um ligeiro aumento cuja tendência passa a ser decrescente a partir da década de 60. Na década de 70, continuamos a verificar um decréscimo da população, sendo que, a partir dos anos 80 se verifica uma estabilização. Na década 90 verificamos um aumento da População fundamentalmente nos bairros Josina Machel e Marrambone pois nos

restantes bairros deparamo-nos com uma tendência de manutenção já constatada na década de 80.

3.1. Estrutura Demográfica

Quadro QC – 02: Estrutura Etária da população residente na Cidade de Inhambane no último ciclo olímpico (2009 a 2012)

Estrutura Etária	2009			2010			2011			2012		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
0	1.921	992	929	1.907	984	923	1.892	975	918	1.875	964	910
01 – 04	7.545	3.704	3.840	7.510	3.692	3.818	7.460	3.673	3.788	7.426	3.664	3.762
05 – 09	9.235	4.555	4.680	9.377	4.623	4.755	9.496	4.674	4.823	9.561	4.694	4.867
10 – 14	8.681	4.266	4.415	8.868	4.370	4.498	9.046	4.470	4.576	9.219	4.564	4.655
15 – 19	8.332	3.994	4.339	8.612	4.131	4.480	8.882	4.268	4.614	9.141	4.403	4.738
20 – 24	7.376	3.467	3.909	7.638	3.592	4.046	7.926	3.737	4.188	8.236	3.900	4.337
25 – 29	5.825	2.652	3.173	5.944	2.684	3.260	6.091	2.728	3.363	6.271	2.788	3.483
30 – 34	4.592	2.004	2.588	4.723	2.063	2.661	4.846	2.112	2.734	4.951	2.149	2.802
35 – 39	3.742	1.646	2.096	3.831	1.687	2.143	3.927	1.735	2.191	4.038	1.791	2.246
40 – 44	3.164	1.423	1.742	3.272	1.452	1.820	3.385	1.485	1.899	3.497	1.523	1.974
45 – 49	2.527	1.200	1.327	2.567	1.216	1.351	2.614	1.231	1.383	2.675	1.250	1.425
50 – 54	1.882	831	1.051	1.961	874	1.087	2.034	913	1.120	2.095	945	1.150
55 – 59	1.267	508	759	1.286	512	774	1.315	523	793	1.356	539	817
60 – 64	1.053	446	607	1.052	440	612	1.052	434	618	1.057	431	626
65 – 69	913	376	537	918	374	544	922	372	550	926	369	556
70 – 74	723	254	469	724	249	475	726	245	480	730	243	487
75 – 79	457	180	277	456	176	280	455	172	283	454	168	286
80 +	431	164	267	435	160	275	438	156	282	441	152	289
TOTAIS	69.665			71.079			72.508			73.948		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane

Verificamos pelo presente quadro que, a partir dos 45 anos, o número de mulheres começa a ser ligeiramente superior ao de homens. Verificamos também um decréscimo ao número de nascimentos, no tempo, já que as idades abaixo dos nove anos apresentam valores inferiores à classe 10 aos 14 anos, o que de algum modo

condicionou para uma diminuição do saldo natural (diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos) de 3,6 pontos entre 1974 e 1984. A partir da verificação real dos dados pode-se notar que há uma constante diminuição do saldo natural nos próximos anos. Este fato resulta fundamentalmente da redução da taxa de natalidade em decréscimo acentuado e uma ligeira diminuição da taxa de mortalidade.

Face à generalidade dos números apresentados, consideramos que o desenvolvimento de políticas desportivas que de algum modo venham a privilegiar idades mais avançadas, nos surge como uma prioridade para o CMCI.

Apresentamos de seguida gráficos da estrutura demográfica do Conselho no último ciclo olímpico por grupo sexo e grupo etário, possibilitando uma análise por ano, que reforçamos como necessária face à descontinuidade geográfica.

Tabela QC - 05: População por setor etário e género – ano de 2009

População	Grupo Etário – 2009												
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 +
H	3704	4555	4266	3994	3467	2652	2004	1646	1423	1200	813	508	446
M	3840	4680	4415	4339	3909	3173	2588	2096	1742	1327	1051	759	607
Total	7545	9235	8681	8332	7376	5825	4592	3742	3164	2527	1882	1267	1053

Gráfico QC - 05: População por setor etário e género – ano de 2009

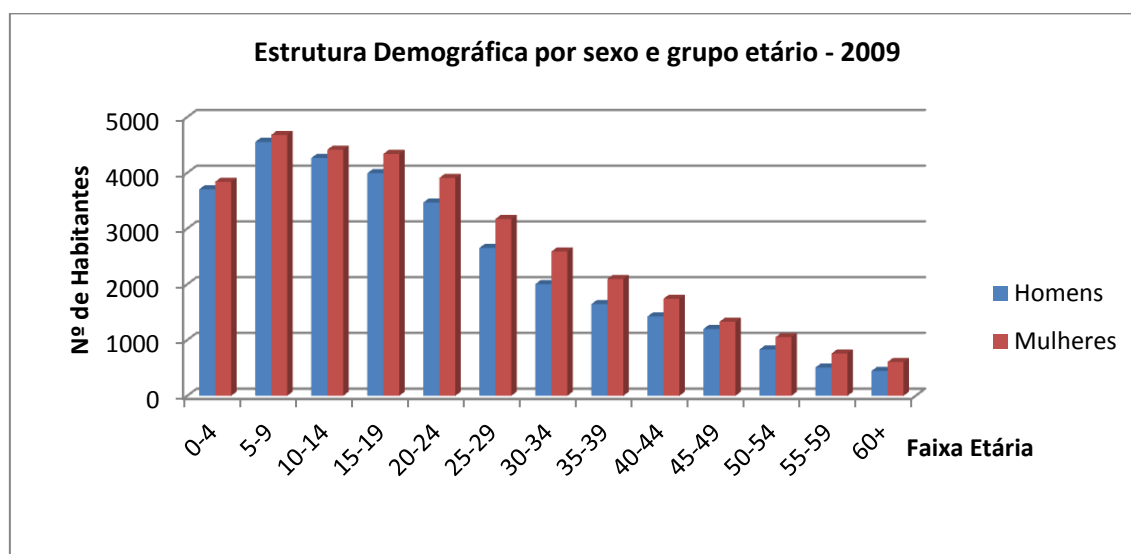


Tabela QC - 06: População por setor etário e género – ano de 2010

População	Grupo Etário – 2010												
	0 -4	5 -9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 +
H	3692	4623	4370	4131	3592	2684	2063	1687	1452	1216	874	512	440
M	3818	4755	4498	4480	4046	3260	2661	2143	1820	1351	1087	774	612
Total	7510	9377	8868	8612	7638	5944	4723	3831	3272	2567	1961	1286	1052

Gráfico QC - 06: População por setor etário e género – ano de 2010

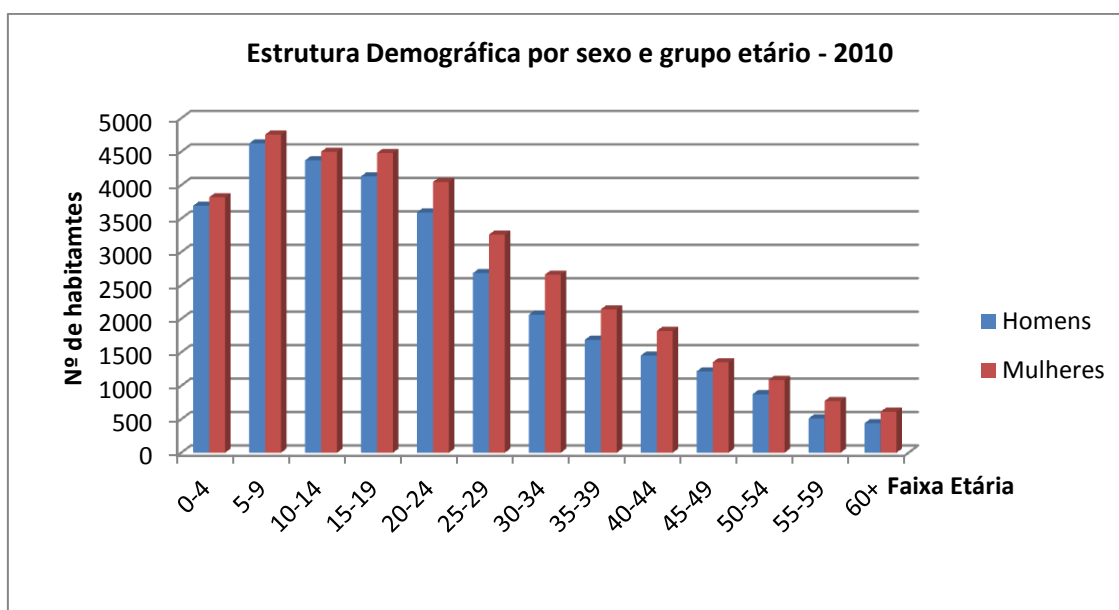


Tabela QC - 07: População por setor etário e género – ano de 2011

População	Grupo Etário – 2011												
	0 -4	5 -9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 +
H	3673	4674	4470	4268	3737	2728	2112	1735	1485	1231	913	523	434
M	3788	4823	4576	4614	4188	3363	2734	2191	1899	1383	1120	793	618
Total	7460	9496	9046	8882	7926	6091	4846	3927	3385	2614	2034	1315	1052

Gráfico QC - 07: População por setor etário e género – ano de 2011

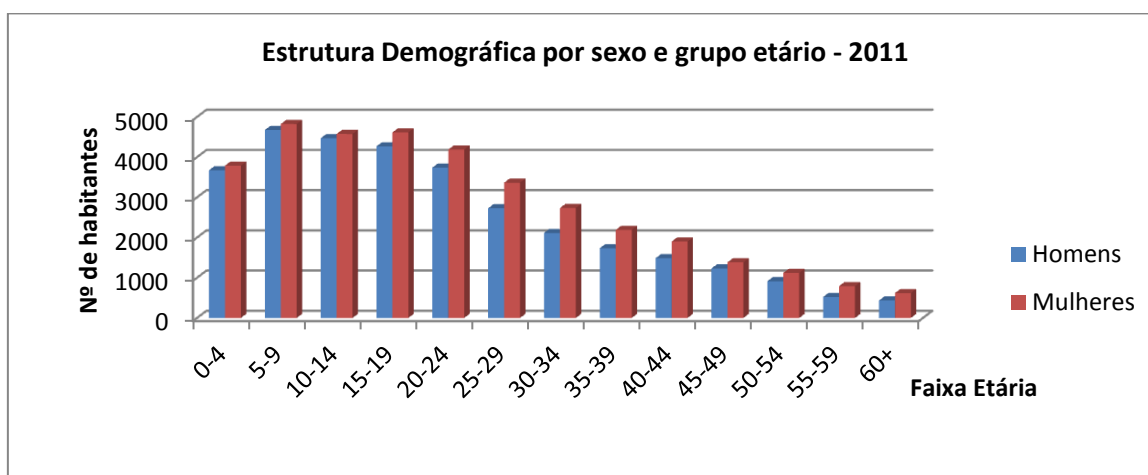
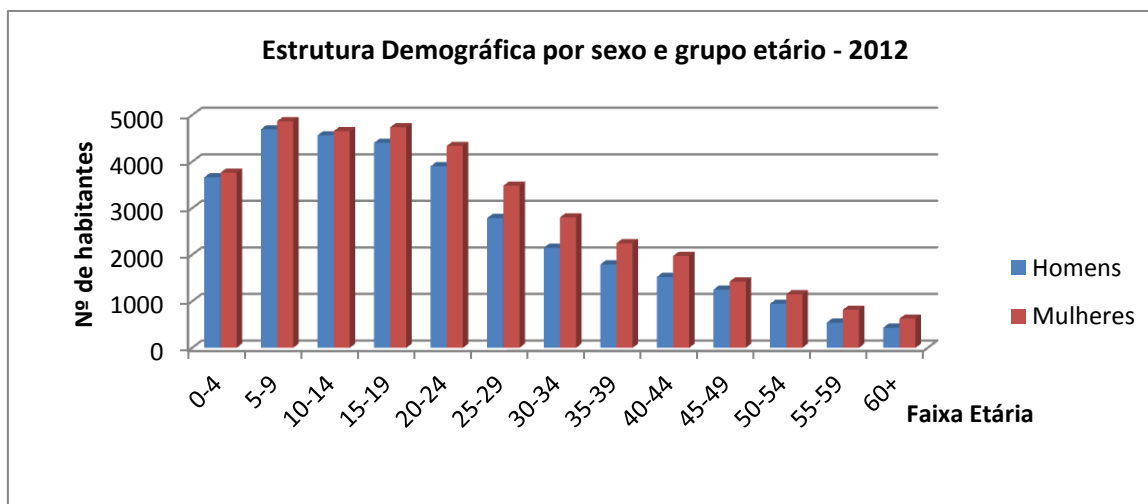


Tabela QC - 08: População por setor etário e género – ano de 2012

População	Grupo Etário – 2012												
	0 -4	5 -9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 +
H	3664	4694	4564	4403	3900	2788	2149	1791	1523	1250	945	539	431
M	3762	4867	4655	4738	4337	3483	2802	2246	1974	1425	1150	817	626
Total	7426	9561	9219	9141	8236	6271	4951	4038	3497	2675	2095	1356	1057

Gráfico QC - 08: População por setor etário e género – ano de 2012



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane 2012

4. Aspetos de Natureza Económica

A província de Inhambane é considerada a mais propensa ao negócio pelo fato de oferecer uma apreciação positiva dos fatores ligados a infraestruturas e serviços de

ordem legal, segundo um relatório sobre o índice de Ambiente de Negócios publicado in Jornal Verdade de 2012.

Da autoria da Confederação das Associações Económicas (CTA), refere que a província de Inhambane figura com uma taxa de 108.40 por cento, seguido de Nampula com 106.06 por cento do índice de empregabilidade, sendo estas duas províncias consideradas mais propensas a nível nacional.

4.1. Emprego e Desemprego

A atual taxa nominal de desemprego em Moçambique situar-se-á em 27% da população ativa e a economia formal, predominantemente urbana, representará 32% do emprego total, de acordo com dados do Banco Mundial.

A situação faz com que muitos dos novos trabalhadores sejam forçados a “trabalhos marginais” prestados na economia informal, tanto em áreas rurais como urbanas “com poucas perspectivas de emprego formal”, ainda de acordo com o Banco Mundial.

Esta instituição estima, entretanto, que cerca de 300 mil novos trabalhadores entram anualmente no mercado de emprego, numa altura em que a taxa de crescimento da população, de 2,8%, é das mais elevadas em termos mundiais.

A Cidade de Inhambane apresenta uma taxa de desemprego que ronda os 48%, os jovens de Inhambane têm poucas alternativas para se tornarem autossustentáveis. Os que estudam lutam para entrar na função pública, mas nem sempre a instrução é um porto seguro.

4.2. Formas de Sobrevivência

O setor informal da cidade de Inhambane está parado. Há, diga-se, poucos lugares onde o comércio fervilha. O Mercado Central, no centro da cidade, é um dos raros espaços. Vende um pouco de tudo, mas são os cestos de palha que chamam a atenção dos visitantes. Mas há artigos para todos os preços e bolsos. Uma simples

carteirinha custa cinco meticais. Cestas para o dia-a-dia partem dos 80 meticais. As peças mais trabalhadas chegam aos 800 meticais.

Engana-se, porém, quem pensa que no final do dia os vendedores voltam para casa com receitas enormes. O Mercado Central meio Inhambane se é também uma paragem de autocarros semicoletivos que fazem todo o tipo de transporte.

4.3. Evolução da População Ativa

Para um esclarecimento relativo às análises apresentadas importa aqui esclarecer a diferença entre a População Ativa e Empregada.

População Ativa – conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de primeiro ou novo emprego).

População Empregada – abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência.

4.4. Índice de Poder de Compra

Embora o Município de Inhambane tenha conhecido, nos últimos anos, sobretudo depois da grande abertura ao turismo posterior a 2000, uma notável transformação social e económica, temos de ter em conta que a maior parte da população vive na periferia ou no meio rural, onde a ausência de meios de subsistência tem maior abundância.

Figura QC – 03: População vivente no meio rural do Município



Evidentemente que o Inhambane rural se transformou ele próprio – a ideia de uma terra farta e com praias paradisíacas só existe nos estereótipos românticos dos guias turísticos – mas aí a consciência dos direitos elementares do ser humano tem como base a prosperidade de quem passa em direção aos lodges e casas de praia.

Pela análise da realidade económica do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane verificamos que este é aquele cujo o poder de compra se encontra abaixo dos 60% em relação à Média Nacional. De registar também que, em 2011, o Conselho de Inhambane apresentava o valor mais baixo de todo o território nacional, em relação ao poder de compra, com um valor relativo de 50,6%, face à média nacional.

5. Aspetos de Natureza Social

5.1. Acessibilidade

A Cidade de Inhambane é acessível por Terra e por Mar. Por terra existe uma entrada, através da Estrada Nacional nº 1, nomeadamente por Sul, tornando a cidade um corredor rodoviário na ligação entre o norte e Centro do país ao Sul. Por mar, é possível aceder a Cidade de Inhambane à Maxixe através da baía de Inhambane que banha toda a Costa Este do território das cidades.

Dentro da zona urbana existe uma de avenidas principais (Avenida da Independência) que faz uma grelha para deslocações no interior da cidade de Inhambane.

5.2. Transportes

O Município de Inhambane, sendo atravessado pela EN1 é um grande corredor rodoviário na ligação Sul e Norte do país. Os interessados podem chegar a Cidade de Inhambane usando os transportes públicos terrestres ou aéreos.

Existe ainda uma Ponte Cais que permite o acesso Leste através da Baía de Inhambane. O transporte aéreo tem sido o meio mais privilegiado na Cidade de Inhambane, mas este é pouco usado pela população devido ao seu custo de passagem.

5.3. Água

Não é grande problema para este Município de Inhambane pois possui um sistema convencional que fornece água potável para o consumo durante 24 horas por dia e, nas comunidades rurais distantes, existem pequenos sistemas de captação e distribuições eficientes.

5.4. Educação

A Cidade é um dos grandes centros de concentração de população estudantil da província, à par da Cidade de Inhambane. Movimenta estudantes de 7 subsistemas de ensino, nomeadamente o Ensino Primário do Primeiro Grau, Ensino Primário do Segundo Grau, Ensino secundário Geral do Primeiro Ciclo, Ensino Secundário Geral do Segundo Ciclo, Ensino Superior, Ensino Profissional e Vocacional e, Alfabetização e Educação de Adultos. Eis o quadro resumo da situação educacional do Município:

Quadro QC – 03: Escolas Primárias Completas da Cidade de Inhambane (ciclo olímpico – de 2009 a 2012) – Distribuição por Bairros

Bairro	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	2012
Balane1	1	1	1	1
Balane 2	2	2	2	2 *
Balane 3	1	1	1	1 **
Liberdade1	0	0	0	0
Liberdade 2	1	1	1	1
Liberdade 3	1	1	1	1 *
Chalambe 1	0	0	0	0
Chalambe 2	0	0	0	0
Muelé 1	3	4	4	4 *
Muelé 2	0	0	0	0
Muelé 3	0	0	0	0
Marrambone	1	1	1	1
Mucucune	1	1	1	1
Chemane	1	1	2	2 **
Conguiana	1	1	1	1
Malembuane	3	3	3	3 **
Guitambatuno	1	1	1	1
Nhamua	1	1	1	1
Josina Machel	3	3	3	3
Machavenga	2	2	2	2
Salela	2	3	3	3 *
Siquiriva	2	2	2	2
Ilha de Inhambane	1	1	1	1
Total				31

Fonte: Arquivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – 2012

* Nestes bairros incluem-se as Escolas Primárias do Primeiro Grau e as Secundárias: Escola Secundária Emília Dausse (Bairro de Balane 2), Escola Secundária três (3) de Fevereiro (Bairro de Liberdade 3), Escola Primária do 1º Grau de Chihenguene, Escola

Secundária de Muelé e Escola Secundária SOS (Bairro de Muelé 1) e Escola Secundária 12 de Agosto de Salela (Bairro de Salela).

** Para estes bairros estão contabilizadas as instituições: Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane (Bairro de Balane 3), Centro de Formação de Professores para o Futuro (Bairro de Chemane) e Centro de Formação da Saúde da Cidade de Inhambane (Bairro de Malembuane).

E de referir ainda que a Cidade de Inhambane se dispõe de duas (2) Escolas de Ensino Superior a saber:

- Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – foi inaugurada em 2004 pelo Chefe do Estado Moçambicano sua excelência Armando Emílio Guebuza. Situa-se no Bairro de Balane 1, a 500 metros do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Oferece formação em quatro 4 cursos laborais e um (1) curso pós-laboral. Tem estatuto de utilidade pública e, tem sido um polo de investigação e atração turística a nível da cidade já que forma quadros superiores na matéria de hotelaria e turismo, fonte fundamental para o desenvolvimento económico da cidade
- Faculdade de Direito da Universidade Mussá Bim Bique – situada no bairro de Balane 1, tem como missão oferecer oportunidade de formação nas áreas de Economia e Direito. Geralmente, leciona cursos pós-laborais, já que a maioria dos ingressos têm estatuto de trabalhador-estudante.

Reflexão: O município de Inhambane tem dois tipos de escolas. No centro da cidade encontrámos recintos escolares com carteiras, edifícios de alvenaria e até campos para atividades desportivas. Na periferia, o cenário é bem diferente: não há carteiras e as salas são feitas à base de estacas e cobertas de ramos de coqueiro.

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

5.5. Cultura

Pela consulta efetuada constatamos um conjunto de dados relativos às entidades de cariz cultural existente na Cidade de Inhambane, como por exemplo a existência de Editores, uma livraria, duas bibliotecas (provincial e municipal), um museu, uma casa da cultura, galerias de arte, emissores e, existência de várias associações culturais de âmbito local, nacional e internacional.

5.6. Recreação

Para diversão e recreação o Município dispõe-se de oportunidades para ocupação de tempos livres em atividades salutaras:

a) Praias: Praia de Tofo, Praia de Barra, Praia das Rochas. Inclui possibilidade de passeio de barco à vela pela baía de Inhambane até à Ilha de Linga-linga, para o mergulho.

b) Diversão Noturna: Discoteca Zoom – Cidade de Inhambane; Discoteca Dino's Bar – Praia de Tofo; Hotel Tofo Mar - Praia de Tofo.

5.7. Saúde

Como um País tropical e, segundo a situação conjuntural atual, o Município de Inhambane é assolado por algumas das doenças tropicais, principalmente a Malária, principal causa de internamentos nas unidades sanitárias e o HIV-SIDA. As outras grandes enfermidades ainda não bateram a porta deste Município fruto de esforços visando evitar surtos das mesmas.

O Município tem: Um Hospital Provincial - é muito contado como unidade sanitária da província e que serve também como Unidade de referência para doentes dos distritos vizinhos; dois Postos de Saúde na Cidade (Posto Urbano Nº 1) em Balane e outro em Muelé conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro QC – 04: Unidades Sanitárias da Cidade de Inhambane

Hospitais, Centros Saúde e Postos Saúde	2008	2009	2010	2011	2012
Hospitais	1	1	1	1	1
Centros de Saúde	6	6	6	6	6
Postos de Saúde	2	2	2	-	2
Totais	9	9	9	7	9
Equipamentos					
Viaturas	40	7	26	37	37
Motorizadas	6	5	26	34	34
Geleiras	18	10	18	23	23
Totais	64	22	70	94	94
Pessoal de saúde					
Superior	26	20	38	30	30
Médio	139	91	120	131	131
Básico	115	121	111	114	114
Elementar	32	24	30	27	27
Totais	312	256	299	302	302

Fonte: Arquivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – 2012

5.8. Economia

Assenta fundamentalmente no modo de vida urbano, a pesca, comércio, pequena indústria e atividade agropecuária de subsistência, são as principais ocupações dos municípios.

A cultura de coqueiro é a mais expressiva e tradicional desta região, cartão-de-visita da urbe. O coqueiro é a principal fonte de rendimento para a maior parte das famílias rurais deste município pois oferece uma diversidade de produtos para a venda e por ser uma planta muito versátil, seguida de cana doce e hortícolas.

A produção pecuária tem também significativa expressão. Segundo o último arrolamento (2003) havia no Município de Inhambane 1.229 cabeças de bovinos; 500 cabeça de suínos e 12 aviários convencionais para a criação de aves de abate. Todas as famílias rurais são criadoras de algum tipo de animais de pequena espécie.

O peixe, camarão e caranguejo faz parte da dieta alimentar e é prato tradicional dos municípios de Inhambane. Este ingrediente é assegurado pela pesca artesanal que é feita nas águas marinhas que banham este município sendo esta atividade, o “ganha-pão” de muitos municípios.

A pequena indústria é um setor com expressão socioeconómica grande neste Município, desde as pequenas unidades familiares até as convencionais. Há, neste Município: uma fábrica de óleo e Sabão (Somoil); umas serrações de madeira; 300 pequenas indústrias entre carpintarias, latoarias marcenaria, panificadoras, etc.

O comércio é a mais forte componente da atividade económica deste Município. Este envolve desde pequenos vendedores, passando por negociantes, indo até aos comerciantes grandes e armazenistas.

5.9. Turismo

A Cidade de Inhambane tem tudo para ser uma referência mundial na área do turismo e criar uma sociedade mais justa e igualitária. Atualmente, mistura o melhor do turismo com alguns focos de pobreza extrema. É por isso que é agora mais importante do que nunca que Inhambane examine a sua sociedade e reflita sobre algumas das suas fragilidades.

B – QUADRO ORGÂNICO (QO)

1 – Estado

A Cidade de Inhambane possui um governo local/provincial, formado a partir do partido no poder “Frelimo” com assento maioritário na Assembleia da República, com poder legislativo, no contexto do Estatuto Político Administrativo, adequando grande parte da legislação Nacional à realidade local.

De seguida é descrita, a estrutura do governo atual (VII governo) e a forma como se encontram distribuídos os centros de decisão pelos diferentes bairros da Cidade de Inhambane:

- Governo da Província de Inhambane (Balane 2)
- Assembleia Provincial de Inhambane (Balane 2)
- Secretaria Provincial de Inhambane (Balane 2)
- Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (Balane 1)
- Direção Provincial do Trabalho de Inhambane (Balane 1)
- Direção Provincial do Plano e Finanças de Inhambane (Balane 3)

- Direção Provincial da Indústria e Comércio de Inhambane (Balane 3)
- Direção Provincial do Turismo de Inhambane (Balane 3)
- Direção Provincial das Obras Públicas e Habitação de Inhambane (Balane 1)
- Direção Provincial de Agricultura de Inhambane (Balane 3)
- Direção Provincial das Pescas (Chalambe 1)
- Direção Provincial da Saúde de Inhambane (Balane 1)
- Direção Provincial dos Transportes e Comunicações de Inhambane (Chalambe 1)
- Direção Provincial dos Recursos Minerais de Inhambane (Balane 3)
- Direção Provincial da Justiça de Inhambane (Balane 2)
- Instituto Nacional de Estatística – Delegação de Inhambane (Balane 2)
- Instituto Nacional de Gestão e Calamidades – Delegação de Inhambane (Balane 1)
- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – Delegação de Inhambane (Balane 3)
- Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (Balane 1)
- Assembleia Municipal (Chalambe 1)
- Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia da Cidade de Inhambane (Chalambe 1)

A ilação que podemos retirar da análise destes elementos, é que o Estado na Cidade de Inhambane, exerce uma administração direta no desenvolvimento desportivo do Município. Entende-se por administração direta, segundo Amaral D. (citado por Antunes, A. 1994), como “... a atividade exercida por serviços integrados na pessoa coletiva do Estado. Ao passo que a administração indireta do Estado, embora desenvolvida para realização dos fins do Estado, é exercida por pessoas coletivas públicas diferentes do Estado...”.

Outro aspeto verificado tem a ver com a inexistência de órgãos de consulta para a estrutura tutelar do desporto na cidade, à semelhança do Conselho Superior do Desporto, de âmbito Nacional que constitui um órgão consultivo, acompanhando “... a evolução do desenvolvimento do sistema desportivo e a definição de linhas orientadoras da política desportiva ...” (Antunes, A. 1994).

2 - Associações da Estrutura Federada e Clubes Filiados nas Associações Desportivas

São as seguintes as associações de Estrutura Federada no Município de Inhambane.

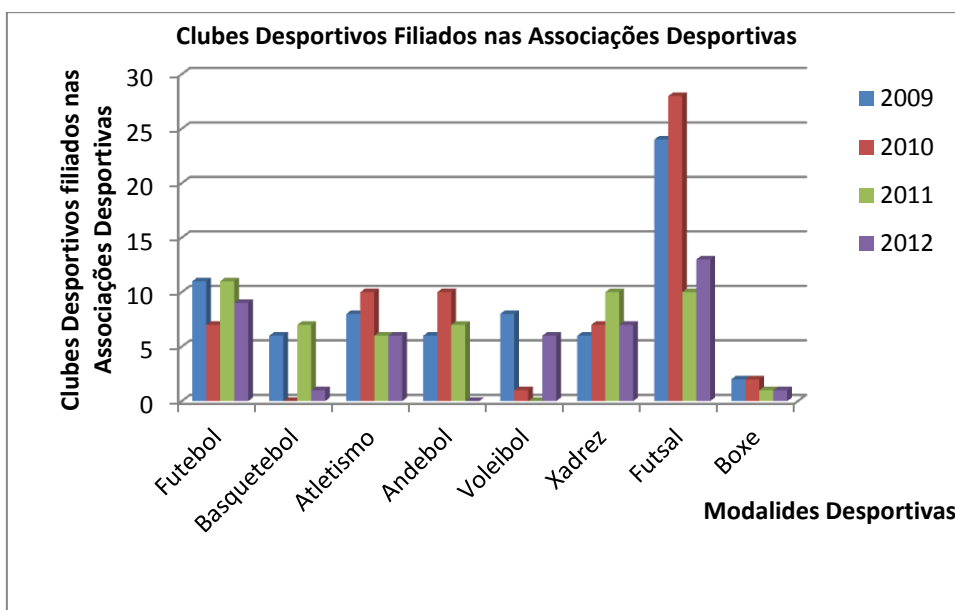
Quadro QO - 05: Associações de estrutura federada no Município de Inhambane (2009 a 2012)

Associações Desportivas	Clubes Desportivos filiados nas Associações Desportivas nos diferentes anos abordados			
	2009	2010	2011	2012
Futebol	11	7	11	9
Basquetebol	6	0	7	1
Atletismo	8	10	6	6
Andebol	6	10	7	0
Voleibol	8	1	0	6
Xadrez	6	7	10	7
Futsal	24	28	10	13
Boxe	2	2	1	1
Total	71	65	52	43

Fontes: Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (DPJDI-2012)
Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

A média do número de clubes filiados nas respetivas associações por ano é aproximadamente 58 Clubes/Ano, pelo que apenas os anos com mais clubes filiados (2009 e 2010) a ultrapassam. Os restantes anos (2011 e 2012) apresentam um número inferior o que mostra realmente uma filiação dissimilar de clubes desportivos entre os diferentes anos.

Gráfico QO - 09: Evolução das Associações de estrutura federada no Município de Inhambane (2009 a 2012)



Pela análise do gráfico nota-se que desde 2009, a Cidade de Inhambane, tem passado por um aumento do número de clubes desportivos filiados nas associações desportivas. A modalidade de futsal é aquela que regista maior número de clubes filiados na respetiva associação desportiva, sendo que para as outras modalidades o número mantém-se ligeiramente constante.

A modalidade de boxe é a menos praticada a nível da cidade, consequentemente com menor número de clubes filiados nas associações, sendo dois clubes para os anos 2009 e 2010 e, um clube para os anos 2011 e 2012.

C – QUADRO HUMANO (QH)

Fonte: Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (DPJDI-2012) & Arquivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

1. Praticantes Desportivos

Começamos por fazer uma análise do número total de praticantes, e percentagem de praticantes, por modalidade, na totalidade do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Número e Percentagem de Praticantes Desportivos na Cidade de Inhambane, por modalidade, nos anos 2009 a 2012.

Quadro QH - 06: Praticantes por modalidades desportivas de 2009 a 2012

Modalidades Desportivas	Número de Praticantes e Percentagem do número total de praticantes desportivos por modalidade nos diferentes anos abordados na Cidade de Inhambane							
	2009		2010		2011		2012	
	Prat.'s	%	Prat.'s	%	Prat.'s	%	Prat.'s	%
Futebol	4.562	46,5	5.703	53,6	6.596	38,7	4.302	40,7
Basquetebol	123	1,3	219	2,1	300	1,8	345	3,3
Atletismo	2.332	23,8	2.507	23,6	3.614	21,2	3.512	33,2
Andebol	159	1,6	179	1,7	3.219	18,9	1.144	10,8
Voleibol	2.562	26,1	1.956	18,4	3.219	18,9	1.197	11,3
Outros desportos (xadrez e taekwond)	68	0,7	78	0,7	88	0,5	80	0,8
Total	9.806	100	10.642	100	17.036	100	10.580	100

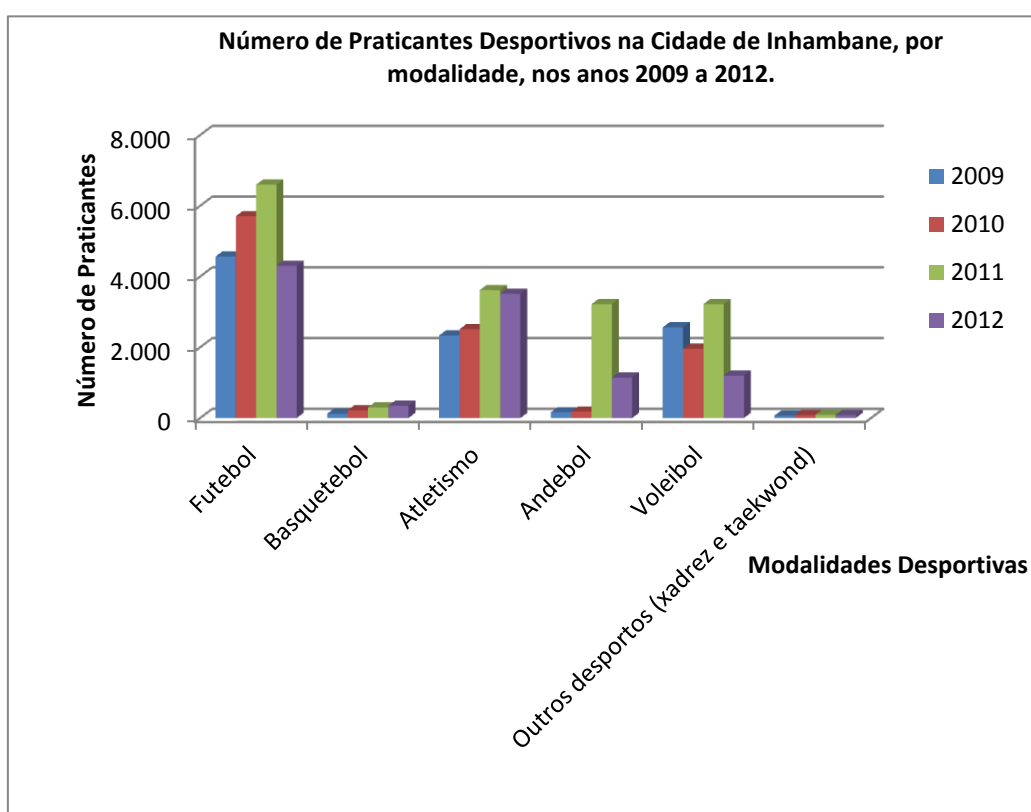
Pela análise do quadro 06 e do gráfico 10, verificamos que o ano de 2011 é aquele que apresenta maior número de praticantes (17.036), em todos os anos considerados, aspeto que não é de estranhar visto que, foi neste que o País acolheu a X Edição dos Jogos Pan-africanos, Maputo 2011. Os atletas participantes neste evento eram provenientes das diferentes províncias de Moçambique com maior destaque para a Cidade de Inhambane já que esta situa-se ligeiramente próximo da capital do País.

De realçar, o fato de haver um acréscimo do número de praticantes desde 2010 com 10.642 até 2011 que apresenta um valor de 17.036 praticantes.

Não foram aqui considerados os praticantes do setor prisional, visto que só possuímos dados relativamente ao ano de 2009 bem como os praticantes do setor militar sendo que a sua contabilização não é criteriosa no Município de Inhambane.

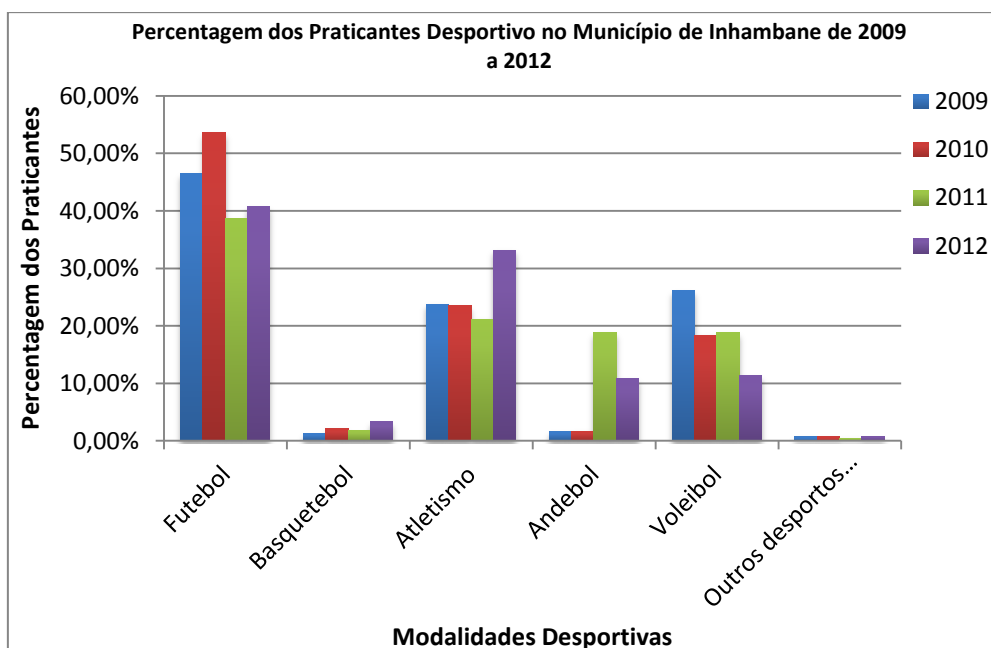
Gráfico QO - 10: Evolução do número de praticantes por modalidades desportivas de 2009 a

2012



A média do número de praticantes por ano é de aproximadamente 12.016 Prat./Ano, pelo que somente o ano com maior número de praticantes (2011) a ultrapassa. Todos os outros anos abordados apresentam um valor inferior o que nos mostra realmente a distribuição heterogénea de praticantes desportivos no último ciclo olímpico (2009 a 2012).

Gráfico QH - 11: Evolução da percentagem de praticantes por modalidades desportivas de 2009 a 2012



O gráfico 11, possibilita-nos reconfirmar alguns aspetos anteriormente enunciados, a saber: o futebol é a modalidade que apresenta maior expressão de número de praticantes desportivos face ao total das outras modalidades abordadas, com crescimento até 2010 e, denotando a partir daí um decréscimo relativamente ao período 2011 e 2012. De referir também que as modalidades de atletismo e voleibol apresentam uma evolução positiva ao longo de todo o período observado (2009 a 2012). As restantes modalidades apresentam valores que apontam para uma manutenção ou mesmo decréscimo da influência do número de praticantes face ao Município de Inhambane.

De realçar que estas ilações podem não traduzir uma diminuição efetiva do número de praticantes, pois podem ser devidos a um aumento no total de praticantes da Cidade de Inhambane. Contudo, este fato, permite-nos afirmar que o crescimento do número de praticantes foi muito heterogéneo nas diferentes modalidades, resumindo-se ao futebol, atletismo e voleibol, apresentando as restantes modalidades uma estagnação ou mesmo uma diminuição no seu número de praticantes no período considerado (de 2009 até 2012).

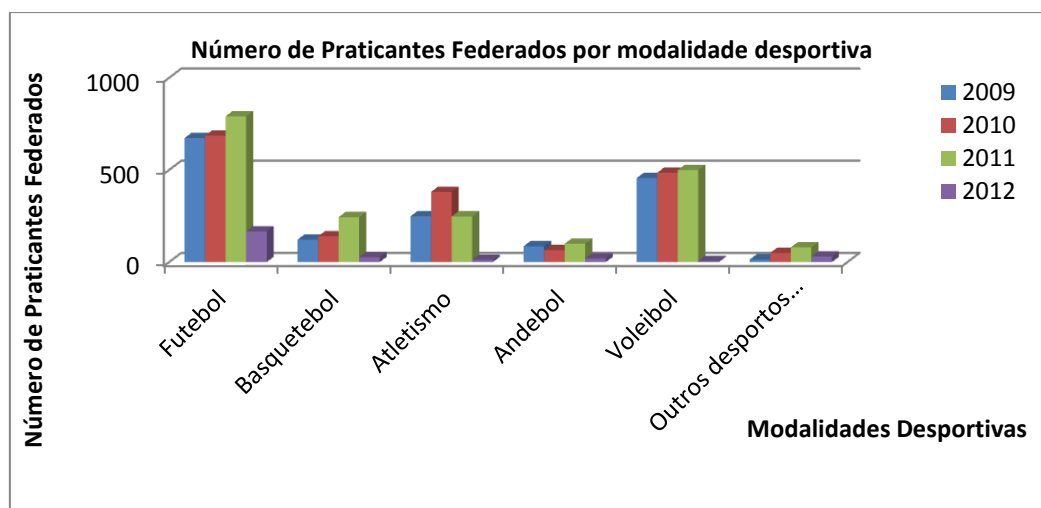
Os quadros seguintes possibilitam-nos uma visão geral do número de praticantes por escalão federado nas épocas 2009, 2010, 2011 e 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane.

Quadro QH – 07: Número e Percentagem de Praticantes Federados por modalidade (2009 a 2012)

Modalidades Desportivas	Número e Percentagem de Praticantes Federados por modalidade nos diferentes anos abordados na Cidade de Inhambane							
	2009		2010		2011		2012	
	Prat. 's	%	Prat. 's	%	Prat. 's	%	Prat. 's	%
Futebol	673	42,1	686	38,0	791	40,3	587	29,6
Basquetebol	122	7,6	140	7,7	244	12,4	238	12,0
Atletismo	249	15,6	381	21,1	248	12,6	383	19,3
Andebol	86	5,4	65	3,6	100	5,1	464	23,4
Voleibol	456	28,5	485	26,8	500	25,5	264	13,3
Outros desportos (xadrez e taekwond)	14	0,9	50	2,8	80	4,1	50	2,5
Total	1.600	100	1.807	100	1.963	100	1.986	100

Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Gráfico QH – 12: Número de Praticantes Federados por modalidade (2009 a 2012)



Pela análise do gráfico 12, nota-se que desde 2009, a Cidade de Inhambane, tem passado por um aumento do número de praticantes federados, até ao ano 2012, o que poderá induzir duas sugestões: Por um lado um aumento do número global de praticantes e por outro lado um aumento da prática desportiva formal.

Relativamente a este aspeto notamos que somente as modalidades de andebol e outros desportos (xadrez e taekwond), apresentam valores inferiores do número de praticantes federados no período compreendido ente 2009 a 2012.

Em suma, e considerando toda a Cidade de Inhambane, denota-se uma subida no número de praticantes do desporto federado em relação ao número total de praticantes.

É de referir ainda que o ano 2012 apresenta o maior decréscimo de sempre dos praticantes do desporto federado, este fato pode ser justificado pela falta de meios para revitalizar o desporto federado, ou seja, falta de fundos e metodologia para atrair a juventude apostar e/ou praticar o desporto profissional.

Para minimizar o maior decréscimo que se verifica no desporto federado, a Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane em representação do Governo da Cidade tem vindo a apoiar em meios financeiros e materiais as Associações Desportivas provinciais no sentido de capacitar e reter praticantes federados filiados nos seus respetivos clubes.

2. Agentes e Dirigentes Desportivos

No presente item fornecemos uma imagem da evolução do número de técnicos desportivos existentes na Cidade de Inhambane nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, considerando o total da Cidade.

De acordo com a informação a que tivemos acesso, tivemos de seguir a metodologia adotada, considerando os Agentes, Técnicos Treinadores, Monitores, Outros (sem formação). De notar que não obtivemos informação sobre dirigentes desportivos embora, tenhamos sido levados a concluir que estes se encontram considerados na classe ‘Outros (sem formação) ‘.

Quadro QH - 08: Número e Percentagem dos Agentes Desportivos no último ciclo olímpico

Modalidades Desportivas	Número de Agentes Desportivos e Percentagem em relação ao total de agentes desportivos da Cidade de Inhambane							
	2009		2010		2011		2012	
	Prat.'s	%	Prat.'s	%	Prat.'s	%	Prat.'s	%
Futebol	30	17,1	86	33,2	95	25,7	166	63,6
Basquetebol	60	34,3	65	25,1	70	19,0	27	10,3
Atletismo	34	19,4	27	10,4	50	13,5	12	4,6
Andebol	10	5,7	11	4,2	30	8,1	20	7,7
Voleibol	31	17,7	30	11,6	50	13,5	6	2,3
Outros desportos (xadrez e taekwond)	10	5,7	40	15,4	75	20,3	30	11,5
Total	175	100	259	100	370	100	261	100

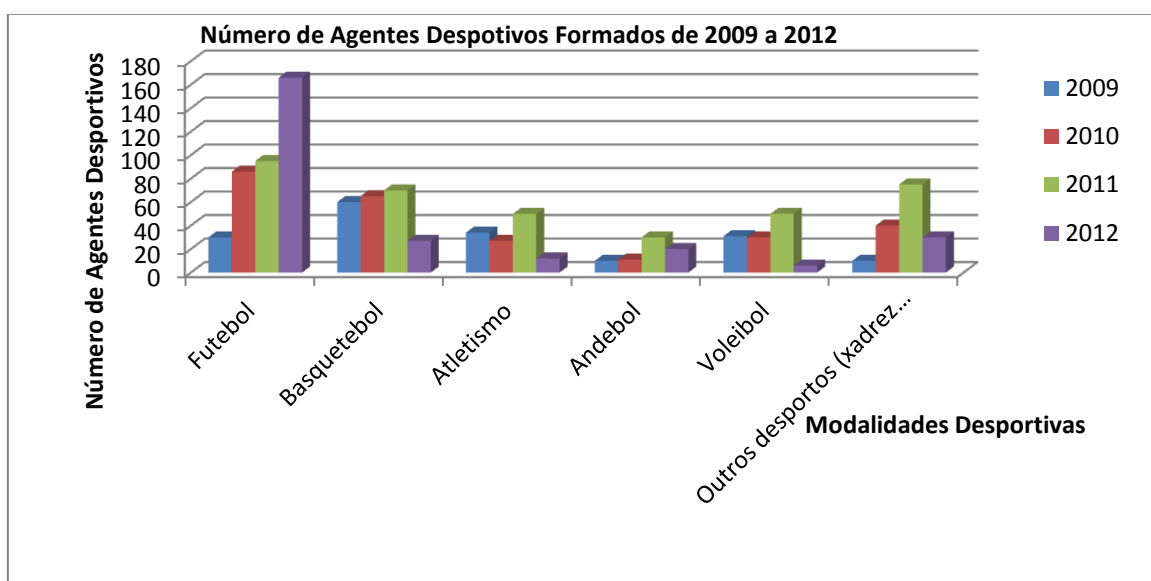
NOTA: De considerar que no quadro 08, não são considerados os técnicos sem formação pelo que deduzimos que esse valor se encontra englobado na classe 'Agentes-Desportivos'. Outro aspeto a salientar é o fato de nos relatórios considerados (2009 a 2012) a classe 'Agentes-Desportivos' engloba Dirigentes e Seccionistas, em que grande parte possui experiência na modalidade onde atuam, frequentando ações para animadores.

Ao considerarmos as médias do número de agentes desportivos nos diferentes anos (29,2 em 2009; 43,2 em 2010; 61,7 em 2011 e 43,5 em 2012) verificamos que apenas o ano de 2011 é que atinge valor superior à média total (44,4) dos diferentes anos abordados.

Deduzimos que, pela nota apresentada, a classe 'Outros (sem formação)' corresponde a um valor aproximado do número de agentes desportivos. Podemos realçar que, também neste aspeto, do Quadro Humano (Agentes), o seu número apresenta crescimento no período considerado.

O gráfico seguinte permite-nos uma análise, de forma mais evidente da distribuição dos agentes desportivos por ano e por cada modalidade desportiva.

Gráfico QH – 13: Número de Agentes Desportivos de 2009 a 2012



Pela análise do gráfico 13, verificamos que não são acentuadas as variações de agentes desportivos existentes na Cidade de Inhambane, no período considerado, denotando-se uma ligeira manutenção praticamente em todos os anos. Com exceção a esta situação destacaria o ano de 2012 que apresenta o maior número de agentes desportivos em particular para a modalidade de futebol, seguido de outras modalidades.

A modalidade de andebol é que apresenta menor número de agentes desportivos nos quatro momentos considerados, seguida das modalidades de atletismo e voleibol.

Considerados os valores encontrados para o número de praticantes desportivos na sua totalidade e de modalidades desportivas, verificamos que o ano 2011 totalizou 61,7 técnicos mais que a média global (44,4 técnicos por ano) em todos os anos considerados reconfirmando a heterogeneidade que temos vindo a verificar para os diferentes anos.

No aspeto global é nossa opinião que o número de técnicos é muito escasso, bem como a qualidade da sua formação, pelo que surge uma necessidade para fazer-se um investimento nesta área do quadro humano.

3. Técnicos

A atividade de técnico desportivo é exercida por pessoas devidamente habilitadas para o efeito e que sejam oficialmente reconhecidos. O exercício da atividade do técnico desportivo (treinadores, médicos, massagistas e outros que exerçam atividades conexas ou afins), carece da autorização concedida pelas associações ou federações desportivas, mediante a emissão do correspondente cartão-licença.

Os técnicos são um elemento essencial de todo um processo de desenvolvimento desportivo e a sua formação tem sido feita pelas federações desportivas nas diferentes modalidades, com os apoios do Governo, do Fundo de Promoção Desportiva e do Comité Olímpico. Não nos foi possível obter número exato de técnicos existentes na Cidade de Inhambane, por falta de registo, nas referidas associações/clubes/escolas.

4. Direção

Não encontramos elementos que nos pudessem elucidar convenientemente sobre este aspeto do quadro humano pelo que, se optou por enunciar algumas características evidenciadas em pesquisa efetuada pelo autor através da análise de uma amostra de 50 indivíduos (órgãos da direção das diferentes associações/clubes) da Cidade de Inhambane. Assim, os agentes desportivos da Cidade de Inhambane apresentam as seguintes características:

- Idade superior a 35 anos de idade (85,0%)
- São quase exclusivamente do sexo masculino (90,0%)
- Vivem normalmente em união-de-fato (61,5%) e com filhos (72,2%)
- Têm uma média de 5 filhos por dirigente
- Não vivem em apartamentos próprios (54,1%)
- Foram antigos praticantes no clube e/ou modalidade
- A grande maioria sempre teve a Cidade como residência
- A grande maioria possui como habilitações literárias o Ensino Secundário (62,2%). Com área de especialização o desporto (30,0%)
- São funcionários públicos (45,9%)
- Tem rendimento médio líquido mensal não superior a duzentos euros (40,8%).

1. Instalações Desportivas

A medição da realidade desportiva assume-se como fundamental a considerar quando se fala em desenvolvimento desportivo. As instalações são uma das variáveis utilizadas para de alguma forma indiciar esse mesmo desenvolvimento.

As infra-estruturas desportivas são a mais valia no desenvolvimento do desporto, pois, é delas que permite aos atletas e não atletas a demonstrem as suas reais potencialidades.

Em Moçambique, as infra-estruturas desportivas influenciam o desenvolvimento do desporto de duas maneiras, por um lado, são insuficientes olhando para aquilo que é a vastidão deste país e por outro lado, as poucas que existem estão concentradas nas cidades capitais e na sua maioria em estado avançado de degradação.

No presente capítulo tentaremos de alguma forma expor as instalações desportivas existentes na Cidade de Inhambane bem como efetuar uma caracterização dessas instalações. Foram utilizados como documentos de suporte a Legislação Nacional do Desporto.

Instalações Desportivas Existentes na Cidade de Inhambane

Quadro QM - 09: Número e Percentagem de instalações desportivas existentes na urbe da cidade de Inhambane (2009 a 2012)

Instalações Desportivas	Número de Instalações Desportivos e Percentagem em relação ao total de Instalações Desportivas na Cidade de Inhambane							
	2009		2010		2011		2012	
	Inst.	%	Inst.	%	Inst.	%	Inst.	%
Campo Oficial de Futebol 11	02	6,9	02	6,9	02	6,9	02	6,7
Campo Recreativo	14	48,3	14	48,3	14	48,3	14	46,7
Campo/Pavilhão Polivalente Livre	10	34,5	10	34,5	10	34,5	11	36,7
Campo/Pavilhão Polivalente Coberto	01	3,4	01	3,4	01	3,4	01	3,3
Pista	01	3,4	01	3,4	01	3,4	01	3,3
Piscina *	01	3,4	01	3,4	01	3,4	01	3,3
Total	29	100	29	100	29	100	30	100

Fonte: Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (DPJDI-2012)

* Instalações em estado de reabilitação

A Cidade de Inhambane tem cerca de 30 instalações desportivas, apresentando uma Área Desportiva Útil (A.D.U.) de 66.510 m². Apresenta um valor de 0,9 m² A.D.U. por habitante, superior á média nacional de 0,7 m²/habitante, contudo mais inferior ao índice de referência do Conselho Internacional para Educação Física e Desporto da UNESCO (4 m²/hab).

2. Caracterização e Avaliação das Instalações Desportivas

Com o apuramento das instalações desportivas existentes, deve elaborar-se um registo de existência com informações sobre o tipo, dimensão, condição técnica arquitetónica, local, bem como o tipo de utilização.

CASTILLO (1996), refere ainda que deverão estar incluídas informações sobre as modalidades desportivas praticadas ou exercidas nos recin

tos desportivos, a capacidade e o acompanhamento, a utilização por época e o pedido de utilização.

Em relação às imediações dos recintos desportivos devem ser conjugadas informações referentes ao local, fatores de interferência, necessidade de proteção das imediações, rede de ligação rodoviária e acessibilidade.

Tal como referido anteriormente, no âmbito do apuramento das existências (oferta), também se averigam as informações sobre as capacidades disponíveis das instalações e espaços desportivos do desporto escolar fora dos períodos destinados para o mesmo.

Aquando da avaliação das instalações desportivas, é conveniente decidir-se sobre quais são os recintos desportivos adequados, condicionados ou não adequados para a prática de um determinado desporto. O alcance mínimo de uma avaliação de existência refere-se a condição arquitetónica, as modalidades desportivas aí desenvolvidas bem como a aptidão multifuncional do local. Na avaliação arquitetónica, uma instalação desportiva poderá ser classificada da seguinte forma:

- ***Categoria 1*** - Instalações Desportivas em condição utilizável: instalação não tem nenhuma deficiência ou não tem deficiências significativas, estas podem ser reparadas em coordenação com a conservação contínua. No caso da Cidade de Inhambane, quase 90% das instalações desportivas estão em condições utilizáveis.

- ***Categoria 2*** – Instalações Desportivas com deficiência mínima: a construção base é substancialmente aproveitável, todavia são permitidos os trabalhos de restauração extensa. Por exemplo, a restauração de pisos, partes de edifícios, equipamento ou salas contíguas.

- ***Categoria 3*** – Instalações Desportivas com deficiências graves: trata-se de deficiências que põem em perigo a existência ou a utilização prolongada porque as partes integrantes da construção base deixam de ser utilizáveis, faltam as instalações complementares necessárias, tais como vestiários e instalações sanitárias, dispositivos de aquecimento, tratamento de água no caso de piscinas.

Nesta categoria temo como exemplo a piscina da Escola Industrial e Comercial Eduardo Mondlane (a única na cidade).

- **Categoria 4** – Instalações Desportivas não utilizáveis: a utilização da instalação física suspensa devido as graves deficiências detetadas. Isto acontece quando a decisão sobre manutenção ou restauração da instalação está ao nível de uma reconstrução.

As Instalações Desportivas da categoria 1 podem ser utilizáveis a curto, médio e longo prazo, desde que, no futuro, as medidas de conservação sejam executadas. Pelo contrário, os recintos desportivos da categoria 4 não cumprem os requisitos em termos de existência.

Para além da avaliação arquitetónica, faz-se uma análise dos espaços desportivos com base nas exigências específicas da modalidade em termos de dimensão, equipamento e sala de apoio.

Alocação de Material Desportivo (Bolas)

Quadro QM - 10: Distribuição do material desportivo por modalidade desportiva (1980 – 2007)

Modalidades Desportivas	Distribuição do Material Desportivo (bolas) por modalidade desportiva							
	2009		2010		2011		2012	
	Bolas	%	Bolas	%	Bolas	%	Bolas	%
Futebol	256	63,1	120	65,2	260	63,6	72	37,3
Basquetebol	72	17,7	31	16,8	60	14,7	45	23,3
Andebol	26	6,4	15	8,2	30	7,3	18	9,3
Voleibol	42	10,3	11	6,0	45	11,0	45	23,3
Futsal	10	2,5	7	3,8	14	3,4	10	5,2
Total	406	100	184	100	409	100	193	100

Fonte: DPJDI-2012 & Representantes das Associações Desportivas

1. Introdução

No contexto da IV Edição do Mestrado em Gestão do Desporto – Organizações Desportivas, propomo-nos no presente trabalho, efetuar uma análise da Organização da Administração Pública Desportiva na Cidade de Inhambane, no contexto da Administração Pública Desportiva Nacional, tendo em conta o relacionamento do Desporto no Estado de Direito Moçambicano, enquanto um direito fundamental dos cidadãos, assegurado o primado de Direito Democrático, no respeito da vontade do Povo Moçambicano, conforme a Constituição da República de Moçambique de 2004 no seu artigo 93º “cultura física e desporto”.

2. A Lei do Desporto e a Cida de Inhambane

No presente capítulo tentaremos enquadrar a Cidade de Inhambane relativamente a Lei do Desporto, contextualizando a realidade bem como as possibilidades funcionais e normativas da Cidade de Inhambane.

Em 2002 o Estado Moçambicano, dá sequência ao articulado da Constituição da República de Moçambique (CRM), com o surgimento da Lei do Desporto em Moçambique (Lei nº 11/2001 de 12 de Março), onde no ser artigo 1º “(...) *estabelece o quadro geral do sistema desportivo e tem por objetivos promover e orientar a generalização da atividade desportiva, como fator cultural indispensavel na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade*”.

Em relação a Cidade de Inhambane, a Lei do Desporto refere no artigo 15º, capítulo III (Organização Administrativa da Atividade Desportiva) que, “*A Organização da Administração Pública relativa ao desporto nas cidades rege-se por disposições especiais aprovadas pelos respetivos órgãos de governo próprio*”.

Considerando uma Lei do Desporto como um enunciado de “*princípios fundamentais*”, de acordo com o seu artigo 4º, torna-se imperioso o seu respeito,

aquando da aplicação do ‘desporto’, enquanto matéria de interesse específico para a Cidade de Inhambane.

Neste contexto, salientamos como de importante a aplicabilidade da Lei do Desporto, e respetiva adequabilidade a Cidade de Inhambane:

- O artigo 4º (Princípios fundamentais da formação e da prática desportiva);
- O artigo 5º (Sistema desportivo nacional);
- O artigo 15º (Organização administrativa da atividade desportiva);
- O artigo 16º (Conselho Nacional do Desporto);
- O artigo 17º (Associativismo desportivo);
- O artigo 22º (Agentes desportivos e seleções nacionais);
- O artigo 31º (Competições, espetáculos e manifestações desportivas);
- O artigo 42º (Infraestruturas e instalações desportivas);
- O artigo 46º (Ética, disciplina e justiça desportivas);
- O artigo 52º (Estatuto de utilidade pública).

São competências do Conselho Nacional do Desporto – CND (artigo 15º):

- *Emitir pareceres sobre o desenvolvimento da política desportiva;*
- *Pronunciar-se sobre os projetos legislativos relativos à matéria do desporto;*
- *Dar parecer sobre os princípios da política desportiva a desenvolver para o desporto de alta competição;*
- *Pronunciar-se sobre as medidas com vista a assegurar a observância dos princípios da ética desportiva;*
- *Pronunciar-se sobre as medidas a adotar no âmbito da formação de quadros desportivos na via não académica;*
- *Pronunciar-se sobre cooperação e intercâmbio desportivos a nível internacional, designadamente com os países de língua oficial portuguesa;*
- *Reconhecer o carácter profissional das competições desportivas, em cada modalidade;*
- *Desencadear, o processo de cancelamento do estatuto de utilidade pública desportiva atribuído a uma federação;*
- *Exercer as competências que lhe são atribuídas por lei.*

Para além do CND, podemos citar neste trabalho o “*Fundo de Promoção Desportiva*”, designado por FPD – organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial que funciona sob a superintendência do membro do Governo responsável pela área do desporto.

São atribuições do FPD:

- a) Proporcionar estruturas materiais de acolhimento à formação, estágio e aperfeiçoamento dos praticantes, técnicos e dirigentes desportivos, desde a aprendizagem até à alta competição;
- b) Dinamizar as atividades desportivas nas instalações desportivas integradas no FPD;
- c) Celebrar com as instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, protocolos que permitam o intercâmbio e a utilização de outras instalações desportivas pelos agentes desportivos;
- d) Apoiar o desenvolvimento das atividades desportivas de recreação que possam ter lugar nas instalações desportivas que lhe estão afetas.

F – QUADRO FINANCEIRO E ECONÓMICO (QFE)

O presente quadro, refere-se unicamente aos dados obtidos, do financiamento da Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, no que respeita à Divisão dos Desportos (2011 a 2012) e da Direção dos Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia da Cidade de Inhambane. Tendo sido estes os únicos dados a que tivemos acesso.

Optamos por fazer um levantamento tendo em conta, sempre que possível, os fatores de desenvolvimento, facilitando as ilações a retirar quando da análise da Situação Desportiva.

1. Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane (DPJDI)

Para 2011 (segundo conseguimos apurar) a DPJDI teve um orçamento anual de 900 mil meticais (26 mil euros) para a área do Desporto, distribuídos pelos diferentes Fatores de Desenvolvimento abaixo apresentados.

Para 2012, a DPJDI dispendeu para o Desporto um milhão de meticais (29 mil euros) provenientes das doações do Fundo de Promoção Desportiva e das Ações do Projeto “Apoio a Atividades Desportivas”. A verba ficou distribuída pelas 9 Associações Desportivas devidamente reconhecidas.

Seguidamente apresentamos algumas das áreas (consideradas primordiais) onde se notou um maior dispêndio de recursos financeiros e que agrupámos, sempre que os dados assim permitiram segundo Fatores de Desenvolvimento.

2. Atividades - Apoio das Atividades Locais

Este tipo de apoio é feito através de verbas cedidas às Associações Desportivas, de acordo com o seguinte quadro:

Alocação de Verbas pelas 9 Associações Desportivas

Quadro QFE - 11: Distribuição de Verbas por Associação Desportiva (2009 – 2012)

Fonte: DPJDI-2012

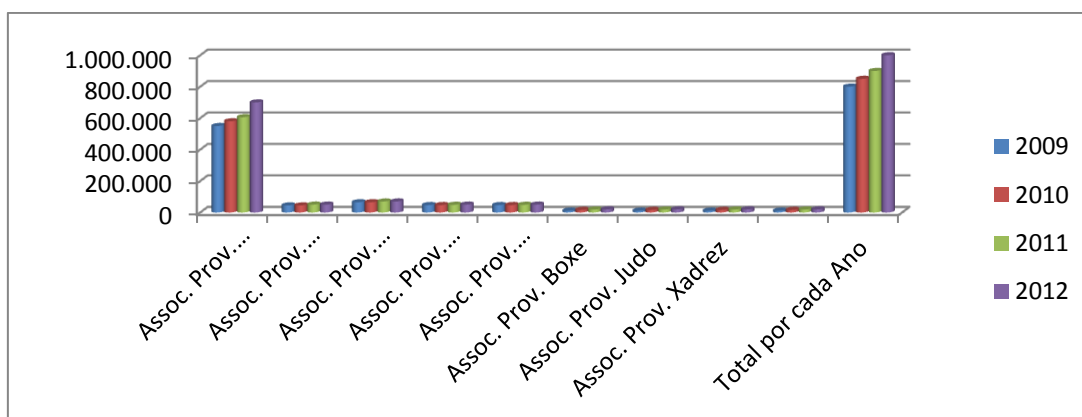
Associação Desportiva	Distribuição de verbas por Associações Desportivas							
	2009		2010		2011		2012	
	Valor (,00 MTS)	%	Valor (,00 MTS)	%	Valor (,00 MTS)	%	Valor (,00 MTS)	%
Assoc. Prov. Futebol	550.000	68,8	580.000	68,2	606.000	67,3	700.000	70,0
Assoc. Prov. Basquetebol	45.000	5,6	45.000	5,3	50.000	5,6	50.000	5,0
Assoc. Prov. Atletismo	65.000	8,1	65.000	7,6	70.000	7,8	70.000	7,0
Assoc. Prov. Andebol	47.000	5,9	47.000	5,5	49.000	5,4	50.000	5,0
Assoc. Prov. Voleibol	47.000	5,9	47.000	5,5	49.000	5,4	50.000	5,0
Assoc. Prov. Boxe	11.500	1,4	16.500	1,9	19.000	2,1	20.000	2,0
Assoc. Prov. Judo	11.500	1,4	16.500	1,9	19.000	2,1	20.000	2,0
Assoc. Prov. Xadrez	11.500	1,4	16.500	1,9	19.000	2,1	20.000	2,0
Assoc. Prov. Aeronáutica	11.500	1,4	16.500	1,9	19.000	2,1	20.000	2,0
Total	800.000	100	850.000	100	900.000	100	1.000.000	100

Fontes: Governo da Cidade de Inhambane – 2012

Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

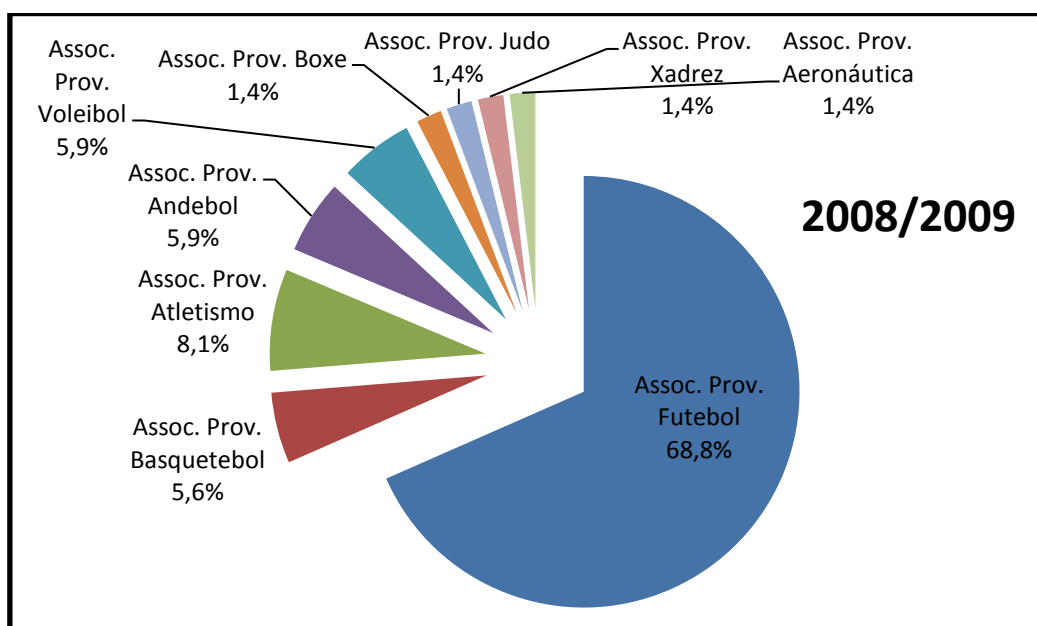
Do presente quadro podemos verificar que os valores apresentados se referem geralmente a atividades de âmbito provincial atribuídos para a administração das associações.

Gráfico QFE - 14: Quadro QFE - 11: Distribuição de Verbas por Associação Desportiva



Pela análise do gráfico 14, verificamos um aumento das verbas atribuídas às Associações. Assim, podemos concluir que um maior número de atividades ficaram sob a tutela direta das Associações sendo este fato monitorado pela DPJDI (através de contratos-programa), o que, nos dá uma tendência de autonomização do Movimento Associativo relativamente à prática desportiva formal.

Diagrama QFE - 01: Distribuição de fundos por associações desportivas na Província de Inhambane - 2009

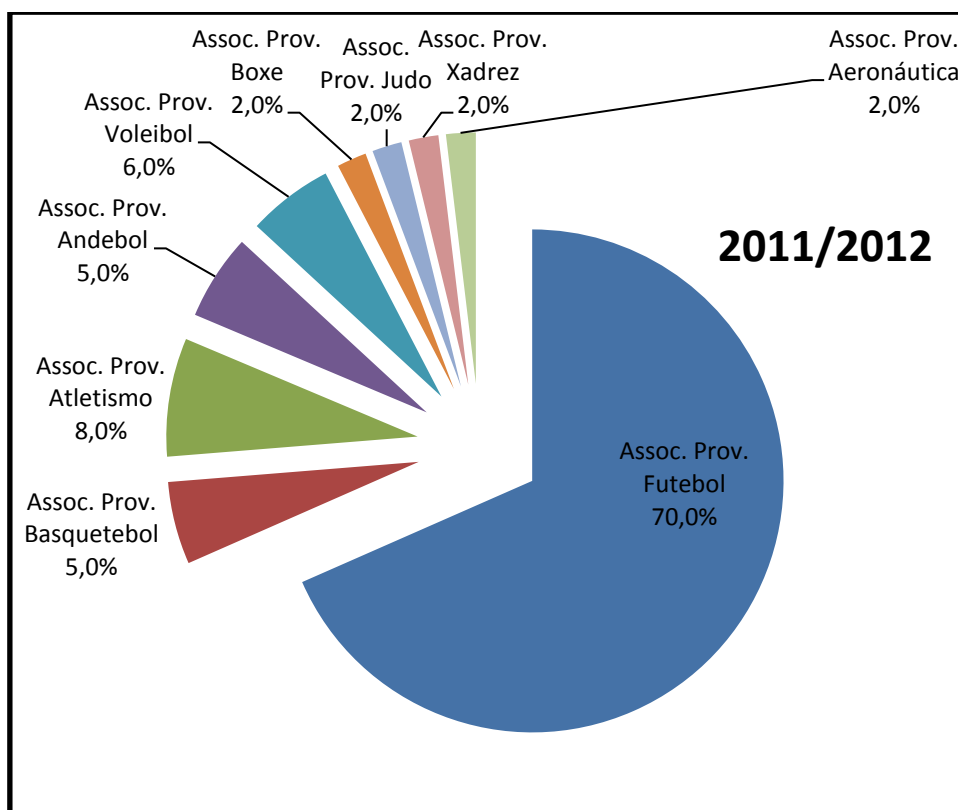


Pela análise do diagrama verificamos que a associação de futebol é a que tem mais patrocínio/contrato-programa com o governo local. Para as outras associações provinciais (Boxe, Judo, Xadrez e Aeronáutica) têm se verificado uma igualdade na distribuição de verba, sendo 1,40% para cada associação desportiva.

O diagrama seguinte mostra um aumento da verba alocado pelo governo que concerne a temática do desporto para a época desportiva 2011/2012

Conforme os dados de 2009, podemos afirmar que para a época desportiva 2011/2012 o fundo de apoio a promoção e prática desportiva aumentou em 2,0% comparativamente com o ano de 2009. A verba atribuída às associações provinciais de Boxe, Judo e Xadrez aumentou em 0,6% por cada associação.

Diagrama QFE - 02: Distribuição de fundos por associações desportivas na Província de Inhambane - 2012



Fontes: DPJDI-2012

Governo da Cidade de Inhambane – 2012

Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Pela análise dos dois diagramas verificamos que houve um aumento das verbas atribuídas às Associações Desportivas de 2009 (800 mil meticaís) para 2012 (1 milhão de meticaís). Notamos também que grande parte das verbas são atribuídas à Associação Provincial de Futebol, sendo que esta tem vindo a ter resultados positivos no âmbito local e provincial, realçando a existência de um clube de futebol (Vilankulo Futebol Clube de Inhambane) desta província a competir no campeonato nacional de futebol desde o ano de 2010.

Nos diferentes anos abordados, as associações mais apoiadas foram de Futebol, Atletismo e Voleibol. Este fato verifica-se devido às suas participações regulares a nível nacional no escalão Séniores.

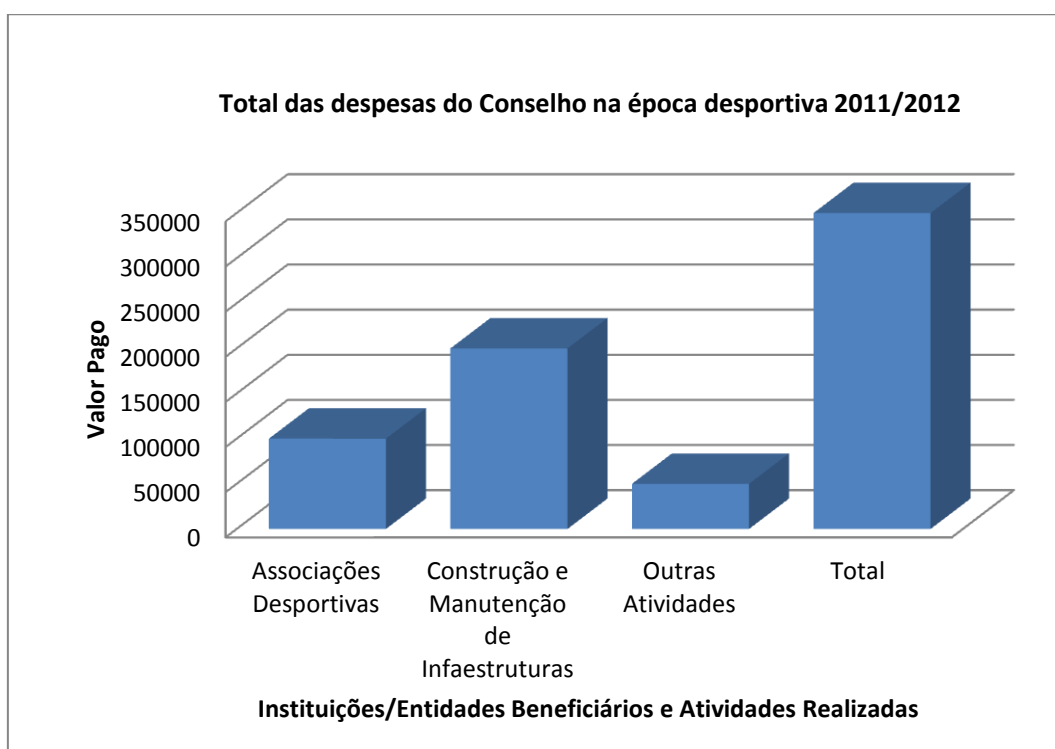
Numa abordagem sumária verificamos que existem associações/modalidades sem qualquer tipo de apoio, nomeadamente Ginástica Rítmica, Karaté, Natação e Tiro. Na

nossa opinião esta situação deve ser corrigida no sentido de que a distribuição de verba deverá ser um reflexo da atividade local, inclusive no âmbito económico financeiro.

Em termos desportivos, apesar de não possuímos dados, que nos possam elucidar de melhor forma sobre este aspeto do orgânico, podemos dizer possui quadros competitivos próprios, participando a nível Regional e Nacional nas fases finais do Desporto Escolar e Universitário.

Infelizmente não tivemos acesso a dados que nos fornecessem a intensidade da intervenção Municipal no Desporto por bairros, contudo, o gráfico seguinte dá-nos uma imagem do total de despesas das despesas do Conselho Municipal em “Jogos e Desportos” na época desportiva 2011/2012, que presumindo poderá ser um valor de referência para todo o período em análise.

Gráfico QFE - 15: Fundo alocado ao desporto pelo Município na época 2011/2012



Fontes: DPJDI-2012
Governo da Cidade de Inhambane – 2012
Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Pelo gráfico 15, verificamos que foram despendidos 350 000 meticais na Época Desportiva 2011/2012 pelo Conselho Municipal onde 11% se destinaram às Atividades Desportivas, 23% para as Associações Desportivas, 59% à Construção e Manutenção de Recintos e 6% em Outras Atividades.

Com um financiamento total de um milhão e duzentos mil meticais verificamos que 35% foi destinado à área desportiva o que se pode considerar um valor bastante significativo.

Para uma análise mais aprofundada, havia necessidade de ter o conhecimento do orçamento do Conselho Municipal para cada bairro, bem como qual a percentagem destinada aos Jogos e Desportos permitindo-nos tirar ilações sobre a aplicabilidade destas verbas.

QUADRO DE ATIVIDADES (QA)

1. Quadros Competitivos: Âmbito Regional, Nacional e Internacional

No desporto Regional, os quadros competitivos são efetuados de acordo com a proposta das Associações de diferentes modalidades que, em cimeira regional, em parceria com a Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, definem os quadros competitivos efetivos.

De uma forma geral esses quadros são organizados no respeito pelas atividades de âmbito local/bairro, seguidas de atividades de âmbito regional e posteriormente atividades de âmbito Nacional e/ou Internacional.

Após as atividades desenvolvidas no âmbito de cada localidade/bairro, cada modalidade possui um ponto alto, no ano, que é o Torneio/Campeonato Regional, nos diferentes escalões etários. Esse torneio apura o Campeão Regional, representante da Cidade/Distrito a nível provincial.

No que concerne, propriamente às atividades desenvolvidas verificamos que o futebol, o basquetebol, o atletismo, o andebol e o voleibol são as modalidades com

maior número de provas de âmbito regional, nacional ou internacional para os quatro (4) anos considerados.

Interessa ainda referir, que Futebol e Atletismo, são as modalidades com maior expressão em termos de praticantes, independentemente do número de provas existentes. Verificamos que o Atletismo e o Basquetebol são as modalidades com maior número de competições oficiais, sendo no entanto o Futebol, seguido do Voleibol, as modalidades que apresentam maior representatividade em termos do número de praticantes envolvidos. Este tipo de análise coloca-nos problemas comparativos visto que há a considerar:

- O número de provas por modalidade;
- O número de atletas envolvidos nas presentes provas;
- O número de atletas que cada prova envolve em cada modalidade;
- O número específico de atletas específico de determinada modalidade.

2. Desporto Escolar

O Desporto Escolar tem expressão na Cidade de Inhambane como ‘Jogos Desportivos Escolares’. Estes abrangem os estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, de acordo com a regulamentação da Direção Nacional dos Jogos Escolares. É de referir ainda que a cidade de Inhambane acolheu a fase nacional dos jogos escolares pela primeira vez em 2005, tendo conseguido amealhar muitas medalhas fator este justificado pelo maior número de atletas que participaram no evento, na qualidade da cidade anfitriã.

Segundo a informação disponível, os primeiros jogos escolares (fase nacional), tiveram lugar na cidade de Maputo três anos após a independência ‘1978’ movimentando três modalidades desportivas (futebol masculino, atletismo e basquetebol para os ambos sexos).

A segunda e terceira edição tiveram lugar na cidade de Maputo, em 1980 e 1982 respetivamente, tendo movimentado as mesmas modalidades verificadas na primeira edição da fase nacional dos jogos escolares.

CAPITULO – IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DESPORTIVOS (ID)

No presente capítulo procuramos fazer referência a alguns aspetos que considerámos fundamentais para uma visão global da Situação Desportiva na Cidade de Inhambane e consequentemente do seu nível desportivo. Mais uma vez a referir que os documentos a que tivemos acesso não nos permitiram (por vezes) uma análise do Ciclo Olímpico, a que nos propusemos no início deste trabalho. Contudo fornecem-nos indicadores que permitirão reflexões mais alargadas em trabalhos futuros.

1. Área Desportiva Útil por Habitante (A.D.U./Habitante)

Tabela ID – 09: Relação da Área Desportiva Útil (A.D.U.) por Habitante (Hab.) de 2010 a 2012

Cidade	2010			2011			2012		
	A.D.U.	Hab.	A.D.U./ Hab	A.D.U.	Hab.	A.D.U./ Hab	A.D.U.	Hab.	A.D.U./ Hab
Cidade de Inhambane	20.311,6	71.079	0,29	20.311,6	72.508	0,28	21.012	73.948	0,28

Fontes: DPJDI-2012

Governo da Cidade de Inhambane – 2012

Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Fonte: INE – 2012

A tabela 09, mostra-nos que houve uma diminuição da Área Desportiva Útil por Habitante (A.D.U./Hab) no período entre 2010 e 2012. Tal fato deve-se quer a um aumento do número de habitantes quer mesmo por uma diminuição real da área disponível.

2. Área Desportiva Útil por Praticante (A.D.U/Prat.)

Tabela ID – 10: Relação da Área Desportiva Útil por Praticante Desportivo na Cidade de Inhambane de 2010 a 2012

Cidade	2010			2011			2012		
	A.D.U.	Nº Prat.	M ² /Prat	A.D.U.	Nº Prat.	M ² /Prat	A.D.U.	Nº Prat.	M ² /Prat
Cidade de Inhambane	20.311,6	10.642	1,91	20.311,6	17.036	1,19	21.012	10.580	2,00

Na análise do presente quadro verificamos que o valor da Área Desportiva Útil por praticante no Município de Inhambane teve uma ligeira subida de 2010 (1,91 m²/prat) para 2012 (2,00 m²/prat). Na análise dos presentes dados há que ter em conta:

- Um aumento substancial da Área Desportiva Útil de 2010 até 2012;
- Uma diminuição da Área Desportiva Útil de 2010 a 2011;
- Um aumento substancial do número de praticantes de 2010 a 2011.

3. Habitantes por Instalação Desportiva (Hab./Inst.)

Tabela ID – 11: Relação do Número de Habitantes por Instalação Desportiva (Hab./I.D.) de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane

Cidade	2010			2011			2012		
	Populaçã o (nº de Hab)	Nº Inst. Desport ivas	Relação Hab/ID	Populaç ão (nº de Hab)	Nº Inst. Desport ivas	Relação Hab/ID	Populaç ão (nº de Hab)	Nº Inst. Desport ivas	Relação Hab/ID
Cidade de Inhambane	71.079	29	2.541	72.508	29	2.500	73.948	30	2.464

Pela análise da tabela 11, verificamos que o número de Habitantes/Instalação diminui no período considerado.

De realçar que o ano de 2012 apresenta um valor que deixa transparecer uma desafoçada existência de instalações desportivas.

4. Praticantes por Instalação Desportiva (Prat./Inst.)

Tabela ID – 12: Relação do Número de Praticantes por Instalação Desportiva (Prat./Inst.) de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane

Cidade	2010			2011			2012		
	Nº Prat.'s	Nº Inst. Despot.'s	Prat/ Inst	Nº Prat.'s	Nº Inst. Despot.'s	Prat/ Inst	Nº Prat.'s	Nº Inst. Despot.'s	Prat/ Inst
Cidade de Inhambane	10.642	29	367	17.036	29	587	10.580	30	353

Pela análise da tabela 12, verificamos que houve uma diminuição do número de Praticantes por Instalação Desportiva (Prat/Inst.) no período entre 2011 e 2012. Este aspeto deveu-se essencialmente ao aumento do número de Instalações (denominador) da Cidade visto que se verificou um aumento no número de Praticantes (numerador). Por outro lado em alguns anos considerados como o ano 2012 este aspeto verificou-se por uma diminuição do número de praticantes (numerador).

5. Área Territorial por Instalação (A.T./Inst. = Km²/Inst.) ou Área de Influência – Raio de Influência (R.I. = Km).

Este indicador pressupõe uma explicação prévia da metodologia adotada:

- **Área Territorial por Instalação ou Área de Influência** – estabelece a relação entre a área territorial e o número de instalações desportivas, permitindo determinar a área que (teoricamente) serve cada instalação. Constrói-se dividindo a Área Territorial (Km²), pelo número de instalações desportivas.
- **Raio de Influência** – na sequência da explicação anterior tendo a instalação como o centro, permite-nos calcular (teoricamente) o seu raio de influência. Constrói-se calculando a Raiz Quadrada do Quociente obtido entre o valor da Área de Influência e Pi ($\pi = 3,14^\circ$).

Tabela ID – 13: Relação da Área Territorial e Raio de Influência por Instalação Desportiva de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane

Cidade	A. Territorial	2010			2011			2012		
		Nº Inst.	A.T/Inst. (Km ² /Inst)	R.I. (Km)	Nº Inst.	A.T/Inst. (Km ² /Inst)	R.I. (Km)	Nº Inst.	A.T/Inst. (Km ² /Inst)	R.I. (Km)
C. Inhambane	192 Km ²	29	6,62	1,45	29	6,62	1,45	30	6,40	1,43

$$\pi = 3,14^\circ ; R.I. = \text{Raiz quadrada de A.T.} / 3,14$$

Na análise do quadro verificamos que para todo o período considerado, exceto o ano de 2011, a Área de Influência de cada instalação desportiva diminui com consequente diminuição do Raio de Influência, provocado pelo aumento do número de instalações.

O ano de 2012 apresenta melhor indicador com 6,40 Km² de Área de Influência (A.I.) por instalação desportiva e 1,43 Km de Raio de Influência (R.I.).

6. Índice de Participação Desportiva (Prat./Hab. X 100)

Este indicador, Índice de Participação Desportiva (I.P.D.) relaciona o número de Praticantes com o número de Habitantes multiplicando o resultado por 100 unidades. Permite-nos ficar com uma noção mais clara da participação desportiva no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Tabela ID – 14: Relação do Índice de Participação Desportiva de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane

Cidade	2010			2011			2012		
	Hab.	Nº Prat.	I.P.D.	Hab.	Nº Prat.	I.P.D.	Hab.	Nº Prat.	I.P.D.
Cidade de Inhambane	71.079	10.642	14,97	72.508	17.036	23,50	73.948	10.580	14,31

Pela análise da tabela 14, verificamos que o Índice de Participação Desportiva tem vindo a aumentar sucessivamente desde 2010 (14,97 Prat/Hab) até 2011 (23,50 Prat/Hab).

Tal fato tem-se verificado por um aumento efetivo do número de praticantes (numerador) pois verificamos também um aumento da População (denominador) neste período.

7. Praticantes por Técnicos (Prat./Téc.)

Este indicador permite-nos saber qual a relação do número de praticantes desportivos por técnico, possibilitando verificar a necessidade ou não de um maior investimento ao nível da Formação ou mesmo o estabelecimento de rácios tendo em vista os vários fatores de desenvolvimento.

Encontra-se calculando o quociente entre o número de Praticantes Desportivos pelo número de Técnicos Desportivos.

Tabela ID – 15: Relação de Praticantes Desportivos por Técnicos Desportivos de 2010 a 2012 na totalidade da Cidade de Inhambane

Cidade	2010			2011			2012		
	Tecn.s	Nº Prat.	Prat./Tecn.	Tecn.s	Nº Prat.	Prat./Tecn.	Tecn.s	Nº Prat.	Prat./Tecn.
Cidade de Inhambane	259	10.642	41,09	370	17.039	46,05	261	10.580	40,54

Pela análise da tabela 15 verificamos que o número de Praticantes por Técnico diminui no período em análise para a Cidade de Inhambane, apesar de um ligeiro aumento no período de 2011.

Tal fato é verificado em simultâneo com o aumento do número de praticantes da Cidade pelo que podemos constatar o acompanhamento desse aumento pelo número de técnicos.

8. Aplicação do Instrumento de M² NORMALIZADO

Quando tratamos o problema da acessibilidade ao desporto, as instalações desportivas, enquanto espaços privilegiados de prática desportiva, nos dias de hoje, são instrumentos fundamentais na sua promoção e de ordenamento do território influenciando fortemente a qualidade de vida da População.






Através da constatação desta realidade, Cunha (1995) testou um processo de relativização dos valores das instalações desportivas na tentativa de “(...) identificação do valor do espaço desportivo quanto ao seu modo de utilização, para que uma definição correta de uma política de implantação e localização de equipamentos (instalações) desportivos seja possível, bem como, a definição de cenários em termos de política desportiva”.

Neste teor investigou uma forma de medida – *m² normalizado* – que de alguma forma incluísse a influência de todas as variáveis em presença, na utilização das instalações desportivas, uniformizando as suas dimensões, através de um processo de relativização.

No contexto do presente trabalho, tentaremos aplicar a utilização deste instrumento, à Cidade de Inhambane. Face aos dados disponíveis considerámos apenas o ano de 2012, não abordando a comparação dos vários períodos analisados para os restantes indicadores desportivos.

Para uma explicação do referido instrumento remetemos o leitor para o artigo “**O m² normalizado – Um instrumento de gestão em política de instalações desportivas**”, (Cunha, 1999), apresentado em anexo.

Resumidamente podemos dizer que foram considerados variáveis como:

-  A tipologia das instalações
-  As atividades (desenvolvidas primordialmente nessas instalações)
-  Utilizadores e formas de utilização (áreas e densidades)
-  Valores aconselhados de número de utilizadores destinatários
-  Capacidade de rotação temporal ou de turnos de utilização

Partindo destas variáveis foram encontradas constantes, que permitiam uma relativização dos valores de Área Útil Desportiva de acordo com a tipologia das instalações que apresentamos resumidas (de acordo com as necessidades de utilização) no quadro seguinte:

Quadro ID – 12: Constante metro quadrado normalizado

Categorias	Modalidades	Constante – m² normalizado
Grandes Jogos	Futebol	0,005
Pequenos Jogos	Basquetebol	0,192
	Andebol	
	Voleibol	
Salas de Desporto	Salas de Desporto	0,20
Pavilhões	Pavilhões	0,125
Piscinas	Piscinas Pequenas	0,667
Pista de Atletismo	Atletismo	0,001

Fontes: DPJDI-2012

Governo da Cidade de Inhambane – 2012

Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

Fundo de Promoção Desportiva - 2010

De considerar que a Carta das Instalações Artificiais (Ministério da Educação, 1988) inclui na tipologia das instalações, a categoria de Instalações Especiais que, apesar de referenciada, não foi considerada para efeitos de aplicação do instrumento m² normalizado.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DA SITUAÇÃO DESPORTIVA

Após a realização do Levantamento da Situação Desportiva, é necessário uma interpretação dos dados recolhidos. Procura-se portanto, concretizar a recolha de dados, permitindo-nos “(...) ir mais longe na compreensão de todo o sistema (...)”, Pires, G. (2007).

A análise da Situação Desportiva é constituída pela inter-relação dos diversos elementos desportivos, extradessportivos e para-desportivos organizados sob a forma de quadros, utilizados aquando do *Levantamento da Situação Desportiva*, que nos informam da ‘composição’ desportiva na grandeza abordada.

Faremos assim referência aos dados recolhidos aquando do *Levantamento da Situação Desportiva*, cruzando-os entre si, sempre que possível. Para tal, fá-lo-emos sob a forma de quadros mantendo a estrutura organizativa utilizada anteriormente.

A – QUADRO CONDICIONANTE

- A Cidade de Inhambane, no que concerne às condições climáticas apresenta um clima bastante ameno com médias amplitudes térmicas, média insolação, oferecendo condições ímpares para a prática de atividades de ar livre ao longo do ano, otimizando a riqueza em espaços verdes e belíssimas praias existentes o que tem atraído muitos turistas nacionais e estrangeiros.
- Muito vantajoso surge-nos o panorama ligado ao turismo, devido às condições geográficas (o mar, sol, bem como a exploração vulcanológica) e humanas, nomeadamente ao nível de segurança. O cenário constado de aumento de transportes, da rede de saúde, da melhoria das condições de vida através do aumento das licenças de construção, do aumento verificado do número de passageiros nos transportes da Cidade, são elementos que de alguma forma reforçam este potencial da Cidade de Inhambane aspeto este que se pode começar a constatar através da observação do aumento do número de residentes nesta cidade desde 2000.

- A sua População tem uma distribuição bastante heterogénea pelos diferentes bairros, tendo Bairro Muelé Um 22,8% da População, notando-se um maior aglomerado populacional nos bairros de maior tecido urbano. Podemos tomar em consideração a Densidade Populacional onde verificamos que apenas os bairros Muelé Um (97,56), Liberdade Três (57,34) e Josina Machel (56,43) apresentam valores superiores à média encontrada na Cidade (47,00).
- A partir dos anos 50, em praticamente todos os bairros, a população teve um decréscimo. Este fato é justificado pela duas guerras (Colonial e Civil) que afetaram o território nacional no geral. Na década de 50 houve um ligeiro aumento cuja tendência passa a ser decrescente a partir da década 60. Na década 70, continuamos a verificar um decréscimo da população, sendo que, a partir dos anos 80 verifica uma estabilização. Na década 90 verificamos um aumento da População fundamentalmente nos bairros de Muelé Um, Liberdade Três e Josina Machel pois nos restantes bairros deparamo-nos com uma tendência de manutenção já constatada na década de 80.
- Nota-se um decréscimo no número de nascimentos, desde finais dos anos 70 e inícios dos anos 80 e paralelamente verificamos uma manutenção do número de praticantes Infantis, Iniciados e Juvenis entre 1989 e 1999. Este aspeto leva-nos a considerar um eventual envelhecimento da População, conduzindo à necessidade de desenvolvimento de políticas desportivas visando idades mais avançadas, tendo em especial atenção o desporto feminino já que a partir dos 45 anos aproximadamente as mulheres começam a ser de número superior aos homens.
- Quanto às condições económicas verificamos que o comércio é a mais forte componente da atividade económica da Cidade de Inhambane, envolvendo desde pequenos vendedores, passando por negociantes, indo até aos comerciantes grandes e armazenistas. Os munícipes ainda ocupam-se na pesca, pequena indústria e atividades agropecuárias para a sua subsistência. Afetam em média 2,4% do seu orçamento familiar às despesas de instrução, cultura e distrações, valor esse inferior ao encontrado a nível Nacional de 2,9% para 2012 (INE – Delegação de Inhambane, 2013).
- Relativamente às instalações desportivas artificiais, há a considerar que devem ser fundamentalmente cobertas, devido à elevada precipitação, bem como com

pisos absorventes devido à humidade relativa alta, viabilizando a prática ao longo de todo ano.

B – QUADRO ORGÂNICO

- O Governo da Província de Inhambane possui um departamento responsável pela temática desportiva, Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, o que denota a preocupação no desenvolvimento da Educação Desportiva e do Desporto na Província.
- Relativamente ao Movimento Associativo verificamos que, determinadas modalidades se encontram adaptadas à estrutura federada, desenvolvendo Associações que representam os diferentes clubes, enquanto que outras apresentam um orgânica não integrada. Verificamos que no caso da Cidade de Inhambane esta situação pode tornar-se vantajosa na medida que, contactam diretamente com a Direção Provincial, entidade que promove grande parte dos seus apoios.
- Contudo, em alguns casos encontramos a designação ‘Associação de Desportos’, cuja preocupação engloba todas as modalidades que ainda não se encontram identificadas com associações de modalidade.
- Em relação a Escolas de Ensino Superior (Universidades/Faculdades), a Cidade possui apenas duas (2), (Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique e Universidade Mussa Bin Bique ‘privada’), embora não encontramos qualquer curso relacionado com a vertente desportiva.
- Relativamente ao Conselho Municipal, notamos que não há uma organização, ou um Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal apesar de se verificarem alguns apoios nomeadamente a Associações e Clubes Desportivos, na Construção e Manutenção de instalações bem como apoio financeiro.

C – QUADRO HUMANO

No que respeita a praticantes desportivos a Cidade apresenta uma evolução desde 2009 (9.806) até 2011 (17.036) na ordem dos 73%, dos quais cerca de 38,7 se encontram na modalidade de Futebol e 21,2% na modalidade de Atletismo.

Dos praticantes considerados em 2009, 16% eram Federados, passando este valor em 2012 para 18%, o que poderá significar um incremento da prática desportiva formal, possibilitando o enquadramento de um maior número de atletas em participações de âmbito Nacional.

Relativamente aos vários escalões etários verificamos que em todos eles se deu uma subida no número de atletas a partir de 2009 até 2012.

Quando analisamos o desporto consoante o sexo verificamos nitidamente que o desporto feminino é um aspeto a merecer preocupação imediata ao encontrarmos valores superiores para o sexo masculino.

Como aspeto positivo podemos referir o fato de que este aumento se tem verificado em escalões etários mais baixos pelo que poderá abrir perspetivas de maior prática de desporto feminino em períodos futuros.

Ao considerarmos o Índice de Participação Desportiva verificamos que este passou de 14,97 Prat/Hab em 2010 para 23,50 Prat/Hab em 2011. Apesar do crescimento verificado constatamos que os valores apresentados são significativamente baixos em relação a uma prática desportiva generalizada que se pretenda para determinada População. Neste contexto torna-se pertinente a necessidade de medidas de desenvolvimento, visando, uma maior captação de praticantes desportivos.

Considerando as diferentes modalidades desportivas, o Futebol surge-nos como a modalidade com maior número de praticantes, seguida do Atletismo, Basquetebol, Voleibol e o Andebol.

Em relação aos agentes desportivos, encontramos valores de 175 para 2011 e de 261 para 2012 denotando um crescimento.

Quanto à sua formação verificamos que o número de agentes desportivos apresenta uma descida de 2011 (370) para 2012 (260), contudo até o ano de 2010 apresenta um crescimento, o mesmo acontece aos Monitores.

Ao considerarmos o número de praticantes desportivos por técnico, verificamos um decréscimo de 2011 com 46,05 Prat/Técn, para 2012 com 40,54 Prat/Técn, o que nos parece um valor razoável face às modalidades desportivas de maior predominância na Cidade de Inhambane.

Para os dirigentes desportivos, os dados não nos permitem retirar ilações significativas, no entanto só pelo fato de estes serem incluídos na classe ‘Outros – sem formação’ quando da análise dos valores, no Quadro Humano pode-se concluir da necessidade de programação e incremento da formação nesta área.

De uma forma geral podemos indicar os seguintes aspetos a perseguir relativamente ao Quadro Humano:

- ❖ Aumento do número de praticantes com especial incidência no desporto feminino;
- ❖ Aposta em modalidades de grandes espaços, utilizando os espaços verdes existentes em todos os bairros diminuindo portanto os custos de instalações;
- ❖ Incidência na formação quer no nível de técnicos quer no nível dos dirigentes;
- ❖ Formação de árbitros considerando a especificidade de cada modalidade bem como as suas necessidades.

D – QUADRO MATERIAL

A análise efetuada no quadro material considera apenas as instalações desportivas na Cidade de Inhambane.

A área desportiva total da Cidade de Inhambane é de cerca de 21.012 m², apresentando valores na ordem dos 0,28 m² por habitante, valor este inferior à média nacional (1,8 m²/Hab), contudo, ainda muito inferior ao recomendado pela União Africana (2,8 m²/hab).

Quando considerada a tipologia das infraestruturas, a Cidade de Inhambane, apresenta valores superiores à média Nacional, (bem como aos valores recomendados pela UNESCO) para todos os tipos de infraestruturas com exceção das Piscinas e Pistas de Atletismo.

A Cidade apresenta em 2012 um valor de 30 instalações desportivas, superior ao encontrado desde 2009 a 2011 (29 instalações desportivas). Contudo, quando analisada a área desportiva reparamos que há um constante dos valores encontrados desde 2009 a 2011 (20.311,6 m²).

O grupo de Grandes Jogos (Campo de Futebol) é o mais acentuado com valores na ordem dos 53,3% para 2012, seguido dos pequenos jogos com 40,0% respetivamente, considerando a totalidade de instalações.

Temos como principal proprietário de Instalações Desportivas o Estado (35,0%), o seu principal utilizador são os clubes (39,0%), sendo as escolas os gestores de um maior número (28,0%).

Ao equacionarmos a Área Desportiva Útil verificamos, mais uma vez a heterogeneidade entre os diferentes anos abordados.

Considerando a Área Desportiva Útil por Habitante a Cidade, em 2012, apresenta um valor de cerca de 0,28 m²/Hab que se encontra abaixo da média Nacional de 1,8 m²/Hab. Quando considerada a Área Desportiva Útil por Praticante verificamos um valor de 1,91 m²/Prat para 2010 e, 2,0 m²/Prat em 2012, o que nos elucida sobre a evolução da Área Desportiva Útil no período considerado.

Em relação ao número de Habitantes por instalação desportiva encontramos um valor de 2.541 Hab/Inst na época desportiva 2009/2010. A época desportiva 2011/2012 é aquela que apresenta melhor quadro com um valor de 2.464,93 Hab/Inst.

Ao relacionarmos o número de praticantes com o número de instalações desportivas verificamos que a Cidade possui um valor de 366,97 Prat/Inst para 2010 e de 352,67 Prat/Inst em 2012. Mais uma vez verificamos os progressos efetuados sendo um valor bastante positivo o de 352,67 Praticantes por Instalação Desportiva.

Ao analisarmos a Área Territorial das Instalações Desportivas da Cidade verificamos que houve uma diminuição de 2011 para 2012 passando de 1,45 Km²/Inst para 1,43 Km²/Inst respetivamente.

Ao considerarmos a realidade geográfica da Cidade de Inhambane, os indicadores usuais colocam-nos problemas de análise ao nível da acessibilidade da População à oferta das infraestruturas desportivas.

Em suma podemos retirar as seguintes ilações do Quadro Material:

- ❖ Deve promover-se a passagem da gestão das instalações desportivas para outras entidades, nomeadamente os clubes, promovendo a rentabilização da sua utilização, sempre que a função reguladora perca pertinência;
- ❖ O quadro de Instalações Desportivas da Cidade encontra-se num nível muito superior à média nacional e abaixo dos valores preconizados pela UNESCO;
- ❖ Reforça-se a necessidade de construção de instalações desportivas cobertas, de acordo com o enunciado no quadro condicionante, onde as instalações descobertas apresentam grandes desvantagens;

- ❖ Devido às condicionantes geográficas, qualquer medida a tomar implica uma análise mais aprofundada sobre as realidades locais, considerando cada bairro isoladamente;
- ❖ Relativamente à Área Desportiva Útil por Habitante (m^2/hab) constatamos que a Piscina e Pista de Atletismo são o tipo de instalações que apresentam maior défice de A.D.U./Hab na Cidade.

Relativamente à A.D.U. normalizada ($m^2/normalizado/hab$) por habitante:

Reparamos que os Grandes Jogos, que na unidade de m^2 ocupam 72,2% da A.D.U. da Cidade, em m^2 normalizados ocupam apenas 6,9% dessa área. Em relação aos Pequenos Jogos deparamo-nos com o fenómeno inverso onde na unidade de m^2 ocupam 20,9% da A.D.U. e em m^2 normalizados passam para uma ocupação de 76,7% da A.D.U. da Cidade.

Outro aspeto que nos parece interessante referir prende-se com o fato de que todos os bairros estão dotados de infraestruturas de Pequenos Jogos, remetendo-nos para um estudo posterior em relação à taxa de utilização destas instalações.

Parece-nos que face às condições pluviométricas da Cidade serão estruturadas com taxas de utilização reduzidas mas que indiciam a existência de A.D.U. considerável já consignada à prática desportiva.

Pensamos que esta situação poderá ser facilitadora da implementação de uma política de cobertura dessas estruturas, bem como de as dotar de uma polivalência de utilização de encontro aos interesses da População, constituindo um instrumento facilitador de aumento significativo da acessibilidade da População à prática desportiva.

Quando tratamos a presente temática parece-nos fundamental considerar que, face aos condicionalismos geográficos da Cidade de Inhambane, os diferentes bairros apresentam grande heterogeneidade nas realidades constatadas que, apesar da sempre necessária contextualização face a toda Cidade, obrigam a uma análise individualizada.

Face às dificuldades de transporte é praticamente impossível que a População de determinado bairro (bairros longínquas entre si, por exemplo de Bairro Josina Machel para Muelé Um) de alguma forma possa usufruir, regularmente, de um espaço/instalação desportivo existente noutro bairro, pelo que os bairros com menor População apresentam valores de A.D.U. superiores. Tal situação indicia uma política desportiva de massas, ao promover o acesso à prática desportiva em todos os Bairros.

No contexto do presente estudo parece-nos legítimo concluir que a Cidade de Inhambane poderá considerar dois aspetos fundamentais:

- ❖ As taxas de utilização das infraestruturas existentes, fundamentalmente as do tipo “Pequenos Jogos”;
- ❖ O tipo de utilização dado às infraestruturas existentes, principalmente às do tipo “Pequenos Jogos”.

E – QUADRO NORMATIVO

No presente capítulo tentaremos enunciar alguns aspetos que quanto a nós poderão ser alvo de reflexão aquando da análise da organização Administrativa Pública Desportiva da Cidade de Inhambane.

- ✚ Das primeiras ilações que pensamos poder retirar referimos a concordância com a metodologia normativa perseguida de dotar o desporto de matéria de interesse específico para a Cidade de Inhambane, permitindo-lhe regular de forma particular as condicionantes de arquipélago por forma a minorar as assimetrias geográficas, culturais e económicas existentes.
- ✚ Ao contrário da tendência manifestada pela Administração Central (com a criação do Conselho Nacional do Desporto), na Cidade de Inhambane, a matéria desportiva mantém-se sob a gestão ‘direta’ do Estado através da Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane.

Importa explicitar o que se entende por Administração Direta e Indireta do Estado que, de acordo com Dava (2004), nos indica que “a Administração Direta do Estado é a atividade exercida por serviços integrados na pessoa coletiva do Estado, ao passo que a Administração Indireta do Estado, embora desenvolvida para realização de fins de Estado, é exercida por pessoas coletivas públicas diferentes do Estado”.

- ✚ Os normativos atualmente existentes dotam a Cidade de uma organização desportiva enquanto departamento de uma Secretaria da Educação e Saúde.
- ✚ Se por um lado pensamos que esta constitui uma correta metodologia organizacional, pelo valor Educativo da matéria desportiva, por outro

verificamos, de grande dificuldade uma progressão orgânica do desporto, à semelhança da Administração Central, e que pretenda dar respostas adequadas às mutações permanentes impostas pela sociedade, ao sistema desportivo.

F – QUADRO FINANCEIRO

Segundo conseguimos apurar a Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane em 2009 teve um total de despesas na ordem de 800 mil meticaís (aproximadamente 22 mil euros). Para 2012 essa verba aumentou em 25% atingindo 1 milhão de meticaís (28 mil euros).

Relativamente ao apoio às atividades locais verificamos um aumento da verbas às associações/delegações de desportos (800 mil meticaís em 2009 e 1 milhão de meticaís para 2012) por outro lado verificamos um aumento das percentagens das verbas alocadas nas diferentes associações, isto para o ano 2012.

De referir que o Conselho Municipal da Cidade de Inhambane na época desportiva 2011/2012 teve um total de despesas na ordem 350 mil meticaís (aproximadamente 10 mil euros). Neste valor, 57,14% (200 mil meticaís) foi alocado na construção e manutenção de infraestruturas desportivas, 28,57% (100 mil meticaís) foi para associações desportivas e 14,29% alocado para outras atividades desportivas.

O Município de Inhambane tem apoiado ainda os clubes desportivos locais, através de financiamento do enquadramento técnico, de equipamentos e material desportivo. Este apoio financeiro estende-se ainda para as escolas/atletas que participam nos jogos escolares desde a fase local até a fase nacional, para além dos campeonatos de futebol e de futsal recreativos organizados e monitorados pelo este mesmo Município.

Como medidas a tomar propomos:

- A implementação de um número mínimo de atletas a nível municipal, de acordo com as características intrínsecas a cada modalidade desportiva, condicionando os apoios para a participação em provas de âmbito nacional;
- Canalização de um maior número de verbas destinadas à formação que, como verificámos no quadro humano, apresenta valores deficitários, nomeadamente em relação ao enquadramento técnico e diretivo.

G – QUADRO DE ATIVIDADES



Em relação ao número de provas desportivas observamos que em 2009 se verificaram 120 provas, mobilizando 5 mil praticantes em cerca de 10 modalidades. Em 2012 encontramos um valor de 170 provas com 8 mil praticantes em 15 modalidades. Verificamos portanto um aumento do número de provas, e modalidades com consequente aumento do número de praticantes.

As modalidades onde se verificaram maior número de participantes foram o Futebol, Andebol, Atletismo e Basquetebol.

Quanto ao desporto escolar verificamos que mobilizou em 2011 cerca de 200 participantes distribuídos pelas modalidades de Futebol 11, Futebol 7, Basquetebol, Voleibol, Mini-volei, Atletismo e Ginástica.

Quanto as ações de Formação notamos um decréscimo do número de participantes bem como no número de ações.

Neste contexto propõe-se as seguintes medidas relativamente ao presente quadro:

-  Investimento na área da Formação, nomeadamente nos bairros cujos quadro de instalações desportivas se apresenta satisfatório, no sentido de potenciar a sua utilização;
-  Propor novas atividades a realizar, nomeadamente as relacionadas com grandes espaços, utilizando os recursos que a cidade apresenta, nomeadamente os espaços verdes e o mar.

CAPÍTULO VI – LINHAS ORIENTADORAS PARA UMA POLÍTICA DESPORTIVA

De acordo com a Situação Desportiva observada, apresentamos um conjunto de *Objetivos* e *Medidas* que considerámos adequadas para um incremento positivo do Nível Desportivo no Conselho da Cidade de Inhambane/Cidade de Inhambane.

Pensamos que no quadro do **Desenvolvimento Desportivo Nacional**, o papel das autarquias não é suficiente, mas é com certeza absolutamente fundamental e necessário. Daí advém que o Município deverá ter uma intervenção de articulação e aprofundamento de relações entre os diferentes Setores Desportivos (Escolar, Federado, Militar, Universitário, etc) existentes que, complementando-se, servem para um gradual aumento da qualidade do trabalho desportivo, promovendo assim largos e consequentes benefícios para os cidadãos.

1. Planificação de uma Estratégia de Desenvolvimento Desportivo na Autarquia da Cidade de Inhambane

Planificar uma *Estratégia de Desenvolvimento Desportivo*, deve significar uma tentativa de resolução para atender às necessidades e definir prioridades, na obtenção dos objetivos prognosticados após um estudo de pesquisa da realidade existente.

O *Desenvolvimento Desportivo* deverá ser orientado na diversidade de oferta e na sua adequação às diferentes procuras por parte da comunidade. As diferentes populações alvo, estão na origem de diferentes dinâmicas constituídas. Sendo assim, aumentam as possibilidades de participação e integração dos destinatários (cidadãos), resultando daí um consequente nível de satisfação acrescido.

2. Objetivos Gerais do Plano de Desenvolvimento Desportivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

- ➔ Criar mais e melhores condições de acesso às atividades desportivas, abrangendo o maior número de grupos etários da população;

- ➔ Melhorar a qualidade das atividades e práticas desportivas no plano material, humano e logístico;
- ➔ Cooperar com a sociedade civil na organização de atividades;
- ➔ Modernizar os sistemas dos Serviços Municipais de Apoio ao Desporto;
- ➔ Promover a saúde e bem-estar da população através das atividades físico-desportivas, enquanto meios de prevenção, compensação e desenvolvimento social;
- ➔ Promover um maior número de participantes em provas desportivas;
- ➔ O desporto deve mostrar-se acessível à população independentemente do sexo, idade, profissão, situação social, religião, tribo e etnia;
- ➔ Melhoramento do nível de Educação Desportiva e Desporto do Conselho, considerada a sua qualidade, através da participação em provas no exterior, pressupondo que essa participação, deve ser reflexo das atividades e do desenvolvimento verificado no Conselho;
- ➔ Promoção do quadro humano, a nível técnico como no domínio das variáveis de gestão, promovendo a sua formação, bem como incentivo a quadros formados no exterior, para a sua vinda para o Conselho/Cidade;
- ➔ Utilização racional dos recursos disponíveis maximizando a utilização dos já existentes, nomeadamente em relação às atividades de grandes espaços;
- ➔ Criação progressiva de hábitos de planeamento e gestão, como suportes fundamentais para a concretização de projetos de desenvolvimento;
- ➔ Construção de uma estrutura de informação, ajustada às constantes alterações verificadas e que possa fornecer, a qualquer momento, dados atualizados sobre a situação desportiva no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

3. Áreas de Intervenção de Desenvolvimento Desportivo na Autarquia da Cidade de Inhambane e os *Objetivos* a perseguir.

3.1. Atividades

- Organizar atividades desportivas que pela sua grandeza e envolvimento promovam o concelho e a prática da modalidade em causa.

O Desporto faz cada vez mais parte dos hábitos regulares da população em geral, quer como espetadores de atividades/espetáculos desportivos, quer como consumidores de produtos desportivos.

O Concelho da Cidade de Inhambane, apresenta uma riqueza natural envolvente, que pode ser promovida através de iniciativas de carácter desportivo, que pela sua importância e grandeza, podem trazer inúmeras pessoas ao nosso território, tanto para participar ativamente nos eventos como para acompanhar os atletas ou simplesmente para assistir às provas.

Julgamos que com a promoção e organização deste tipo de atividades desportivas poderemos contribuir não só para reforçar a imagem da Província de Inhambane e em particular do Concelho da Cidade de Inhambane, como também para estimular os mais jovens a entrarem no “*Mundo do Desporto*” tendo como referência os bons exemplos dos participantes destas provas.

3.2. Instalações

- Gerir, modernizar e rentabilizar todas as instalações e equipamentos desportivos municipais.

Na gestão das instalações desportivas municipais deve ser preocupação permanente da autarquia procurar analisar para cada caso a sua realidade específica, definindo:

- A vocação, missão e objetivos (sociais, desportivos e económicos) do equipamento face à potencial procura desportiva;
- A potencialidade do equipamento em relação à sua utilização (localização, acessibilidade, funcionalidade e atratividade);
- A capacidade de gestão da estrutura orgânica e funcional da entidade gestora do equipamento;
- A realidade social e económica do meio no qual se insere o equipamento;
- A dinâmica e capacidade das entidades, desportivas ou não, da zona de influência do equipamento desportivo.

Sendo estas questões essenciais para a rentabilização mais eficaz do equipamento pode o Conselho optar por um dos três seguintes modelos de gestão:

- ❖ Plano de Gestão Mista dos Equipamentos Desportivos Municipais, caracterizando-se este modelo pela divisão de tarefas de gestão com outra entidade, por diferentes espaços temporais;
- ❖ Plano de Gestão Direta dos Equipamentos Desportivos Municipais, quando a gestão é integralmente da responsabilidade da autarquia;
- ❖ Plano de Gestão Concessionada, modelo pelo qual os direitos e os deveres do equipamento são transferidos para a entidade privada.

Existe atualmente uma outra hipótese de gestão de equipamentos desportivos, que consiste na opção pela criação de Empresas Municipais que apresentam algumas inovações no modo de rentabilizarem a instalação desportiva privilegiando uma desburocratização de toda a rede de informação e de decisão.

3.3. Financiamento

- Colaborar com as coletividades desportivas locais de modo a melhorar, de forma sustentada, o desenvolvimento desportivo local;
- Criar espaços lúdicos, com especial incidência em modalidades de contacto e exploração da Natureza.

O movimento associativo é, sem dúvida, um elemento essencial na estrutura do sistema desportivo nacional, contribuindo determinantemente para o processo de desenvolvimento desportivo.

É importante que a autarquia procure implementar o Programa de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo (PAMAD) do concelho da Cidade de Inhambane, onde procure de forma justa e criteriosa estruturar um apoio coerente com as suas possibilidades e em consonância com o trabalho desenvolvido pelos clubes como meios de promoção do desporto e de formação dos praticantes.

3.4. Formação

- Contribuir para a formação técnica dos agentes desportivos em geral.

A formação é um modo de desenvolvimento, aperfeiçoamento pessoal e profissional que pode ser traduzido num alargar de perspetivas e de saberes, procurando estruturar rumos que permitam uma crescente qualidade do trabalho desenvolvido, podendo todos os agentes desportivos, em geral, intervir de modo mais eficaz no seu setor desportivo específico, traduzindo-se tudo isto na conquista de um objetivo único que é o desenvolvimento com qualidade do desporto no nosso conselho.

Assim, a Autarquia deverá desenvolver um conjunto de ações para a formação de recursos humanos do desporto, preparando-as criteriosamente por forma a que possam responder às necessidades dos potenciais formandos e às necessidades do próprio sistema desportivo.

- Colaborar com as escolas por forma a promover uma maior intervenção da população escolar na participação ativa em atividades desportivas.

O desporto na escola é reconhecido como um setor determinante para toda a atividade desportiva, para a melhoria do ambiente escolar e para a formação dos jovens.

É necessário que se promova a prática do desporto nas escolas. Porém pensamos que o grande desafio que aqui se coloca é o de promover a prática desportiva tanto em regime de recreação/treino, como em regime de competição, **fazendo sempre corresponder essa prática a princípios de inatacável valor educativo e de defesa de espírito desportivo.**

3.5. Orgânica

- Dotar o município de infraestruturas desportivas com impacto direto no crescimento e desenvolvimento desportivo.

O acesso à prática desportiva qualquer que seja o grau de envolvimento pretendido pelo praticante, está sempre diretamente ligado à existência de infraestruturas desportivas específicas.

Embora não existam dados relativos e objetivos quanto à procura da prática desportiva por parte dos cidadãos, julgamos que será impossível aumentar o número, diversidade e qualidade dos nossos praticantes se não existirem instalações apropriadas, indispensáveis e com as condições mínimas exigíveis.

Atualmente as carências do parque desportivo do concelho, limitam de certa forma o acesso generalizado à prática do desporto.

Julgamos que neste ponto deverá a autarquia procurar elaborar o **Plano de Equipamentos Desportivos Municipais (PEDM)**, onde deverão ser estudadas as carências do conselho e procurando responder às necessidades de prática desportiva da população no sentido de se elaborar uma proposta de apetrechamento dos vários bairros, de forma sustentada promovendo um crescimento e desenvolvimento ordenado do desporto a nível local.

A problemática do planeamento da construção das instalações desportivas públicas de âmbito municipal deve ser equacionada tendo em conta:

- ❖ O nível de ordenamento do território e planeamento urbano;
- ❖ O nível da análise do equilíbrio entre a procura e a oferta desportiva, com destaque para as necessidades da população;

Na elaboração do **PEDM**, deverão ser processadas as seguintes etapas:

- Atualização da **Carta das Instalações Desportivas do Conselho**;

Ao caracterizarmos os espaços do nosso conselho devemos procurar responder às seguintes questões:

- ➔ Como é que estão distribuídas as instalações no nosso conselho?
- ➔ Que tipo de destinatários prevê?
- ➔ Quais os seus reais utilizadores?

- Tomada de conhecimento das propostas e projetos em curso;
- Definição de necessidades de cada bairro;
- Apresentação de uma proposta global de intervenção.

Contudo, a prática desportiva, não se limita em si só às instalações artificiais, onde é possível praticar as modalidades ditas “tradicionais”, mas alarga-se a outro tipo de equipamentos, como as chamadas instalações desportivas especiais (carreiras de tiro, hipódromos, cartódromos, campos de golfe, clubes náuticos) ou ainda a rentabilização dos recursos naturais existentes, cujo aproveitamento constitui um excelente fator de desenvolvimento desportivo.

Deste modo, julgamos também importante que se crie a **Carta dos Espaços de Natureza e Ar Livre**, onde sejam equacionados todos estes tipos de espaços “desportivos”.

É portanto, indispensável que se procure estimular as coletividades para que estas dinamizem as suas atividades nesses espaços, desenvolvendo os chamados desportos de aventura (escalada, orientação, marcha, canoagem, B.T.T., etc.) aproveitando e rentabilizando esses espaços, contribuindo deste modo para o desenvolvimento desportivo da nossa autarquia/conselho.

3.6. Documentação / Informação

- Recolha de dados e sua posterior divulgação relativamente ao desporto na autarquia/conselho, aproximando desta forma os diferentes intervenientes locais no processo desportivo;
- Incentivo ao aparecimento de uma publicação municipal que documente as atividades de âmbito regional, Nacional e Internacional promovidas pelos agentes desportivos da Cidade;
- Incentivo ao aparecimento local, de uma publicação científica, considerando modelos de gestão dos diferentes clubes e modalidades, fazendo transparecer as realidades locais por forma a promover orientações e/ou linhas programáticas a perseguir de acordo com plano a elaborar.

3.7. Marketing

- Divulgação adequada de todas as ações realizadas, como aspeto essencial para o seu êxito em termo de participação;

- Incentivo à participação em atividades de âmbito local, através da formação de novos núcleos desportivos, mediante apresentação de projeto, de alguma forma considerado inovador, no respeito pelas agregações já existentes;
- Estabelecimento de relações com o exterior por forma a rentabilizar os custos das participações a nível Regional, Nacional ou mesmo Internacional.

3.8. Criação de Projetos

- Desenvolvimento de projetos específicos de prática de atividades físicas, para grupos-alvo definidos, com caráter regular e sistemático.

É fundamental que uma estratégia de desenvolvimento desportivo conduzida a nível local, passe pela criação de condições para que a generalidade da população, desde que queira, tenha acesso ao desporto.

A ação das autarquias/conselhos, deve visar alargar a motivação para a prática desportiva de diferentes setores da nossa sociedade, assegurando que cada grupo alvo específico tenha iguais oportunidades de efetivação do seu direito à prática do desporto.

A autarquia/conselho deve colmatar as assimetrias que ao longo dos anos têm vindo a surgir no panorama atual do nosso sistema desportivo, criando estratégias de implementação de prática desportiva em grupos alvos carenciados (alunos do 1º ciclo, idosos,...) ou rentabilizando instalações desportivas específicas a partir da criação de escolas municipais de modalidades desportivas, ou ainda procurando dinamizar projetos durante os períodos de férias escolares ocupando os jovens nos seus tempos livres.

3.9. Gestão

- Estabelecimento de contratos-programa com os setores Autárquico, Trabalho e Escola;
- Estabelecimento de formas de cooperação com a Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane no sentido de se rentabilizarem, em especial atenção, as provas realizadas, a nível local;
- Criação de um dossier por cada bairro referente a toda informação relativa a praticantes, clubes, associações, instalações, competições, etc.
- Ampliação do dossier anterior a toda Província permitindo uma concertação de projetos a nível provincial.

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma global podemos concluir que a Situação Desportiva no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane relativamente ao último Ciclo Olímpico, apresenta valores de crescimento, em termos de infraestruturas de apoio ao sistema desportivo.

A grande lacuna detetada prende-se fundamentalmente com a insuficiência de enquadramento técnico, denotando necessidade de intervenção nesta área.

Para planear o desenvolvimento desportivo é necessário determinar objetivos imediatos e mediáticos de desenvolvimento, enunciando os meios que os tornem exequíveis dentro de um espaço temporal determinado.

No âmbito do presente estudo o Município da Cidade de Inhambane, necessita de rentabilizar os meios de que dispõe, através de uma política concertada, englobando bairros, clubes, escolas, associações e demais entidades relacionadas ou não com o processo desportivo.

Surge a necessidade de uma Política Desportiva, reorganizada, que motive as demais entidades a intervir, valorizando o trabalho positivo já realizado, tendo como objetivo o seu aperfeiçoamento, através da implementação de novos elos de comunicação.

Neste quadro, desenvolvimento tem de ser sinónimo de uma democratização das práticas desportivas, correção de desigualdades, satisfação de necessidades e melhoria das formas e qualidade de vida.

Por último pensamos ter atingido os objetivos a que nos propusemos no início do presente trabalho, não podendo deixar de salientar as dificuldades encontradas na recolha de elementos de estudo (dados). Uma vez por inexistência dos mesmos de forma organizada, tornando-se inacessíveis, outros por dificuldades de índole temporal que infelizmente não conseguimos ultrapassar.

Contudo podemos afirmar que aqui se encontra um documento caracterizador da Situação Desportiva do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, considerando o período que engloba o último Ciclo Olímpico (de 2009 a 2012), antes e após os Jogos Olímpicos de Londres – 2012.

Apesar de alguns elementos (quadros) não se encontrarem com toda a informação desejada, pensamos que, a projeção do trabalho, sobre a análise de diferentes anos, nos possibilitou uma visão funcional e integrada dos diferentes elementos, permitindo-nos, com certa margem de erro, deduzir alguns aspetos relativos a outros quadros, a confirmar em estudos futuros.

O presente trabalho constitui um contributo para investigações futuras, bem como para o conhecimento atual, no que respeita à elevação do Nível Desportivo no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Porém, julgamos que este é um processo que não deve ser estanque e que deve ser permanentemente adaptado.

RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

- ❖ Para garantir a vitalidade e longevidade das instalações desportivas deve-se fundamentalmente observar com maior rigor a componente que diz respeito a conservação e manutenção. Contudo, é importante ter em conta um conjunto de cuidados básicos tais como a limpeza ao fim de determinada atividade e também fazer a manutenção das restantes componentes como o pavimento, cobertura, rede de água, esgotos, instalação elétrica, vedações/proteção, os acessos e arranjos exteriores.
- ❖ Os municípios devem prever nos seus planos territoriais espaços livres ou reservas (áreas verdes) para eventuais construções futuras de instalações desportivas por forma a haver um equilíbrio entre o habitante/instalação, visto que o tempo consagrado ao lazer e ao desporto na vida quotidiana esta condicionado pela distância do equipamento e ao lugar de habitação.
- ❖ No que diz respeito a localização: deve-se prever na elaboração dos projetos para a construção de instalações desportivas a posição central face ao território a servir, a proximidade face as primeiras artérias de circulação, integração no sistema de transporte, a morfologia quer no terreno adjacente, a instalação quer no próprio terreno sobre a qual se ergue a estrutura edificada (para eliminação dos obstáculos ou inclinação excessiva).

O Município da Cidade de Inhambane procura dar, com a elaboração deste documento, o primeiro passo na definição de um rumo para o desenvolvimento desportivo no nosso concelho.

Assim, pensamos que deverá ser formado um grupo de trabalho (talvez um **Conselho Local de Desporto**), envolvendo representantes dos bairros, dos clubes desportivos, das associações desportivas, das escolas, da autarquia/conselho, e outros elementos que possam dar um contributo ativo, procurando abranger os diferentes setores existentes no nosso concelho, de modo a se definirem estratégias concertadas de desenvolvimento desportivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ❖ Arquivo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane, 2009 a 2012.
- ❖ Atlas Desporto Nacional – Carta das Instalações Artificiais. Direção Geral dos Desportos.
- ❖ CASTEJON Paz, Benito – A Racionalização das Escolas em Matéria de Política Desportiva, Lisboa, Direção Geral dos Desportos.
- ❖ CHELLADURAI, P. – Sport Management: Macro Perspetivas. London.
- ❖ Constituição da República de Moçambique, 2004.
- ❖ Conselho Nacional do Desporto, 2004.
- ❖ CORREIA, A. (1993) – Gestão de Organizações Desportivas e Segmentos de Praticantes, in Ludens, Lisboa, nº ¾, vol. 13, Jul – Dez.
- ❖ CUNHA, L. M. (1993) – Espaço e Desporto (A relação do conceito de espaço com o desporto analisado por várias perspectivas que contribuem para a sua definição), in Ludens, Lisboa, nº ¾, vol. 13, Jul. – Dez.
- ❖ CUNHA, L. M. (1997) – O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento, Faculdade de Motricidade Humana.
- ❖ CUNHA, L. M. (2007) - Os Espaços do Desporto. Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano. Edições Almedina – Coimbra.
- ❖ Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, 2009 a 2012.
- ❖ Instituto Nacional de Estatística (Indicadores nacionais) Moçambique – Projeções, 2020.
- ❖ Ministério da Juventude e Desportos – Moçambique (2002) Lei do Desporto
- ❖ MINTZBERG, Henry – Estrutura e Dinâmica das Organizações, Lisboa, Publicações.
- ❖ Lei do Desporto da República de Moçambique, 2002.

- ❖ PIRES, Gustavo (2003), Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional, Porto, APOGESD.
- ❖ PIRES, Gustavo (200) Desenvolvimento Organizacional – Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- ❖ PIRES, Gustavo (1994) Do Jogo ao Desporto, Para Uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto. Um Projeto Pentadimensional de Geometria Variável. In. Ludens, Lisboa.
- ❖ PIRES, G (2007) “Agôn, gestão do desporto, o jogo de Zeus”. Porto Editora
- ❖ Programa Quinquenal do Governo, 2010-2014 – Moçambique.
- ❖ Plano Económico e Social para 2012 – Ministério da Juventude e Desportos.
- ❖ III Recenseamento Geral da População – 2007.
- ❖ I Recenseamento Geral da Habitação – 2010 – Instituto Nacional de Estatística da Cidade de Inhambane.
- ❖ RELATÓRIO ANUAL 2011/2012 – Área da Animação e Iniciação Desportiva e Área Associativa, Direção Provincial da Juventude e Desportos de Inhambane, Serviços Distritais da Juventude, Educação, Tecnologia e Desportos na Cidade de Inhambane.
- ❖ RELATÓRIO ANUAL 2011/2012 – Divisão dos Desportos no Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

CONSULTA ON-LINE

- ❖ Site Oficial do Governo de Moçambique

<http://www.gov.mz>

- ❖ Site do Ministério da Juventude e Desportos de Moçambique

<http://www.mjd.gov.mz>

- ❖ Site do Comité Olímpico de Moçambique

<http://www.noc.com.mz/>

- ❖ Lei do Desporto, retirado do site do Ministério da Juventude e Desportos:

http://www.mjd.gov.mz/leis/lei_2002.pdf

- ❖ Site do Instituto Nacional de Estatística:

<http://www.ine.com.mz/>

- ❖ Site do COJA Maputo 2011

<http://www.cojamaputo2011.org.mz/>

- ❖ Site do ANOCA

<http://www.bestsports.com.br/db/cmppag.php?cmp=79>